



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 066

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1984

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Lomanto Júnior, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 1984

Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 8.989.603.690,00 (oito bilhões, novecentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e três mil, seiscentos e noventa cruzeiros).

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 8.989.603.690,00 (oito bilhões, novecentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e três mil, seiscentos e noventa cruzeiros) correspondente a 1.524.310,12 ORTN, considerando o valor nominal da ORTN, de Cr\$ 5.897,49 (cinco mil, oitocentos e noventa e sete cruzeiros e quarenta e nove centavos), vigente em outubro/83, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de hospitais gerais, nos bairros de Campo Limpo e Itaquera, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de junho de 1984. — Senador **Lomanto Júnior**, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Lomanto Júnior, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1984

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 79.232.971.409,70 (setenta e nove bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e nove cruzeiros e setenta centavos), o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É o Governo do Estado de Minas Gerais autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro fixado pelo item III do art. 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, alterada pela de nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de 11.298.030 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais — tipo Reajustável — ORTM, equivalente a Cr\$ 79.232.971.409,70 (setenta e nove bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, nove-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

centos e setenta e um mil, quatrocentos e nove cruzeiros e setenta centavos), considerando o valor nominal do título de Cr\$ 7.012,99 (sete mil, doze cruzeiros e noventa e nove centavos), vigente em dezembro/83, destinada ao giro da dívida consolidada interna intralimite mobiliária daquele Estado, vencível durante o exercício de 1984, mediante ofertas públicas, nos termos do item VII da Resolução nº 565, de 20 de dezembro de 1979, do Banco Central do Brasil, obedecidas as condições admitidas no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de junho de 1984. — Senador **Lomanto Júnior**, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 90ª SESSÃO, EM 12 DE JUNHO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 394/84, encaminhando autógrafo de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Aviso do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

— Nº 258-SUPAR, restituindo, para promulgação, pelo Presidente do Senado Federal, os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 75/80 (nº 709/79, na origem), que institui o "Dia Nacional das Relações Públicas".

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Referente ao expediente anteriormente lido.

1.2.4 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 96/84, de autoria do Sr. Senador Benedito Ferreira, que dá nova redação aos arts. 23 e 65 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).

— Projeto de Lei do Senado nº 97/84, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que determina a

percepção do adicional de insalubridade pelos trabalhadores da categoria que especifica.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 3/84 (nº 3.172/76, na Casa de origem), por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

— 1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Negociação da dívida externa do Brasil e de outros países da América Latina.

SENADOR LUIZ VIANA — Desativação do Hospital das Clínicas, de Salvador.

SENADOR JORGE KALUME — Transcurso de mais um aniversário do Correio Aéreo Nacional. 15º aniversário do 7º Batalhão de Engenharia de Construções, sediado em Cruzeiro do Sul — AC.

SENADOR OCTÁVIO CARDOSO — Unificação dos sistemas financeiros Sul-Brasileiro e Habitasul.

SENADOR FÁBIO LUCENA — Revisão da taxa de juros de custeio da borracha.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Apelo em prol do aproveitamento de servidores da Colméia pelo Banco Regional de Brasília.

SENADOR JOSÉ FRAGELLI — Realização do I Encontro do Pantanal Mato-grossense. Reativação do Programa de Desenvolvimento do Pantanal — PRODEPAN.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Redação Final do Projeto de Resolução nº 32/84, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 79.232.971.409,70 (setenta e nove bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e nove cruzeiros e setenta centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Aprovada.** À promulgação.

— Requerimento nº 99/84, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para a Mensagem nº 68/84, submetendo à deliberação do Senado proposta para que o Governo do Estado do Espírito Santo possa realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) para os fins que especifica. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 102/84, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para a Mensagem nº 72/84, solicitando autorização do Senado para que o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo — DAEE, possa realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bi-

lhões de cruzeiros) para os fins que especifica. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara 51/78 (nº 1.465/75, na Casa de origem) que acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas sobre desportos e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 54/81 (nº 435/79, na Casa de origem) que inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal civil, militar ou autárquico. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 58/81 (nº 1.595/79, na Casa de origem) que dispõe sobre a legitimação adotiva, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 47/83 (nº 5.615/81, na Casa de origem) introduzindo alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 5/81 (nº 3.035/80, na Casa de origem) alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/81 (nº 1.529/79, na Casa de origem) que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 44/81 (nº 587/79, na Casa de origem) que veda os veículos de comunicação de massa (rádio, televisão cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 53/77 (nº 227/75, na Casa de origem) que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 65/79 (nº 4.257/77, na Casa de origem) que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Requerimento nº 784/83, de autoria do Sr. Senador Henrique Santillo, solicitando a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 senadores e 11 deputados, para, no prazo de 120 dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/79 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 48/83 (nº 5.019/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 145/81, que atribui às Secretarias de Agricultura dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo cabentes a cada produtor rural. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 76/83, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, visando restabelecer o privilégio da indenização dobrada ao trabalhador que conta mais de 10 anos de serviço e é despedido sem justa causa. **Votação adiada** por falta de quorum.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ITAMAR FRANCO — Defesa da reformulação da política do BNH.

SENADOR AMARAL PEIXOTO — Transcurso do 40º aniversário de fundação da cidade de Lídice, no Estado do Rio de Janeiro.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Movimento reivindicatório dos professores das instituições autárquicas de ensino superior.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Inauguração da Adutora Juarez de Carvalho, no Município sergipano de Bobias Barreto.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Empenho do Senador Gabriel Hermes junto ao Poder Executivo, no sentido de que se prossiga com as obras da usina hidrelétrica de Tucuruí e suas eclusas.

SENADOR MURILO BADARÓ — Homenagens que estão sendo prestadas ao Prof. Hermann Mathias Gorgen, pela passagem do seu 75º aniversário.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Possível extinção da classe média, face o achatamento dos salários e a ostensiva diminuição do seu poder aquisitivo. Baixa dos juros internacionais que poderão advir da pressão político-diplomática dos países pobres, frente aos seus credores. Apelo em favor da liberação urgente de recursos federais para impedir fechamento do Hospital das Clínicas de Salvador.

SENADOR MÁRIO MAIA — Análise do colégio eleitoral que escolherá o futuro Presidente da República.

SENADOR MARCO MACIEL — Pontos suscitados por S. Exª em palestra proferida na sessão de encerramento do seminário "Meio Ambiente e Regiões Metropolitanas", realizado em Recife, alusivo à passagem da Semana do Meio Ambiente.

SENADOR JAISON BARRETO — Apelo ao Presidente da CACEX no sentido da revogação de portaria daquele órgão que proíbe a importação de livros técnicos e revistas especializadas.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Humberto Lucena, pronunciado na sessão de 11-6-84.

Do Sr. Henrique Santillo, pronunciado na sessão de 11-6-84.

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — RETIFICAÇÃO

Referente a ata de reunião de Comissão Mista

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 90ª Sessão, em 12 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Pasos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior —

Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 394, de 7 de junho de 1984, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1979 (nº

3.316/77, na Casa de origem), que altera os arts. 16 e 25 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.191, de 4 de junho de 1984.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, aviso que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Aviso nº 258-SUPAR.

Em 12 de junho de 1984

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário:

Tenho a honra de restituir à Vossa Excelência, para os devidos fins, os autógrafos do projeto de lei da Câmara nº 75, de 1980 (nº 709, de 1979, na Casa de origem), que institui o "Dia Nacional das Relações Públicas", visto que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República não se manifestou sobre o mesmo, no prazo estabelecido no parágrafo 2º do artigo 59 da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. — **João Leitão de Abreu**, Ministro Chefe do Gabinete Civil.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que já determinou as providências necessárias à promulgação da lei, nos termos do § 5º do art. 59 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 1984

Dá nova redação aos arts. 23 e 65 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 23 e 65 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 23. Se, em razão da outorga do alvará de pesquisa, ou de sua renovação, deixar de ser apresentado relatório dos trabalhos autorizados, contemplado, na forma do art. 30, com despacho de aprovação ou de arquivamento, o requerimento que venha a objetivar nova autorização incidente sobre a mesma área quando — formulado pelo anterior titular, ou, em se tratando de pessoa física, se o requerente a esta vincular-se como cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, e, no caso de pessoa coligada, controladora ou controlada — somente adquirirá o direito de prioridade, de que trata o art. 11, alínea a, se interposto após o prazo de 30 (trinta) dias, contando, conforme o caso, dos seguintes eventos:

I — expiração do prazo de vigência do anterior alvará, quando não tempestivamente requerida sua renovação ou apresentado relatório de pesquisa;

II — expiração do prazo de vigência do alvará de renovação quando não tempestivamente apresentado relatório de pesquisa;

III — publicação, no "Diário Oficial" da União, do despacho de indeferimento do pedido de renovação do alvará, tempestivamente apresentado;

IV — publicação, no "Diário Oficial" da União, do despacho denegatório de aprovação do relatório que haja sido apresentado;

§ 1º Ao titular da autorização de pesquisas, nas circunstâncias de que trata este artigo, ou à Sociedade a este vinculada como coligada, controladora ou controlada, é vedada a transferência de alvará que,

incidente sobre a área considerada, venha a ser outorgado a terceiro.

§ 2º O alvará de pesquisa obtido com infração às disposições deste artigo considerar-se-á nulo de pleno direito.

"Art. 65. Será declarada a caducidade da autorização de pesquisa ou da concessão de lavra, desde que verificada quaisquer das seguintes infrações:

a) abandono da mina, caracterizado pela interrupção dos trabalhos de lavra, sem justificativa, por mais de 6 (seis) meses consecutivos ou por 24 (vinte e quatro) meses acumulados e não consecutivos;

b) abandono da jazida, caracterizado pelo não início dos trabalhos previstos no cronograma integrante do plano de aproveitamento econômico da jazida, sem justificativa, no prazo de 1 (um) ano da publicação do título de lavra;

c) prosseguimento de lavra ambiciosa ou de extração de substância não compreendidas no título de concessão, apesar de multa;

d) não dar continuidade ou promover, no prazo de 90 (noventa) dias da publicação do título de pesquisa ou de lavra, o processo judicial de avaliação da renda pela ocupação dos terrenos e de indenização pelos danos e prejuízos que possam ser causados pelos trabalhos de pesquisa ou lavra;

e) abandono da área de pesquisa, caracterizado pelo não início dos trabalhos respectivos, sem justificativa, no prazo de 6 (seis) meses da publicação do título de autorização se o titular for o proprietário do solo ou da data do acordo amigável ou judicial com os proprietários ou posseiros;

f) abandono da área de pesquisa, caracterizado pela interrupção dos trabalhos respectivos, sem justificativa, por mais de 3 (três) meses consecutivos ou 120 (cento e vinte) dias acumulados e não consecutivos, salvo motivo comprovado de força maior;

g) não atendimento de observação do Departamento Nacional da Produção Mineral, caracterizada pela reincidência, no intervalo de 1 (um) ano, de infração com multas."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e especialmente o artigo 26 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

Justificação

O projeto visa a obstaculizar uma nociva prática que já vem se tornando comum no setor mineral brasileiro, utilizada por titulares de alvarás de pesquisa mineral que, sem pesquisar devidamente, logram manter-se, indefinidamente, em áreas geologicamente promissoras, assim em caráter meramente especulativo, e tanto porque inexistem até agora, no corpo da legislação específica reguladora dessa outorga estatal, restrições a tolher a configuração de tais abusos. Usam do expediente de deixar improveitosamente transcorrer o prazo de vigência do alvará, sem a realização dos trabalhos de pesquisa a que estão obrigados, para logo a seguir atravessar, por si ou acobertados sob interposta pessoa de sua confiança, requerimento prioritário para obtenção de novo alvará, no exato momento em que a área venha a se desvincular do título anterior. Tendem a perpetuar-se, mediante tais artifícios, com a titulação de áreas em seu favor, todavia sem pesquisar e sem que se abra oportunidade a que outros efetivamente interessados o façam.

Dessa maneira, por interesses simplesmente especulativos, perniciosos ao desejável incremento do setor mineral pátrio, retardam o conhecimento geológico do nosso subsolo, que se pressente dádivo, por seguros indícios, impedindo, em proveito próprio, que novas jazidas minerais venham a ser convenientemente reveladas, ensejando a geração de mais riquezas para o País, mediante

a indispensável pesquisa das áreas vinculadas aos alvarás outorgados pelo Governo.

Diga-se, ainda, que o Código de Mineração em vigor (Decreto-lei nº 227, de 28-2-67), mediante suas disposições legais, tem procurado, entre outros objetivos, estimular o descobrimento e ampliar o conhecimento de nossos recursos minerais, criando, assim, condições básicas que possibilitem agilizar o seu racional aproveitamento.

Nesse sentido, ao garantir direitos ao titular de autorização de pesquisa ou concessão de lavra, esse diploma legal impôs-lhe obrigações que, uma vez descumpridas, sujeitam o infrator a sanções que variam gradativamente de simples advertência à caducidade do direito de pesquisa ou lavra. No capítulo V — Das sanções e das nulidades — artigo 65 contempla as hipóteses que a caducidade deverá, como medida extrema, ser aplicada a fim de impedir o retardamento do início dos trabalhos de pesquisa ou lavra, a paralisação indefinida desses trabalhos e, ainda, a sua condução indevida e incorreta.

Por tal motivo, e favorecidos pela impunidade, os detentores de direitos minerários, atendendo a interesses próprios e quase sempre contrários ao da União, deixam de desenvolver os trabalhos de pesquisa ou lavra, usando, para tanto, de diversos artifícios escusos, mas amparados pela deficiência da legislação vigente. A existência de inúmeras jazidas e minas totalmente paralizadas e de numerosas autorizações de pesquisa em poder de quem não vem desenvolvendo quaisquer trabalhos, pode ser facilmente comprovada através de quadro estatístico elaborado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral.

Este projeto visa, com a nova redação que dá ao artigo 65 do citado diploma legal, a aparelhar a Administração Federal com um instrumento legal que a capacitará a eliminar do setor mineral aqueles que, por interesses próprios ou incapacidade, estão retardando ou impedindo o desenvolvimento da indústria extrativa mineral. Essa nova redação não se opõe à idéia inicial do legislador do Código de Mineração, que foi a de dar ao titular de direitos minerários a necessária segurança jurídica para poder realizar seus trabalhos. Ela não enfraquece os títulos autorizativos, mas, simplesmente, fortalece o executor da legislação, dando-lhe condições reais para punir os maus mineradores.

Finalmente, este Projeto sugere a revogação do art. 26 do Código de Mineração, o qual estabelece limites de autorizações de pesquisa para cada pessoa natural ou jurídica.

Essa limitação tem por finalidade evitar que as autorizações de pesquisa fiquem concentradas em poder de quem não tem condições de desenvolver os necessários trabalhos em todas elas.

Com a aprovação deste Projeto, a Administração Federal poderá com presteza fazer caducar os direitos concedidos a quem não os estiver exercitando, o que torna perfeitamente dispensável o artifício do art. 26 do Código de Mineração.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1984. — **Benedito Ferreira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967

Art. 23. Qualquer que seja o resultado da pesquisa, fica o titular da autorização obrigado a apresentar o relatório dos trabalhos realizados dentro do prazo de sua vigência.

Parágrafo único. É vedada a autorização de novas pesquisas até que o titular faltoso satisfaça a exigência deste artigo.

Art. 65. Caberá ao Diretor-Geral do DNPM, por edital publicado no "Diário Oficial" da União, declarar a disponibilidade da jazida:

I — cuja concessão de lavra tenha sido revogada, anulada ou declarada caduca e desde que, a critério do DNPM, a jazida seja considerada inesgotada e economicamente aproveitável;

II — cujos trabalhos de lavra de mina manifestada, a critério do DNPM, tenham sido abandonados ou suspensos definitivamente e desde que a jazida seja considerada inesgotada e economicamente aproveitável;

III — quando, embora com relatório de pesquisa aprovado, tenha o titular da autorização ou sucessor decaído do direito de requerer a lavra;

§ 1º Declarada em disponibilidade, a lavra da jazida poderá ser requerida por terceiro interessado, desde que satisfaça as exigências deste Regulamento.

§ 2º Ao titular da concessão de lavra ou do manifesto de mina, cuja jazida seja declarada em disponibilidade, não caberá direito à indenização.

§ 3º A declaração de disponibilidade será averbada à margem da transcrição do respectivo título de concessão ou do manifesto.

Art. 26. Cada pessoa, natural ou jurídica, poderá deter 5 (cinco) autorizações de pesquisa para cada substância mineral e, no máximo, 50 (cinquenta) da mesma classe.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Minas e Energia.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1984

Determina a percepção do adicional de insalubridade pelos trabalhadores da categoria que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fazem jus ao adicional de insalubridade os trabalhadores que exercem sua atividade em permanente contato com esgotos sanitários, cloro e cal, além de outros produtos químicos utilizados no tratamento da água para consumo público.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Pagamento do adicional de insalubridade aos trabalhadores mencionados no texto do projeto, que exercem sua atividade junto a redes de esgotos sanitários ou a estações de seu tratamento, assim como nas estações de tratamento de água para consumo da população, em permanente contato com detritos sanitários ou com produtos químicos diversos, deveria ser uma decorrência da legislação em vigor, já que a exposição à contaminação é uma constante.

Entretanto, algumas empresas que exploram tais serviços públicos — como é o caso da CEDAE, no Rio de Janeiro — recusam-se a pagar-lhes tais direitos, o que tem ensejado campanhas e reivindicações as mais vigorosas e justas.

O nosso projeto visa, pois, estabelecer a expressa obrigatoriedade de tal pagamento, a fim de que as empresas não tenham onde apoiar sua intransigência.

O presente projeto atende a sugestões publicadas no "Urbanitário" do Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 12 de junho de 1984. — Nelson Carneiro.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Saúde.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — a Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído, determinou o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1984 (nº 3.172/76, na Casa de origem), que introduz alterações na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

O SR. PRESIDENTE (Há oradores inscritos para o período do Expediente.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo, por cessão do nobre Senador José Ignácio Ferreira.

O Sr. Henrique Santillo pronuncia discurso que, entregue à revisão do orador, será publicado posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o Senador Luiz Viana, para uma comunicação. Em seguida, darei a palavra ao Senador Jorge Kalume.

O SR. LUIZ VIANA (PDS — BA. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Creio que já deve ser do conhecimento de muitos o que ocorre no meu Estado, na minha Cidade da Bahia, onde está sendo fechado o Hospital das Clínicas. É realmente um dos fatos mais lamentáveis que podia ocorrer na velha Capital do Brasil. Não é apenas um hospital, é uma escola, numa cidade já deficiente de hospitais, onde os hospitais do INAMPS, o Ana Nery, o Manuel Venturino, já começaram a ter uma parcial desativação. Dos hospitais do Estado, eu desejo falar pouco, mas eles, também, por falta de recursos, não oferecem condições adequadas para prestar a assistência que deviam e que o Governo do Estado desejaria prestar.

Nós já nos habituamos muito, Sr. Presidente, às preterições, às injustiças, às insuficiências de verbas com que somos dotados pelo Governo da União. Acredito que outros têm sido mais felizes, embora, também, insuficientemente dotados. Entretanto, eu não quero deixar de ler alguns números, não para censurar o que se deu, e que talvez ainda seja muito pouco, diante daquilo que hospitais de outros Estados necessitam.

A verdade é que enquanto o Hospital das Clínicas da Bahia, que tem 332 leitos, recebeu, em 1983, cento e oitenta e oito milhões, o Hospital do Triângulo Mineiro, com 441, recebeu um bilhão e noventa milhões, a Universidade do Rio, com 400 leitos, recebeu um bilhão e trezentos milhões, o Hospital de Porto Alegre, com 700 leitos, recebeu cinco bilhões e oitocentos milhões e o do Rio Grande do Norte, com 400 leitos, um bilhão e cento e setenta e dois milhões.

Naturalmente, foi muito pouco o que eles receberam, deviam ter recebido mais, porque o problema de saúde, o problema das condições precárias da população que não pode pagar médico, não pode pagar remédio, se agrava dia a dia. Mas, na Bahia, isso se agrava ainda mais, porque além das deficiências hospitalares, nós somamos a isso tratar-se de um hospital-escola. É lá onde se formam, onde estudam os médicos da Universidade Federal da Bahia. Junto de V.Exª, está o Senador Almir Pinto que é um dos ilustres médicos diplomados em Salvador.

Não sei até onde iremos. Antes eram os alunos em greve; hoje, são os professores que estão em greve e, agora, são os hospitais que se fecham.

Eu não quero fazer nenhum apelo, Sr. Presidente, de tal maneira o fato é clamoroso. O que eu desejo é me associar ao protesto generalizado que lavra na Bahia, que lavra em Salvador, contra a brutalidade desse crime, de

se fechar o maior hospital da cidade, um hospital-escola que presta inestimáveis serviços à população.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Todos os povos têm a sua história, cantam o seu triunfo com orgulho como forma de melhor amar a terra em que nasceram. E o Brasil, apesar de nação nova, contando apenas 162 anos de independência, pode ufanar-se dos feitos de seus filhos, escritos com destemor e dos quais tanto nos gloriamos.

Dentro deste raciocínio pode-se incluir uma iniciativa genuinamente brasileira, como foi a criação do Correio Aéreo Nacional, antes denominado Correio Aéreo Militar. E aqui comporta o pensamento do diploma espanhol Donosco Cortês que, pela sua originalidade, se coaduna à criatividade brasileira do CAN:

"O Gênesis é belo como a primeira brisa que refrescou os mundos; como a primeira aurora que se levantou no céu; como a primeira flor que brotou nos campos; como o primeiro sol que surgiu no oriente."

Poderia frase tão bela deixar de expressar, transportada para o nosso caso, o nascimento do CAN? E à semelhança dos pássaros que alegam as manhãs, também animou e ainda anima os habitantes antes e agora beneficiados com a sua presença levando a novidade e quebrando muitas vezes a monotonia como uma das características de um "mundo" que despertava, como aconteceu e ainda acontece com muitas das áreas geográficas deste continental Brasil!

Eu mesmo, quando nos idos de 1947 ouvia o roncar dos Douglas ou dos Catalinas, tinha a sensação de estar dentro de um mundo diferente lá no então distante Acre insulado entre a imensidão do céu e da floresta. Foi o Cam, o fulcro que contribuiu com a bravura de seus pilotos para fazer os brasileiros acreditarem e amarem muito mais o seu país! Tinha e tem o sentido do amplexo dos brasileiros de outros Estados, levados por esses aviões aos seus pátrios imobilizados pela brutalidade das distâncias. Foi sem favor o elo positivo de brasilidade a fazer vibrar ou pulsar os corações de todos nós radicados pelo interior até inópito.

Poderíamos ilustrar e enriquecer esta saudação com os mais variados registros acerca do CAN. Contudo, destaquei do livro "A Epopéia do Correio Aéreo", lançando em 1946, pelo piloto-aviador José Garcia de Souza, um depoimento que pela sua insuspeitabilidade bem merece ser citado pois tem como autor o saudoso General José Fernandes Leite de Castro, o qual como Ministro da Guerra, foi um dos pioneiros do Correio Aéreo Militar, logo transformado em Correio Aéreo Nacional — O CAN.

Fazendo justiça, disse S. Exª:

"Qual teria sido o seu fim se, para ampará-la e dar-lhe vida, ela não contasse com a ação patriótica, sábia, inteligente e dedicada de Eduardo Gomes — nome por todos os títulos querido e respeitado entre os brasileiros!"

"E dos aviadores que lhe seguiram as pegadas, guiados por Lemos Cunha, Nelson Freire (Lavanere Wanderley), Montenegro Filho, Sampaio de Macedo e outros belos pilotos, cujos feitos o seu estudo cita com sóbria justiça!"

Não se pode falar no CAN sem a lembrança terna de Eduardo Gomes, que em verdade, com o seu reconhecimento e entusiasmo, seu desprendimento pelas coisas mate-

riais, pela sua dedicação exclusiva à Pátria, foi o alicerce da vitoriosa idéia que pelos seus relevantes serviços se ombreia ao seu símile, Santos Dumont, o inventor, enfim o "Pai da Aviação"; os dois se confundem pela conduta sempre voltada para o Bem!

Efetivamente Eduardo Gomes, o Patrono do CAN, é o "Protagonista de fatos significativos da vida política nacional, em todos eles demonstrou profunda firmeza de atitudes e total independência de pontos de vista. Contestador que não se perdeu na esterilidade de contestar por contestar, quando chamado a dirigir, chefe foi e soube ser". E continua o registro:

"Por todas essas glórias, tão grandes e tão sabidas, por todas as realizações, por toda esta pureza de propósitos, o Brigadeiro Eduardo Gomes é, sem dúvida, um grandioso exemplo de abnegação e desprendimento."

E quando uníssonos bendizemos a sigla CAN pelo que ela encerra de benemerências para o povo brasileiro, minha presença aqui também significa o reconhecimento do povo acreano pelos inumeráveis benefícios que tem recebido da Aeronáutica, através dos freqüentes vôos do Correio Aéreo Nacional que para ali foi em 1947 a pedido do então governador do Território, hoje de saudosa memória, o inesquecível líder José Guimard dos Santos, junto ao Diretor de Rotas, o saudoso Brigadeiro Eduardo Gomes.

E convém lembrar que o vôo inicial, como já me referi desta Tribuna, se realizou com o atual Tenente Brigadeiro, Ministro Délio Jardim de Mattos, jovem Capitão que tinha sob seu comando seus colegas Geraldo La-barthe e Tenente Vespasiano Ramos. Este destaque, nestas comemorações, é para mostrar a disposição do CAN de sempre servir e servir patrioticamente o Brasil. Por isso dizemos que os componentes do CAN representam a família brasileira ampliada, aos quais, através do seu lido Ministro Délio Jardim de Mattos, manifestamos, mais uma vez, a nossa gratidão.

E para que seja anexada ao meu pronunciamento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero ler a Ordem do Dia do Sr. Ministro Délio Jardim de Mattos, comemorativa da data:

53º ANIVERSÁRIO DO CORREIO AÉREO NACIONAL

ORDEM DO DIA HOMENS DO CORREIO AÉREO

A Força Aérea trabalha, produz e avança. Caminhamos no tempo, na técnica e nos objetivos, mas é no exemplo dos pioneiros que buscamos força e vontade para continuar a luta. Verdadeiros intérpretes dos anseios de sua época, estes mensageiros do progresso simbolizam o nosso pacto de amor ao Brasil.

Rever o passado é percorrer páginas gloriosas de abnegação e desprendimento, é descobrir o espírito simples e forte daqueles que tornaram possível a epopéia do Correio Aéreo.

Seus nomes ressoam nos rincões mais distantes do território, suas palavras ecoam proféticas diante da integração dos nossos dias, suas obras são férteis sementes plantadas no coração do Brasil.

Aos Pioneiros a nossa gratidão, aos continuadores a certeza de que a obra continua. — **Délio Jardim de Mattos**, Ministro da Aeronáutica.

Sr. Gastão Müller — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Com prazer.

O Sr. Gastão Müller — Senador Jorge Kalume, por delegação do nobre Senador Humberto Lucena, eu que-

ria, em nome do PMDB, congratular-me com V. Exª, em primeiro lugar, pelo discurso que fez e, em segundo, declarar que o PMDB está totalmente solidário com V. Exª nas homenagens prestadas ao CAN. Nós da grande Amazônia, mais que todos os demais brasileiros, sabemos o valor do CAN. De modo que o PMDB está solidário com V. Exª na homenagem que presta a esse serviço e a um dos seus pioneiros, que é o hoje Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado a V. Exª. Sei perfeitamente que os nossos sentimentos de brasilidade também se confundem neste particular.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero aproveitar a oportunidade para homenagear o 7º Batalhão de Engenharia e Construção pelos relevantes serviços que tem prestado ao meu Estado, motivo também por que me encontro nesta tribuna.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Encontrava-me ausente de Brasília dia 6 deste mês, data do transcurso do 15º aniversário de criação do 7º Batalhão de Engenharia e Construção com sede na cidade acreana de Cruzeiro do Sul. Para mim esta efeméride tem um significado especial, pois éramos Governador quando o Estado do Acre foi contemplado com essa unidade do Ministério do Exército, graças ao empenho do saudoso General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, então Comandante da recém criada 12ª Região Militar, sediada em Manaus — Amazonas.

A presença do 7º BEC, no Município mais ocidental do Brasil, fronteira com o Peru, objetivou não apenas resguardar as nossas lindes mas também construir estradas como fez e vem fazendo para melhor integrar os municípios a seu cargo com Rio Branco, a capital, e consequentemente com o Brasil através da rodovia BR-364. Podemos ir mais além no registro que ora fazemos porque o BEC, na florescente Cruzeiro do Sul, terra banhada pelo caudaloso rio Juruá, trouxe a seus habitantes novo alento, e contribuiu também para dar uma maior amplitude nos campos da cultura e assistência social, como já tive oportunidade de registrar, desta tribuna, nos anos anteriores. E a corporação do nosso valoroso Exército, ante a sua disciplina e o trabalho desenvolvido, tornou-se ainda mais simpático ao povo cruzeirense e quicá acreano. E essa Unidade do Exército de Caxias, apesar de recente, já fez história pelo seu desempenho e o entrosamento com a própria população civil no qual deposita sua confiança, o que me faz lembrar Albert Camus que "compreender é, antes de mais nada, unificar".

E o BEC, que matinalmente faz a sua tropa desfilar, com o garbo que a caracteriza, em continência ao "auriverde pendão da esperança", cantando canções patrióticas, impregna a nossa alma de amor e de orgulho, num ritmo ditado pela disciplina e contagiante civismo.

E a semente ali plantada através do Ministério do Exército e patrioticamente cuidada pelos seus Comandantes a partir do pioneiro Capitão Lauro Augusto Andrade Pastor Almeida e com a sua consolidação pelos demais Comandantes, oficiais de engenharia Tenente-Coronel Job Lorena de Sant'Ana, hoje General, Tenente-Coronel Décio Almeida Brasil, Tenente-Coronel Ivino Schwarz Ribeiro, Tenente-Coronel Luiz Fernando Barreto Cesar, Tenente-Coronel Tiago Castro de Castro, Tenente-Coronel Marne de Paiva Silva e atualmente comandado pelo Tenente-Coronel Renato Osório Coimbra, o BEC vai cumprindo sua destinação. Por isso saúdo os discípulos de Caxias que vêm no BEC a sua própria pátria mantendo-se sempre alerta mesmo porque

"Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte."
Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso, para uma comunicação.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO (PDS — RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Foi assinado, no Rio Grande do Sul, um protocolo pelo Sistema Financeiro HABITASUL com o Sistema Financeiro Sul-Brasileiro, objetivando unificá-los de modo a dotar a Região Sul de um conglomerado capaz de responder à altura às exigências do desenvolvimento dos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina. Esta unificação, que operará com o nome de Sistema Financeiro Sul-Brasileiro, representa o surgimento de imediato de uma rede integrada por 379 agências nos três Estados e por 514 agências por todo o País. Além do porte que lhe permitirá operações com evidente economia de escala, o sistema unificado maximizará os imensos recursos humanos, tecnológicos, financeiros com que já conta, possibilitando significativos aumentos qualitativo e quantitativo no serviço que desenvolve junto às principais comunidades da Região Sul e no País.

É convicção nossa, Sr. Presidente, que essa unificação vem dar à Região Sul do País uma capacidade de desenvolvimento bastante maior através de um órgão de grande expressão no campo financeiro, com capacidade de decisão regional. Nós sabemos como operam os grandes bancos sediados fora dos Estados em que captam recursos. Por isso, eu queria, nesta oportunidade, saudar essa iniciativa de ilustres empresários Rio-grandenses que, em boa hora, resolveram proceder a essa unificação que vivifica, que fortalece, que abre novas perspectivas para o desenvolvimento sócio-econômico dos três Estados da Região Sul.

Muito obrigado a V. Exª (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. OCTÁVIO CARDOSO EM SEU DISCURSO:

Porto Alegre, 9-6-84
Excelentíssimo Senhor
Octávio Cardoso
Do Senador da República
Brasília — DF

Comunico a vossência que nesta data firmei protocolo, em nome do Sistema Financeiro HABITASUL, com o Sistema Financeiro Sul-Brasileiro, objetivando unificá-los de molde a dotar a região Sul de um conglomerado capaz de responder à altura às exigências de desenvolvimento dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta unificação que operará com o nome de Sistema Financeiro Sul-Brasileiro, representa o surgimento de imediato, de uma rede integrada por 379 agências nos três Estados do Sul e por 514 em todo o País. Além do porte que lhe permitirá operações com evidentes economias de escala, o Sistema ora unificado maximizará os imensos recursos humanos, tecnológicos e financeiros com que já conta, possibilitando significativos aumentos qualitativo e quantitativo nos serviços que desenvolve junto às principais comunidades da região e no País. Reafirmo minha convicção de que eventos como este, de que estou tendo a honra de participar, devem se constituir em instrumentos para a consolidação da abertura econômica, que traz em seu bojo a descentralização de decisões, devolvendo as regiões a competência para implementar por si mesmas seus programas de desenvolvimento social e econômico. Cordiais Saudações — **Pérides de Freitas Druck**, Presidente do Grupo HABITASUL.

1) A unificação dos Sistemas Sul-Brasileiro e HABITASUL possibilitara o surgimento de um forte conglomerado financeiro com poder decisório autônomo na Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do

Sul), comprometido vocacionalmente com o desenvolvimento das comunidades onde atua este evento pode se constituir no primeiro passo para a retomada pelas regiões periféricas do poder de influir nas decisões econômicas de porte nacional visto que a região Sul é a primeira que se equipa com um sistema financeiro próprio, de alto porte, que passa a ser parte imprescindível em qualquer processo decisório que envolva assuntos de interesse dos três estados.

2) O robustamento do Sistema Financeiro Sul-Brasileiro se traduz pela concentração de recursos humanos, tecnológicos e financeiros com elevado poder de mobilização a nova rede, integrada pelos sistemas Sul-Brasileiro e HABITASUL, e agora unificada, passa a contar com 514 agências, das quais 37 são localizadas nos três Estados do sul. Através de uma política de otimização do elevado número de cartas patentes com que passa a contar, o sistema tenderá, naturalmente, a otimizar sua presença nos polos de desenvolvimento e nas regiões de potencialidade industrial, comercial e agrícola da região, ampliando sua participação nos pontos geradores de produção. Esse poder de alavancagem irá determinar, já a curto e médio prazos, a elevação dos índices de produção e produtividade para os setores que passarão a receber direta e indiretamente a sua influência.

3) A par do evidente compromisso regional, o Sistema Financeiro Sul Brasileiro amplia a presença regional no cenário econômico nacional não só pela rede de agências de que já dispõe, como pela expansão a que essa nova dimensão o levaram. Uma participação mais forte do sistema na economia nacional trará reflexos imediatos para a região em termos de novas oportunidades de expansão das empresas regionais, tanto na forma de incentivos creditícios como também na expansão de mercados.

4) O ingresso do BRASILINVEST, através da sua associação com a companhia HABITASUL de participações na CPP — Companhia provincial de participações, que detém 40-0/0 do controle acionário do sistema, representa de imediato o porte de "KNOW HOW" e tecnologia financeira internacional para o Sul-Brasileiro. Esse aporte se materializa através da experiência e conhecimento do BRASILINVEST da cena financeira internacional, onde já atua há vários anos. Conhecimento dos mercados financeiros europeu, americano e asiático, familiaridade com processos de transferência de tecnologia, gerência de negociações para operações de crédito e investimento bi ou pluri-nacionais, fazem parte do acervo de experiências com que o BRASILINVEST ingressa no sistema.

5) A economia de escala que a unificação proporciona ao sistema lhe permitirá ampliar e agilizar sua presença na economia, operando a custos que lhe possibilitarão desenvolver investimentos nas áreas de recursos humanos, tecnologia financeira, informática, etc., qualificando ainda mais o atendimento ao imenso universo de públicos que já atende. Isso lhe permitirá também desenvolver programas de ocupação de espaço com maior velocidade, uma vez que o sistema passa a contar com estruturas mais fortes e equipadas.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra, para uma comunicação, ao nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Leio cópia da carta que os produtores de borracha do Estado do Amazonas, encaminharam ao Banco Central.

Sr. Presidente:

Expressamos-lhes, de início, os nossos protestos de elevadas considerações e, no ensejo, solicitamos a V. Sª se possível, a gentileza de, juntamente com seus assessores, estudar uma possível revisão na política monetária, quanto à destinação de taxas de juros para o nosso Estado, o Amazonas, concernen-

te à área da borracha. Sabemos que o Banco Central dimensiona a política monetária, para todo o País, mas sem levar em conta a regionalização. Com isso, o nosso pobre Estado sofre as consequências dessa Política. Em 1983, tivemos uma queda de produção na borracha, em números bem acentuados. Este ano, tudo indica que não será diferente, talvez seja pior, pois com essa taxa de juros aberrante, condições nenhuma teremos nós de repetir o que fizemos ano passado. Até a presente data, não tivemos coragem de refazer novos contratos bancários para o custeio do ano em curso. Se persistir como está, aquele que tentar fazer empréstimos bancários, com certeza irá fechar portas e, ano que vem, será mais um que deixa de produzir a goma tão necessária ao nosso País. Sabemos também das dificuldades por que passa a Nação. Mas se não começarmos a mudar as diretrizes dessa política, pior ficará no futuro.

O interior do nosso Estado está sendo abandonado. A população já não acredita mais em nada e se desloca para as cidades mais próximas, criando sérios problemas sociais. Só um incentivo muito bom fará com que o povo interiorano permaneça em suas localidades.

Sr. Presidente, em nome desse povo sofrido, reveja essa taxa de juros, dando para nossa região, um melhor tratamento em relação à taxa destinada ao custeio de borracha, para que se possa crescer, e produzir mais, dando ao nosso povo do interior, melhores condições de vida.

Certo de contarmos com seu bom senso, aguardamos e acreditamos com sua compreensão.

Anteciosamente. — **Raimundo Mota** — **Silvestre Reitor** — **Raimundo Lobo** — **Antonio Brito** — **Pedro Dezidério** — **Saulo Luniere** — **Raimundo Lima** — **Alcener Ferreira** — **Luís Pedrosa**.

Leio a resposta do Banco Central:

Referência expediente de 11-4-84 enviado ao Exmº Sr. Presidente do Banco Central comunicamos a impossibilidade de revisão das taxas à vista das diretrizes gerais da Política Econômica Financeira atenciosamente — **José Kleber Leite de Castro** diretor crédito rural BACENTRAL:

Sr. Presidente, no México há um ditado que diz o seguinte: "Pobre do México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos".

Do Amazonas, posso dizer o seguinte: "Pobre Amazonas, tão perto de Deus e tão longe do Governo".

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, para uma comunicação.

O SR. NELSON CARNEIRO (PDT — RJ. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Banco Regional de Brasília, que recebeu a quase totalidade dos depósitos da "Colmeia", no Distrito Federal, e que, segundo os critérios anteriormente adotados pelo BNH, deveria também absorver os funcionários daquela empresa, somente deu aproveitamento, até o presente momento, a pouco mais de 90 empregados, estando aproximadamente 200 vivendo momentos de insegurança e aflição diante da corrida dos dias e da falta de chamamento por parte daquele estabelecimento bancário.

Estivemos entre aqueles que defenderam a permanência, em Brasília, dos recursos das Cadernetas de Poupança que sofreram intervenção e portanto nos sentimos à vontade para também cobrar o aproveitamento desses funcionários que não contribuíram, de forma alguma, para que o Banco Nacional de Habitação fizesse a intervenção na Empresa.

Fazemos esta reclamação e ao mesmo tempo apelamos para o Governador do Distrito Federal, Coronel José Ornelas, no sentido de examinar com urgência o problema, dando-lhe a solução que todos esperamos: a imediata admissão dos funcionários da "Colmeia".

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra, para uma comunicação, ao nobre Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Sr. Presidente, agradeço a distinção feita por V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — É que o tempo destinado a essas intervenções já está esgotado. Mas eu não podia deixar de atender a V. Exª

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado. V. Exª foi muito bondoso. Desde que sou Senador, é a segunda vez que peço para falar para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — (PMDB — MS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não posso deixar de fazer esta brevíssima comunicação, quando recebo um convite dos Governadores de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, bem como do prefeito de Corumbá para o I Encontro dos Pantaneiros Mato-grossenses, que se dará simultaneamente com a reativação do CIDEPAN (Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal) no dia de hoje, prolongando-se essa reunião até o dia de amanhã.

O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal foi uma iniciativa de todos os municípios mato-grossenses, à época em que o Estado era um só, formando assim uma união em torno de um programa para se estabelecer a proteção da flora, da fauna e da ecologia pantaneira e, também, sensibilizar o Governo Federal a fim de criar programas para o desenvolvimento daquela grande área.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, esse trabalho foi iniciado no Governo Pedrossian, que construiu uma estrada de rodagem de Corumbá até Miranda e Aquidauana, vencendo os pantaneiros coisa que à época parecia insuperável. Mais tarde, no meu Governo, foram construídos 130 quilômetros da chamada estrada Transpantaneira, que teve de terminar em certo ponto do rio Cuiabá, não podendo continuar a construção dessa rodovia, porque chegou o período das cheias do Pantanal. Quando o Pantanal mato-grossense é invadido pelas águas, isso geralmente acontece durante um determinado período que, então, se iniciou no fim de 1972/1973 e se prolongou até o ano passado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, agora espera-se um período em que não haja enchentes na grande região do Pantanal. E, portanto, é oportuna essa iniciativa dos governadores de Mato Grosso, Júlio José de Campos, e de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins, do Prefeito de Corumbá e dos representantes de todos os municípios da chamada região pantaneira. Essa reunião terá a presença não só dos governadores mencionados, mas, também, de Ministros de Estado, outras autoridades, empresários e todos os interessados na região do Pantanal.

É da maior importância, Sr. Presidente, a reativação do PRODEPAN, que é o Programa de Desenvolvimento do Pantanal, formulado e aplicado em parte pelo Governo Geisel, justamente para a defesa do Pantanal, não apenas para o seu desenvolvimento. Essa área é única em nosso País. O chamado Pantanal Mato-grossense não é só mato-grossense, Sr. Presidente, ele ocupa também uma grande área da Bolívia e uma área ainda maior do Paraguai. Portanto, é uma região para a qual se deve

traçar não só uma política nacional, mas também em cooperação — no nosso modo de entender — com os dois países, a Bolívia e o Paraguai.

Nessas seqüências de obras realizadas pelo Governo Pedro Pedrossian, pelo meu Governo, por esses governos que desejam continuar o programa, muito bem elaborado pelo Governo do Presidente Geisel, o PRODEPAN, teve, também, um resultado: a construção — permitam-me dizer, durante o meu Governo — de uma rede de energia elétrica chegando a Corumbá, transpondo o Pantanal e fornecendo energia elétrica, mesmo, à Bolívia — à cidade de Jarro e, sobretudo, à cidade maior de Puerto Suare. Portanto, o Pantanal tem uma significação que vai um tanto além dos próprios interesses nacionais.

Eu me congratulo, Sr. Presidente, com essa iniciativa dos Governadores Júlio José de Campos, Wilson Barbosa Martins e do Prefeito de Corumbá, Dr. Fadah Scaff Gattas, porque é um trabalho que deve ser reativado. Eu diria mesmo que o Governo Federal deverá interessar-se e elaborar, dentro do menor prazo possível, um programa comum com a Bolívia e com o Paraguai, sobretudo nesta época — para terminar, Sr. Presidente — em que nós vemos a ecologia do Pantanal agredida violentamente por aqueles que estão fazendo uma devastação na fauna pantaneira, sobretudo com a matança de jacarés. Essa reativação do PRODEPAN, Programa de Desenvolvimento do Pantanal, é da maior importância, porque a construção de rodovias é, ao meu ver, a única maneira de, realmente, fazer-se uma eficiente defesa da ecologia do Pantanal.

Termino, portanto, congratulando-me com o Governador, Engenheiro Júlio José de Campos, de Mato Grosso do Sul, com o Dr. Fadah Scaff Gattas, Prefeito de Corumbá, que recebe todas essas altas autoridades e com os demais prefeitos da Região pantaneira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Era o que tinha a dizer. Muito Obrigado. (Muito bem!)

Documento a que se refere o Senador José Fragelli, em seu discurso:

OF/SCCC/893/84

Cuibá, 30 de maio de 1984

Senhor Senador:

Tenho a subita honra de, em nome do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Engº Júlio José de Campos, participar e convidar Vossa Exelência para o I Encontro dos Pantaneiros Mato-grossenses, que dar-se-á simultaneamente com a reativação do CIDEPAN (Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pantanal), nos dias 12 e 13 de junho próximo, na cidade de Corumbá — MS. Incluso, aprez-nos enviar cópia de 01 (um) exemplar dos Estatutos do Consórcio, donde depreende-se que à época da feitura dos mesmos governava o Estado de Mato Grosso, o eminente homem público incrustado na pessoa de Vossa Exelência.

Mister se faz, outrossim, participar-lhe ainda, que num estreito entendimento entre os Governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, avençou-se revigorar o CIDEPAN, trazendo para o Encontro, Ministros de Estado, autoridades e empresários, a fim de sensibilizá-los quanto à importância dessa singular região brasileira e, do cenário mundial — o pantanal — e, sobretudo, emprestar vigência às normas legais disciplinadoras do referido consórcio (CIDEPAN), colimando desta sorte reativar o PRODEPAN, programa de grande alcance sócio-econômico, todavia, em estado latente.

Agradecendo a vossa atenção e no aguardo de uma confirmação da presença de Vossa Exelência, para o real brilhantismo de tão importante conclave, apresentamos nossos votos de alta consideração. — **Djalma Rocha**, Secretário-Chefe da Casa Civil.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Altevir Leal — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Alexandre Costa — José Sarney — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Roberto Saturnino — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Roberto Campos — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 109, DE 1984

Nos termos do art. 198, alínea d, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que as matérias constantes dos itens nºs 12 e 13 sejam submetidas ao Plenário em 2º e 3º lugares, respectivamente.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1984. — **Humberto Lucena**.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — tem 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32, DE 1984

(Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 283, de 1984), que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 79.232.971.409,70 (setenta e nove bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e nove cruzeiros e setenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 32, de 1984.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1984

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 79.232.971.409,70 (setenta e nove bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e nove cruzeiros e setenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Minas Gerais, autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro fixado pelo item III do art. 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, alterada pela de nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de 11.298.030 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais — Tipo Reajustável

— ORTM, equivalente a Cr\$ 79.232.971.409,70 (setenta e nove bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e nove cruzeiros e setenta centavos), considerando o valor nominal do título de Cr\$ 7.012,99 (sete mil, doze cruzeiros e noventa e nove centavos), vigente em dezembro/83, destinada ao giro da dívida consolidada interna intralimite mobiliário daquele Estado, vencível durante o exercício de 1984, mediante ofertas públicas, nos termos do item VII da Resolução nº 565, de 20 de dezembro de 1979, do Banco do Central do Brasil, obedecidas as condições admitidas no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 12:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 99, de 1984, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para a Mensagem nº 68, de 1984, submetendo à deliberação do Senado proposta para que o Governo do Estado do Espírito Santo possa realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.984.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), para os fins que especifica.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Murilo Badaró — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A solicitação de V.Exª será atendida.

De acordo com o Regimento Interno, suspenderemos a sessão durante alguns minutos, para que, através das campanhas, se proceda à convocação dos Srs. Senadores ao plenário.

(Suspensa às 15 horas e 47 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está reaberta a sessão. Persistindo a falta de quorum, a Presidência se dispensa de proceder a verificação. A votação do requerimento fica adiada.

Em consequência, as matérias da pauta, constituída dos Requerimentos nºs 99/84 e 102/84; Projetos de Lei da Câmara nºs 51/78, 54/81, 58/81, 47/83, 5/81, 44/81, 53/77 e 65/79; Requerimento nº 784/83; Projetos de Lei da Câmara nºs 79/79 e 48/83; Projetos de Lei do Senado nºs 145/81 e 76/83, todos em fase de votação, deixam de ser submetidos a votos, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, por cessão do nobre Senador Mário Maia.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Nos últimos três anos (de 1981 a 1983) o produto interno bruto per capita caiu em mais de dez por cento; em 1984 é possível outro resultado negativo.

Os saldos comerciais, ainda que apreciáveis, não são suficientes para reverter toda a situação. A parcela da produção industrial voltada ao mercado externo é pequena, considerando o conjunto do setor, além de um estreitamento do mercado interno de consumo.

A inflação, tomando os doze meses encerrados em maio último, está com o índice de 235,5%. Em paralelo, o indicador geral de pessoal ocupado na economia do País, de acordo FIBGE, vem sofrendo quedas gradativas. Observando a base fixa 100, para o ano de 1976, tínhamos, em novembro de 1983 apenas 85,89. (Na década dos setenta menos pessoas empregadas).

A massa de salários, seguindo o emprego, caiu, bem assim o seu poder aquisitivo — rebaixamento do salário real dos trabalhadores.

A renda **per capita** dos brasileiros (produção total de bens e serviços do País dividido número de habitantes) baixou em 10,3 nos últimos três anos (80 a 83), depois de ter crescido 77,7 de 1970 a 1980.

Enquanto a população brasileira continuou a crescer, acrescentando ano a ano, a produção de bens e serviços do País — PIB — de 80 a 83 teve uma redução de 3,79%. Em 1979, o PIB nacional, a preços de 1970, estava em Cr\$ 196,11 bilhões. Em 1980, chegou a Cr\$ 445,5 bilhões e, em 1983, passou para Cr\$ 428,6 bilhões (preços de 70).

É preciso considerar, também segundo dados do Banco Central (1982) que a renda líquida produzida por brasileiros e transferida para outros países atingiu 5,1% do PIB — a renda enviada para fora chegou a Cr\$ 2,59 trilhões.

A principal causa dessa transferência para outros países — EEUU principalmente, é o pagamento de juros da dívida externa e que, segundo o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas, do total enviado ao exterior, cerca de 70% são juros da dívida. Além da situação salarial vigente perversa, o estado da economia é um fator terrível nas condições gerais da população — acordos FMI — banqueiros, resultando entre outros, o Decreto-lei nº 2.065. A própria classe empresarial já reconhece que não haverá recuperação da economia sem mudança da lei salarial que reponha o poder de compras da classe média e do operariado, para reativar o mercado interno. A Federação das Indústrias de São Paulo desconheceu o 2.065 no reajuste salarial dos metalúrgicos da Grande São Paulo e do ABC. As empresas estatais estão reajustando salários dos funcionários mais categorizados, para não perdê-los (?) acima do 2.065.

Esse conjunto negativo de fatores é dramaticamente sentido no sistema financeiro de habitação.

Dadas as nossas características ao custo da habitação são adicionadas inúmeras parcelas ao financiamento, resultando elevadas prestações, aumentando, portanto, o prazo de amortização. Segundo o BNH, o comprometimento da renda do adquirente de casa própria em 1983 estava em torno de 30%, em qualquer dos planos de amortização existente.

Há, hoje, uma crise sem precedentes. É grande o número dos que atrasam, ou deixam definitivamente de pagar os financiamentos imobiliários. Com mais de três prestações "dependuradas", o que o BNH considera inadimplência, teríamos aproximadamente mais de 15% dos mutuários.

Em 1983, às vésperas de completar vinte anos de existência, o índice da correção monetária das prestações (130,42%) foi superior ao índice de correção de salários, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (124,31%).

Nem a política salarial, já modificada, nem o desemprego foram considerados. O Governo está propondo a enegociação das prestações da casa própria, em bases difíceis de absorção pelos devedores. Dados dependendo de uma melhor avaliação já indicam que 600.000 (seiscentos mil) mutuários não pagaram, provocando um "rombo" de mais de Cr\$ 270 bilhões nos cofres do BNH, ocorrido, ao que consta, pelo Fundo de Assistência Habitacional (FUNDHAB).

Segundo o seu Presidente, Nelson da Mata, o problema é de liquidez, gerados por diferentes fatores da economia nacional, mas que serão superados. Para outros, o

Sistema Financeiro de Habitação, criado em 1964 para "cobrir o déficit habitacional", hoje em torno de 8 milhões de moradias, não é e nem pretende ser social, pois que entre outras coisas, o Governo impôs a desindexação dos salários, e incoerentemente não a estendeu aos demais setores da economia.

A verdade é que os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), utilizados pelo Banco Nacional da Habitação, estão também diminuindo, devido ao desemprego e as próprias cadernetas de poupança — geridas pelo BNH — sofrem retiradas cada mês para cobrir, sem dúvida, o déficit familiar.

Segundo a imprensa nacional são muitos os adjetivos que os mutuários do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) usam para qualificar seu estado de espírito diante do elevado aumento das suas prestações: atordoados, confusos, preocupados, e alguns se autodenominam mortuários. A desinformação é completa. As regras são alteradas ao sabor dos interesses do Banco, visando, antes de mais nada, garantir o SFH.

A visão do Governo é financeira para um problema social da mais alta importância.

A correção monetária aplicável às prestações da casa própria, em julho próximo, quando vencerem muitos dos contratos de financiamento imobiliário (a maioria deles) será de aproximadamente 190%.

Partindo da premissa de que haveria um aumento de 100% de inadimplência diante do reajuste esperado, o BNH desenvolveu estudos no sentido de buscar "a compatibilização da prestação da casa própria com o grau original de comprometimento da renda do adquirente", de acordo com prospecto distribuído pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência do BNH.

O Sr. José Lins — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Ouço o aparte de V. Exª

O Sr. José Lins — Nobre Senador Itamar Franco, é impossível negar os reflexos negativos da inflação e, no que tange ao BNH, esses reflexos são realmente incalculáveis, levando aos mutuários dificuldades quase que intransponíveis. Agora, o que me parece certo é que o esforço que o BNH vem fazendo talvez seja superior até às suas próprias possibilidades. O novo sistema de ajustamento aprovado pelo BNH prevê um aumento das contribuições, das cotas de pagamento mensal dos mutuários, numa média de 80% do aumento do INPC. Nós reconhecemos que os salários têm caído, é evidente, de acordo a nova lei salarial, mas o esforço do Banco tem sido muito grande. Também, é forçoso reconhecer, apesar desse esforço, que o problema de inadimplência continua. A impressão que tenho é que não há saída para esse tipo de problema, a não ser que realmente a inflação caia.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Senador José Lins, ao final do nosso pronunciamento vamos tentar dar um quadro daquilo que pensamos em relação ao Banco Nacional da Habitação. No nosso entendimento — e há pouco dizia isso — o Governo tem se mostrado mais preocupado com o aspecto financeiro do que com o aspecto social. Realmente, V. Exª lembra que o aspecto financeiro se torna importante quando praticamente 600 mil mutuários já estão deixando de pagar a prestação das suas casas próprias.

O Sr. José Lins — V. Exª me permite?

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou tentar demonstrar adiante — e ouvirei V. Exª em seguida — que para a economia brasileira, dependente como está da ordem internacional, 5,1% do nosso PIB foi transferido para o exterior. Desses 5,1% do nosso PIB transferido para o exte-

rior, praticamente 70% foi transferência de renda para pagamento de juros, particularmente para os banqueiros internacionais.

O Sr. José Lins — V. Exª se refere a vários anos...

O SR. ITAMAR FRANCO — Sim, é evidente.

O Sr. José Lins — Vários anos de despesas ou de pagamento, em comparação com o ano...

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu dei aqui a V. Exª

O Sr. José Lins — Sim, eu vi.

O SR. ITAMAR FRANCO — Foi considerando de 1900 a 1973.

O Sr. José Lins — Mas, queria dizer que o assunto que V. Exª traz é da maior importância.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu acho que o assunto é realmente da maior importância.

Agradeço a V. Exª a atenção e o debate.

O Sr. José Lins — O BNH, como V. Exª sabe, tem hoje mais de 40 milhões de contribuintes, de contribuintes, em geral, pobres. São pessoas que cooperam com a parcela do seu Fundo de Garantia para a movimentação do Sistema Financeiro de Habitação; e tem cerca de pouco mais de 4 milhões de mutuários. O grande problema é contentar, ao mesmo tempo, os contribuintes e os mutuários, como V. Exª sabe. Então, concordo com V. Exª que o sistema realmente não é de caráter eminentemente social, embora ultimamente venha assim funcionando em função das medidas que o BNH tomou. Mas, resolver um problema social, como é o caso da habitação, sobretudo para as camadas mais pobres, com um dinheiro que obrigatoriamente terá que ser corrigido na medida em que a inflação o corrói, realmente é muito difícil.

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente, Senador José Lins. Tentaremos mostrar neste pronunciamento essa contradição, que se tenta impor ao sistema tipo capitalista brasileiro, quando a faixa a ser atendida pelo Banco Nacional da Habitação dos mais carentes deste País é muito larga.

Se se buscar no mercado as letras do Tesouro ou se aplicar em caderneta de poupança, o mercado exigirá uma rentabilidade. Evidentemente, essa rentabilidade aplicada ao mutuário de baixo padrão, fará com que ele não tenha condições de pagar a prestação da sua casa própria.

Vamos tentar demonstrar que é preciso haver uma modificação de filosofia do Banco Nacional da Habitação. Então, como dizia a V. Exª, Senador José Lins, a visão do Governo é financeira, para um problema social da mais alta importância.

A correção monetária aplicada às prestações da casa própria, em julho próximo, quando vencerem muitos dos contratos de financiamento imobiliário, a maioria deles será de aproximadamente 190%.

O Sr. José Lins — Quanto?

O SR. ITAMAR FRANCO — 190%.

Daqui a pouco vou dizer o que tenta fazer o BNH para tentar minorar a situação.

Então, veja, Senador José Lins, há dois dias, no subúrbio do Rio de Janeiro, de Bangu, para adquirir um apartamento de dois quartos uma família precisaria ter a renda de seiscentos mil cruzeiros. Veja o padrão exigido para um apartamento de dois quartos, num subúrbio do Rio de Janeiro, em Bangu. Um apartamento realmente pequeno. Seiscentos mil cruzeiros uma família precisaria ter, no mínimo, quatro a cinco pessoas trabalhando para

poder atingir o padrão exigido para adquiri-lo. Veja que há preocupação com a ordem financeira, quando insistimos que a preocupação deva ser social.

Partindo da premissa de que haveria um aumento de 100% de inadimplência se se mantivesse essa correção de 190% diante do reajuste esperado...

O Sr. José Lins — V. Exª me permite? Acho que a correção do banco não vai ser superior a 140% do INPC. Agora, os salários, sim, iriam a 190%.

O SR. ITAMAR FRANCO — O BNH, evidentemente, numa tentativa de evitar esses 100% de inadimplência, oferece, no momento, três opções e uma delas é através da chamada equivalência salarial, a que daqui a pouco vou me referir, para atingir esse teto, que diz V. Exª, de cento e quarenta e poucos por cento, mas que no futuro não vai resolver o problema do mutuário. Pretendemos provar esse fato através dos números.

Partindo da premissa de que haveria um aumento de 100% de inadimplência — repito — diante do reajuste esperado, o BNH desenvolveu estudos, no sentido de buscar a compatibilização da prestação da casa própria com o grau original de comprometimento da renda do adquirente, de acordo com o prospecto distribuído pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência do BNH.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — O que acho dramático, também, nesse problema do Sistema Financeiro de Habitação, é que até há algum tempo o bem imóvel era uma espécie de uma garantia do empréstimo. Quando havia dificuldade para o pagamento da amortização, o mutuário poderia vender o seu bem ou, então, tê-lo como garantia de pagamento do próprio Sistema Financeiro de Habitação. Hoje não, hoje o valor real do bem imóvel não é suficiente para pagar o seu débito perante o Sistema Financeiro de Habitação. Portanto, vê V. Exª hoje quantos são os casos em que o mutuário entrega gratuitamente ao Sistema Financeiro de Habitação o seu imóvel, porque não tem mais condições de pagar e nem de vender, porque ninguém compra aquele imóvel. Nós chegamos a tais distorções que o mutuário que comprar hoje um imóvel novo vai pagar uma amortização menor do que aquele outro que já tem o pagamento fixado por essas normas, que hoje regem o Sistema Financeiro de Habitação. Então, são distorções que, na teoria é muito bom dizermos que acompanha o salário, mas na prática sabemos que o salário real não está acompanhando a amortização do débito. Isso teoricamente sabemos que acontece, porque todas as comprovações são feitas numericamente para isso, mas quando vamos ao dia-a-dia de pessoas que conhecemos e com as quais travamos conversa a respeito do assunto, vemos que vários não têm essa condição de acompanhar. Um salário de um certo nível não acompanha, de maneira alguma, essa questão do reajustamento das prestações do sistema.

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente, nobre Senador Jutahy Magalhães. De distorção em distorção, de tentativa de remendos, vamos chegando à conclusão de que o BNH está falido.

É preciso, então, haver uma profunda alteração na sua estrutura. Nessa profunda alteração, que vamos propor logo em seguida, não há como — continuo insistindo — obter recursos do mercado, porque esses recursos do mercado são muito caros para essa população carente.

Vejo que V. Exª, na sua primeira intervenção, quando encaminhava o aparte, falou muito bem. O indivíduo compra uma casa, daqui a alguns meses a prestação é

mais cara do que o valor de mercado do imóvel que ele adquiriu. Evidentemente, o mutuário não vai agüentar e, não agüentando, ele tem que entregar a casa. Quando não pode entregá-la, ele passa a ser um inadimplente, porque não há outra solução, particularmente, quando se tem no País ainda uma política salarial que não corresponde à realidade do trabalhador, que não lhe permite sequer sobrevivência, quanto mais recursos necessários da ordem de 15% ou 20%, para proceder à amortização da sua casa. Portanto essas distorções que estão à vista de todos é que não conduzem, por incrível que pareça, a uma nova política, e não só política salarial, mas uma busca de uma nova ordem social. Muito obrigado pela intervenção de V. Exª.

Continuo, Sr. Presidente; Alcançou o BNH aquilo que denominam "efeitos redutores" das prestações, com equivalência salarial nas respectivas faixas previstas no Decreto-lei nº 2.065. Antes é necessário mostrar o seguinte — e veja, Senador José Lins, que o que se segue agora não é a fala do Senador da Oposição. Se eu lesse aqui e não dissesse que isso é da nota técnica do BNH, da sua própria Secretaria de Comunicação Social, poderia passar aos Senadores interessados na matéria que era o Senador da oposição que estava afirmando o que eu vou dizer neste instante, quando, em verdade é o próprio Governo que reconhece as suas distorções, ao dizer o seguinte:

"A atual política salarial regida pelo Decreto-lei nº 2.065, de 1983, vem causando forte impacto sobre o comprometimento da renda do adquirente da moradia própria com a prestação mensal de sua dívida hipotecária, notadamente no âmbito da classe média."

Quer dizer, é o Governo que reconhece, porque está atingindo o Banco Nacional da Habitação, que a política salarial imposta pelo Decreto-lei nº 2.065 não pode continuar. Tanto que não pode continuar que é o próprio Governo, através das empresas estatais, que já vem pagando acima do limite do 2.065, demonstrando aqui, Senador José Lins, que a política salarial imposta pelo Governo, face ao acordo com o Fundo Monetário Internacional, ela hoje atingiu em cheio o Banco Nacional da Habitação, quando é o próprio Banco Nacional da Habitação que protesta contra essa política do Decreto-lei nº 2.065.

Srs. Senadores, o que são esses "efeitos redutores" referido, pelo o Banco Nacional da Habitação?

Em primeiro lugar, os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação poderão substituir a correção monetária em UPC pela variação do salário mínimo, como fator de atualização das prestações. Essa é uma fórmula que o BNH está imaginando para poder resolver os seus problemas. Em 1984, esse índice poderia ser reduzido em cerca de 20%.

Vamos observar, segundo o próprio BNH, a partir de julho de 1985, a variação anualizada da correção monetária está prevista com valor idêntico à variação anualizada do salário mínimo, isto é, de 185%.

Aqui, Senador José Lins, vale a pena, e vou pedir a V. Exª, Sr. Presidente, que possa permitir que dos Anais do Senado constem esse dado do Banco Nacional da Habitação, que mostra, exatamente, o que estamos tentando falar em palavras, que, a partir de 1985, o índice da correção monetária cai em relação ao salário mínimo. Então, na correção que o Governo pretende, de 80%, numa prestação de cerca de 180, cairia para 144%, correspondendo a praticamente 25% de uma queda da prestação devida. Mas, a partir de 1985, até 1995, como diz o BNH, nós teremos, então, uma retomada, ano a ano, de 62,7%.

O Sr. José Lins — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. José Lins — O ponto fundamental da metodologia adotada pelo banco foi uma previsão de recuperação dos salários. Evidentemente, o banco, não podendo tirar dinheiro dos depositantes, concede, nessa fase crítica da economia, quando a inflação é muita alta, portanto, custo de vida muito alto, e o salário não está crescendo correspondentemente, o banco reduziria a prestação, e não aumentá-la-ia nos anos seguintes, mas jogaria num aumento de salário da ordem de 5% ao ano, durante vários anos, e assim podendo recuperar os recursos depositados pelos empregados no Fundo de Garantia.

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente, Senador José Lins, e é isto que estou procurando mostrar, que quando for encontrada a curva da correção monetária com a variação anualizada do salário mínimo, e, a partir daí, até 1995, o mutuário tem que estar atento a isso.

O Sr. José Lins — Está de acordo com a legislação.

O SR. ITAMAR FRANCO — ... porque, a partir daí, o Banco Nacional da Habitação, no entendimento deles, começa a recuperar e passa a ter o mutuário do Banco Nacional da Habitação uma preocupação maior.

Porque, por incrível que pareça, como eu disse, nos últimos meses, a variação da correção monetária foi superior à variação da correção salarial. Evidentemente, agora tenta o BNH aplicar a correção salarial, mas já chamando ele mesmo a atenção para o ponto de encontro da curva e a defasagem que haverá, de 5%, até 1995.

O Sr. José Lins — Agora, o que me parece, nobre Senador, muito justo é que o BNH, não podendo penalizar os depositantes do Fundo de Garantia, por tempo de Serviço, ele faz essa concessão, nesse momento crítico, aos mutuários, aqueles que adquiriram casa própria, mas manterá, daqui por diante, sempre a parcela de pagamento anual compatível com o grau de comprometimento inicial do mutuário, em relação ao salário.

O SR. ITAMAR FRANCO — Ai, Senador José Lins, é que nós vamos mostrar que a finalidade social do Banco Nacional da Habitação não atende exatamente à população brasileira mais carente, que, hoje, estaria na ordem de cerca de 8 milhões de habitantes.

O Sr. José Lins — Esse é realmente um outro problema sério.

O SR. ITAMAR FRANCO — E é onde eu tento chamar a atenção, respeitosamente, do Senado para o enfoque social que pretendo dar ao pronunciamento que faço nesta tarde.

Daí em diante, até 1995, como eu já disse, a previsão é de que o salário mínimo supere 5% a cada ano a correção monetária, e o Senador José Lins disse exatamente na sua intervenção o que eu acabo de dizer. Assim, para um abatimento de 25% agora, e isso é preciso que se esclareça ao mutuário do Serviço Financeiro de Habitação, para um abatimento de 25% agora, que ele terá realmente, mais tarde teremos 62%, no mínimo.

Se o reajuste esperado para 1985 for da ordem de 135%, e quem prevê esse reajuste não é o Senador da Oposição, repito, é o próprio gráfico do BNH que prevê o reajuste, quando se encontram as curvas da correção monetária com o salário mínimo, de 135% para 1984, pergunto eu: não estamos diante de uma bomba de retardamento? E aí volto enfaticamente a dizer: a visão do Governo continua a ser financeira, e não social.

No nosso entendimento, Sr. Presidente, em razão do que acabamos de expor, ainda que de uma forma talvez desordenada, mas de uma forma sincera...

O Sr. José Lins — Está certo. V. Ex^a expôs muito bem.

O SR. ITAMAR FRANCO — ...tentando, neste momento em que a política predomina o quadro nacional, mostrar um dos problemas mais sérios do nosso País que é o problema da habitação, nós entendemos o seguinte:

1) O Brasil não tem uma política nacional para o atendimento das necessidades básicas em matéria habitacional.

2) Os poucos programas que existem socialmente, orientados em matéria habitacional, não se encontram nem ordenados entre si, nem foram fruto de um prévio levantamento das prioridades mais urgentes de serem atendidas.

3) Tanto o SFH quanto o BNH — e isso que é importante ressaltar, nobre Senador José Lins — foram fruto de uma filosofia dita liberal ou de mercado, que pode ser adequada a um país com elevado nível de desenvolvimento mas é totalmente inepta para um país como o nosso, formado de grandes massas carentes.

O Sr. José Lins — V. Ex^a me permite?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não.

O Sr. José Lins — Grosso modo, V. Ex^a está certo. Joga-se numa poupança forçada que tem origem no Fundo de Garantia para aplicação, a juros módicos, num programa social. Evidentemente que, fora disso, restaria o Governo subsidiar. O Governo não pode subsidiar todo mundo. Mas, como V. Ex^a sabe, há vários programas do BNH que são altamente subsidiados, como o caso do Projeto CURA, Projeto PROMORAR, agora o recente Projeto MUTIRÃO, são projetos altamente subsidiados, quase todos eles exigem um pagamento mensal da ordem não superior a 10% do salário mínimo. Agora, aí, nobre Senador, é que eu chamo atenção para um problema fundamental: é que é muito difícil nós resolvermos os problemas sociais, isto é, aqueles problemas cujos custos para as populações de baixa renda deverão ser supridos pela classe mais rica, se nós não tivermos um programa de desenvolvimento econômico. Quer dizer, nós não vamos fazer milagre. Pode ser até que se possam subsidiar alguns desses programas, a curto prazo, durante algum tempo, mas a solução do problema do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida das populações mais pobres é muito difícil de resolver, a não ser através da criação de novos empregos, da melhoria do salário, e, certamente, durante algum tempo, através do subsídio, como é o caso do próprio FINSOCIAL que o Governo aplica, em parte, para baratear as habitações das classes mais pobres. Mas eu quero chamar atenção é para esse ponto: é difícil nós resolvermos, continuamente, ou tratarmos, continuamente, os problemas sociais se não tivermos um embasamento econômico para que a sociedade possa arcar com essa despesa.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador José Lins, eu não diria que é difícil. Eu diria que nós teríamos que repensar socialmente o nosso País, e para isso, evidentemente, nós teríamos que examinar a política, na sua forma globalizante. Quando eu digo a política, eu digo a política de uma forma geral, não apenas a política institucional.

Veja V. Ex^a que, ao longo destes últimos anos, nós temos assistido a quê? Que o crescimento social brasileiro tem sido um subproduto do crescimento econômico. Nós temos ordenado a diretriz brasileira para um modelo de desenvolvimento econômico que não pode ser aplicado a uma Nação que busca o seu desenvolvimento, ou a uma Nação pobre ainda como é o Brasil.

O Sr. Cid Sampaio — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não, Senador. Com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Cid Sampaio — Estou acompanhando a sua exposição, corroborando o seu ponto de vista, com a lucidez com que V. Ex^a está analisando o problema. Há a considerar que a preocupação do Governo em eximir-se sempre de qualquer responsabilidade levou, desde o lançamento, o BNH, através de instituições intermediárias, a onerar, com custos adicionais, a construção da casa própria. O BNH não contrata com ninguém, nem com nenhum construtor, a construção da casa própria; ele o faz através de financeiras que, por sua vez, financiam o construtor através do lançamento de títulos imobiliários. Ora, tudo isso é oneroso, custa caro. Isso representou que os bancos, principalmente com a preocupação de lucro que prevalece dentro da estrutura social brasileira, a partir do exemplo do Governo, cobram 15,20%, na intermediação. Por sua vez, os juros dos títulos imobiliários também são elevadíssimos e têm correção monetária. Tudo isso onera o valor da casa, por isso as casas do BNH saem por preço astronômico e o mutuário, quando quer vender a casa, nunca encontra quem dê esse valor. O BNH, para corrigir isso, agora corrigiu as prestações. Todavia, o mutuário fica responsável pelo valor total. V. Ex^a tem toda razão, quando analisa a política que vem sendo adotada, completamente divorciada do interesse social brasileiro. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu é que agradeço a intervenção de V. Ex^a, sempre muito lúcida. Quando V. Ex^a diz custos adicionais, V. Ex^a diz tudo. Exatamente, numa chamada economia de mercado, numa tendência para seguir o modelo capitalista, essas letras do Tesouro, a poupança têm que ter rentabilidade, e ao aplicar essa rentabilidade, ela, evidentemente, vai cair sobre o mutuário, e sobre aquele mutuário que não pode, realmente, pagar. Eu não quero nem entrar no que poderia ter levado ao enfoque na discussão com o Senador José Lins, o problema do custo da construção civil, neste País. Veja V. Ex^a ao que nós assistimos, há alguns dias atrás: por incrível que pareça houve uma briga do cartel de cimento e o preço do cimento despencou de quase Cr\$ 6.000,00 para Cr\$ 2.800,00, pelos menos no meu Estado, Minas Gerais...

O Sr. Cid Sampaio — (Fora do microfone) ...em todo o Brasil.

O SR. ITAMAR FRANCO — É, no Brasil todo. E veja V. Ex^a, que, de repente, o cartel fez as pazes, o CIP (a Comissão Interministerial de Preços) estabeleceu e baixou o preço e assiste ao cartel comandar hoje a política de preço do cimento no País. Quer dizer, como se isso fosse normal, o Governo assiste a isso tranquilamente e não há interferência, tenta-se enganar a opinião pública. É isso, exatamente a que assistimos, fora — como estamos tentando enfocar — a filosofia exclusivamente financeira do Governo que aí está.

O Sr. José Lins — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com prazer.

O Sr. José Lins — Concordo, também, com o ponto de vista do nobre Senador Cid Sampaio de que, ao longo do processo de alimentação dos órgãos construtores, a partir do BNH, há, naturalmente, um aumento de custo: aumento de custo que há, aliás, em qualquer sistema. Mas uma grande parte dessas casas, a maior parte delas, sobretudo as casas de baixa renda, são construídas através das COHABs e hoje há mesmo o sistema de construção pelos próprios donos das casas, o sistema mutirão, representando, em número, já uma quantidade ra-

zoavelmente grande. Há ainda um problema a considerar: é que através desses sistemas são criados dois milhões de empregos no País. Quer dizer, o sistema também tem um lado positivo, que é de realimentação da criação de empregos. Mas não posso deixar de concordar com V. Ex^a que poderia haver métodos mais baratos. O Banco tem-se esforçado, inclusive, no campo da pesquisa, no campo de apoio às empresas de construção civil, mas não posso deixar de reconhecer que há, realmente, uma fuga de recursos que alimenta todo um sistema que poderia, talvez, ser melhor...

O SR. ITAMAR FRANCO — Só alimenta.

O Sr. Cid Sampaio — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não.

O Sr. Cid Sampaio — Por que o Banco, que é banco, concede a intermediação financeira a instituições que foram criadas com esse objetivo, que reservam uma grande margem de lucros? Por que o Banco não financia diretamente a construção, não financia construtores? Bem entendido, o Banco não iria construir, o construtor teria a sua margem de lucros, dentro, inclusive, do processo capitalista. Mas criou-se uma instituição de agentes financeiros que passam...

O Sr. José Lins — Acho que há um engano de V. Ex^a porque o sistema é formado de duas partes. Há o sistema de poupança forçada, que é constituído pelo Fundo de Garantia e há o sistema de poupança livre que é captado pelas financeiras. Não são recursos do BNH que vão para as financeiras...

O SR. ITAMAR FRANCO — Captado pelas financeiras, mas garantido por quem?

O Sr. José Lins — As financeiras são instituições privadas fiscalizadas pelo Governo.

O Sr. Cid Sampaio — Mas só as financeiras financiam; ou as COHABs. O BNH não financia...

O SR. ITAMAR FRANCO — Não são fiscalizadas.

O Sr. José Lins — O BNH financia todas as COHABs, todos os programas habitacionais...

O Sr. Cid Sampaio — As COHABs e as financeiras.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nem fiscaliza, nobre Senador.

O Sr. Cid Sampaio — Fiscaliza, *soi dissant*.

O Sr. José Lins — Apenas, naturalmente, para uma participação mínima em alguns programas.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, dizia eu que, tanto o BNH quanto o Sistema Financeiro de Habitação foram fruto de uma filosofia, dita liberal, ou de mercado, que pode ser adequada a um país com elevado nível de renda.

Esta afirmativa se prende à simples constatação de que os recursos captados pelo Sistema Financeiro de Habitação e repassados aos agentes imobiliários, para financiar a construção de moradias, têm como único móvel a obtenção de alta rentabilidade. Evidentemente, que o setor capitalista só pode visar o lucro.

Tanto os recursos oriundos das Letras Imobiliárias...

O Sr. José Lins — Mas V. Ex^a sabe que esses juros são controlados pelo Banco e repassados para órgãos oficiais.

O SR. ITAMAR FRANCO — Quando V. Ex^a diz controlados eu pediria até que V. Ex^a colocasse isso entre aspas.

O Sr. José Lins — Claro, inclusive há um diferencial entre os juros cobrados para o Nordeste e para o Sul, respectivamente, que são da ordem de 2%.

O SR. ITAMAR FRANCO — Tantos os recursos, nobre Senador José Lins, oriundos das Letras Imobiliárias como aqueles provenientes das cadernetas de poupança, como ainda os restantes egressos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, estão necessária e indelugavelmente vinculados a taxas de rentabilidade atraentes. Evidentemente que têm que estar porque senão ninguém iria colocar lá o seu dinheiro.

Nestas condições, como seria possível conciliar uma política voltada — e aí que eu tento chamar a atenção, Sr. Presidente — nestas condições, como seria possível conciliar uma política voltada para o atendimento das necessidades sociais e básicas, quando os recursos destinados a financiar a construção estão amarrados à rentabilidade de mercado. É difícil entender que amarrado ao financiamento de mercado, se possa aplicar isso para as populações mais carentes, exatamente as populações mais necessitadas deste país...

O Sr. José Lins — Nobre Senador Itamar Franco, eu tenho a impressão que é preciso separar o joio do trigo. Quer dizer, há padrões de habitação que seguem normalmente o curso das exigências de mercado, mas há outros padrões habitacionais que o Governo subsidia, através de vários esquemas, inclusive, do FINSOCIAL, inclusive com os lucros do próprio Banco, que V. Ex^a sabe que estão comprometidos por dez anos para esse rebaixamento das prestações das casas próprias.

Agora, é evidente, e eu concordo com V. Ex^a numa coisa, que é impossível a comunidade subsidiar eternamente ou durante vários anos, longos anos, um problema tremendamente oneroso como este da construção da casa própria que exige, praticamente, a aplicação de uma Itaípu por ano, em termos de dinheiro.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito bem, Senador José Lins.

A filosofia inspiradora do BNH e do Serviço Financeiro de Habitação revelou-se inepta num País de baixo poder aquisitivo como o nosso, levando a uma consequência funesta: à falência de todo o sistema.

A verdade é que o BNH hoje está falido, está quebrado. Por quê? Porque a filosofia não pode se aplicar — continuo insistindo nisso — num País que busca o seu desenvolvimento, ou num País carente de recursos, como o Brasil.

Hoje, deparamo-nos com uma situação paradoxal — e aí é que é importante, Senador José Lins distinguir isso — por um lado, há um excedente de imóveis nas mãos das empreiteiras imobiliárias que não os conseguem vender, enquanto que, por outro, a população carece dramaticamente de condições mínimas habitacionais.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. José Lins — V. Ex^a me permite?

O SR. ITAMAR FRANCO Vou ouvir o nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Itamar Franco, estava eu ouvindo o discurso de V. Ex^a e os excelentes apartes, não só do nosso Partido, mas do Partido do Governo. No entanto, veio-me à mente aqui colocar, no discurso de V. Ex^a, dois fatos que eu gostaria que V. Ex^a, como colega e engenheiro, analisasse. Primeiro: há pouco tempo, lá no Estado do nosso eminente Senador José Lins, essas financiadoras, que repassam o dinheiro do

BNH para a construção civil, se viram a braços com o problema da **ina** **implência** dos tomadores, dos compradores dos apartamentos, e elas pediram ajuda dos construtores para cobrar aquela parcela que o mutuário não pode pagar — aliás, chamam-se atualmente de mortuários porque não podem pagar. Então, os construtores disseram: "Não. A nossa obrigação era apenas construir." "Sim. Mas vocês têm que nos ajudar a cobrar aquilo que nós não podemos cobrar". Então, eles disseram: "Nós não temos condições de fazer isso. Por que vocês não tomam o imóvel que está hipotecado à financiadora?" "Eles disseram: "Porque o valor do imóvel é muito menor do que o financiamento." E, a partir desse momento — aí é incrível — não se pode mais evitar. "Ah; então, vocês estão cobrando mais do que vale o objeto financiado? Então, não podemos entender mais nada. Quer dizer, está hipotecado por um valor menor, enquanto vocês estão cobrando mais do que vale." Então, qual é o milagre, qual é o mistério desse negócio? Primeira pergunta aos companheiros que podem pegar um lápis e me vem à idéia: por que existe este negócio de correção monetária e não sei que mais? Isso foi inventado, aí, depois de 1964, se não me engano, para se corrigir uma distorção de um período da Revolução, entre 1964/1965 e esqueceram de eliminar o remédio, não parece isso? E, a partir daí, passou a ser dogma: todo mundo só pode trabalhar com essa correção. E a correção, e a inflação e a bola de neve vão crescendo, não tem fim aonde chegar. V. Ex^a concorda comigo?

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente. Ainda há pouco, mostrava eu — aliás, num gráfico do próprio Governo, precisamos esclarecer que o gráfico não é do homem da Oposição — que houve, agora, quase nesses vinte anos de existência do BNH, que a correção monetária foi maior do que a correção da curva salarial. Agora, vem o BNH exatamente fazer uma projeção, mostrando que vai haver um ponto de incidência, a partir de 1965, quando, aí, então, até 1985, teremos uma diferença de 5% dessa correção monetária. E veja que V. Ex^a tem razão, quando se refere à correção monetária inventada por este Governo, é que, no próprio BNH, já houve um determinado momento em que ele teve que aplicar um redutor sobre essa correção monetária. Porque, se ele não aplicasse o redutor sobre essa correção monetária,...

O Sr. Alberto Silva — Já tinha estourado.

O SR. ITAMAR FRANCO — ... já tinha estourado. Quer dizer, ele mesmo, o Governo, foi obrigado a aplicar o redutor a essa correção monetária. E é essa correção monetária que o Ministro diz, a todo o momento, que tem que acabar.

O Sr. Alberto Silva — Estão trabalhando com um monstro! Eles não controlam.

O SR. ITAMAR FRANCO — É isso, Senador. Eu não tenho dúvida de que, se o BNH continuar nessa filosofia, vai estourar, vai falir e não vai resolver o nosso problema.

O Sr. Alberto Silva — Todo o nosso País está submetido ao monstro.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer.

O Sr. José Lins — Não sei qual foi a filosofia que V. Ex^a se referiu. V. Ex^a disse textualmente: "se o BNH continuar com essa filosofia, ele vai estourar".

O SR. ITAMAR FRANCO — Vai estourar, não, já está estourado, já está quebrado.

O Sr. José Lins — Não, eu peço licença a V. Ex^a para, primeiro, contestar: o BNH não está quebrado. O BNH é um banco sólido. Agora, tem o problema de liquidez e de recursos para reappicar. V. Ex^a sabe que os recursos do BNH provêm, primeiro, dos depósitos...

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador José Lins, sabe porque eu...

O Sr. José Lins — V. Ex^a me permite?

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou ouvir V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. José Lins — Os recursos do BNH provêm, em parte, do Fundo de Garantia, que é compulsório, V. Ex^a sabe disso; e, em parte, naturalmente, dos retornos. São esses retornos, essas parcelas, nobre Senador, que têm caído, porque os salários têm se elevado menos do que o INPC. Então, o BNH tem sido uma vítima da inflação, mas o BNH tem sido muito bem conduzido. E aqui, no momento, eu gostaria de fazer justiça, não só ao Presidente José Lopez, como ao Sr. Nelson da Matta. Veja V. Ex^a o seguinte: são recursos aplicados por longos anos, 15 a 20 anos. Então, o retorno é relativamente pequeno. E, por outro lado, a questão dos imóveis já construídos e que não estão tendo saída, evidente, é um problema de ganho dos assalariados. Mas V. Ex^a sabe que o Banco, agora, adotou uma nova sistemática. Há poucos dias, resolveu alugar essas construções, com uma cláusula de aquisição pelo inquilino. É uma espécie de **leasing**. Mas, veja V. Ex^a que o esforço do BNH tem sido enorme. É, realmente, muito difícil a um sistema como esse se manter, por longos anos, cobrando menos do que a correção monetária — cobrando dos seus mutuários menos que a correção monetária — se esta inflação não cair.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Senador José Lins, em primeiro lugar, nós estamos colocando o problema de uma maneira impessoal.

O Sr. José Lins — Claro, e tenho a impressão de que estou de acordo com V. Ex^a.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu não estou, aqui, me referindo ao Diretor "a" ou ao Presidente "b", absolutamente. Estou tentando enfocar o meu pronunciamento de uma maneira...

O Sr. José Lins — Apenas, chamei a atenção para o esforço que, socialmente, se incide em construção.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sim, é a minha filosofia. Mas não adianta esse esforço. Quando V. Ex^a diz que o BNH é vítima da inflação, eu digo que não é apenas o BNH que é vítima da inflação — é todo o País que é vítima da inflação.

O Sr. José Lins — No caso, V. Ex^a analisa o BNH.

O Sr. Cid Sampaio — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — O BNH ainda não falhou, não está quebrado, porque é um organismo do Governo pois, caso contrário, já tinha ido embora.

Já concederei o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Cid Sampaio.

O Sr. José Lins — V. Ex^a sabe que o nosso sistema está sendo produzido pelas financeiras, que não são do Governo...

O SR. ITAMAR FRANCO — Daqui a pouco, vou chegar naquilo que V. Ex^a disse, de que o BNH adotou ou não, ainda que abordando de uma maneira ligeira, o que é o chamado **leasing** imobiliário.

O Sr. José Lins — Há poucos dias, adotou o *leasing*.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Senador Cid Sampaio, ouço, agora, o aparte de V. Exª, com muito prazer, antes de prosseguir no meu pronunciamento.

O Sr. Cid Sampaio — Nobre Senador, eu queria salientar que só discordo de V. Exª no "se". O que quero dizer, realmente, é sobre o que V. Exª disse antes que eu me pronunciasse — é que o BNH representa um todo dentro do Governo e o seu otimismo, o seu "se" em decorrência do otimismo deles, é pensando que a recuperação dos salários e a baixa da correção monetária programada vai resolver. Mas como nós podemos acreditar numa programação? Quantas vezes foram fixadas normas?

O SR. ITAMAR FRANCO — Acho que há um engano. Ao contrário, estou mostrando que o banco está caminhando, no meu entendimento, o banco está quebrado. Dentro dessa filosofia imposta, implantada, não vai resolver o problema.

O Sr. Cid Sampaio — O próprio gráfico acredita...

O SR. ITAMAR FRANCO — O gráfico do BNH acredita.

O Sr. Cid Sampaio — Acredita que a correção monetária vai cair 5% anualmente. Mas como podemos acreditar numa promessa dessa? Quantas vezes foram casadas a correção monetária com a correção cambial e, no meio do caminho, suspensas? Foram feitas promessas, marcadas condições e alteradas. Nós estamos criando um monstro, um monstro que engloba tudo e que está devorando o País todo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente, estamos de acordo com V. Exª

O Sr. Cid Sampaio — Mas manipulado e manobrado pelos homens responsáveis pela condução do País.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu vou mostrar isso.

9) a contradição advém do fato de terem sido os recursos financeiros tomados para a construção junto ao mercado financeiro altamente especulativo o que encareceu sobremaneira o custo final;

É o que dizia, há pouco, o Senador Alberto Silva.

10) a recessão econômica, o desemprego e o achatamento salarial impedem até mesmo à privilegiada classe média ter acesso à aquisição de unidades;

11) os incorporadores, por seu turno, encontram-se em difícil situação, pois, enquanto não vendem, são obrigados, a partir do habite-se, a arcar com os ônus das pesadas amortizações mensais das unidades construídas;

12) suscita-se, hoje, como solução paliativa, a introdução de *leasing* imobiliário, uma forma de contrato de locação com opção final de compra para o locatário. Pode ser que esta solução remeta para o futuro o inevitável quebrado sistema mas certamente não poderá evitá-la pois este, como já deduzimos, é totalmente inadequado para uma economia com as características na nossa;

O Sr. José Lins — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer.

O Sr. José Lins — A questão da construção da casa própria nunca foi tão bem conduzida, neste País, como o foi pelo Sistema Financeiro de Habitação.

O SR. ITAMAR FRANCO — Acha V. Exª?

O Sr. José Lins — Acho, porque foi um sistema que beneficiou a mais de 5 milhões de famílias. Gostaria que V. Exª me dissesse como é que a comunidade poderia

privilegiar a classe mais pobre num programa dessa dimensão... gostaria que V. Exª me dissesse de onde tirar o dinheiro.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou dizer daqui a pouco a V. Exª

O Sr. José Lins — Se V. Exª resolver este problema, para mim ou para o País, estará dando uma grande contribuição.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou dar a minha idéia a V. Exª, se bem que não tenha a obrigação de fazê-lo, porque não estou dirigindo o País nem o Banco Nacional de Habitação.

O Sr. José Lins — Nada por obrigação, estou é recorrendo à inteligência de V. Exª. V. Exª, com a inteligência privilegiada que tem, pode, se quiser, dar a sugestão.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Exª, que representa o Governo, e o faz muito bem, com a sua inteligência e assiduidade aqui, no plenário, é que poderia trazer, com as luzes, repito, da sua inteligência, as soluções que aí estão.

O Sr. José Lins — Aliás, já me referi ao meu pensamento.

O SR. ITAMAR FRANCO — Porque, a verdade, Senador José Lins e vou em seguida mostrar a V. Exª o que penso em relação ao Banco Nacional da Habitação, a verdade é que a filosofia do Governo é uma filosofia financeira, quando eu preconizo uma mudança social para o País.

O Sr. José Lins — Logo, V. Exª terá que encontrar um fundo social...

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente, quando falo numa política globalizante, não me refiro, apenas, ao Banco Nacional da Habitação, acho que este País precisa se repensar socialmente em toda a sua filosofia de trabalho, em toda a sua diretriz de desenvolvimento, não apenas em relação ao problema da moradia, que no dia de hoje enfoco...

O Sr. José Lins — Ouvirei V. Exª, é muito interessante.

O SR. ITAMAR FRANCO — É importante que, na regulamentação do *leasing* — se é que venham a aplicá-lo — não se venha a prever a alocação de recursos públicos para viabilizá-lo... — essa é a primeira dúvida que tenho em relação ao *leasing*, se nós vamos ter que aplicar ou não recursos do poder público para viabilizar esse *leasing* até agora, apenas a idéia foi lançada, a do *leasing* imobiliário — pois estaríamos onerando o Erário com encargos que além de duvidosos resultados, visa tão somente salvar uma privilegiada minoria. Porque, evidentemente, os 180 mil imóveis que aí estão, ao que me parece, seriam mais da média para cima...

O Sr. José Lins — V. Exª já acha que o Governo não deve subsidiar?

O SR. ITAMAR FRANCO — Nesse caso, da classe privilegiada, não.

O Sr. José Lins — Não, as casas que estão à disposição para a venda não são privilegiadas.

O SR. ITAMAR FRANCO — E aí é que está, Senador, o BNH está lançando a idéias do *leasing*...

O Sr. José Lins — As casas são da COHAB, são casas de baixa renda...

O SR. ITAMAR FRANCO — Não sei, não sei se são apartamentos de alto poder aquisitivo...

O Sr. José Lins — Posso garantir a V. Exª que não são.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não sei, V. Exª, como Líder do Governo, pode afirmar. Mas, a idéia lançada, a do *leasing* imobiliário para — usando a expressão deles — desovar 180 mil habitações, precisa ser caracterizada. Se for do padrão de alto luxo, da classe média para cima, não há como poder...

O Sr. José Lins — Estou de acordo com V. Exª

O SR. ITAMAR FRANCO — cremos que a solução é a solução do mercado, tão a gosto da elite que comanda, que haja uma acomodação geral dentro das regras do jogo, da livre iniciativa, penalizando-se com risco de perda àqueles que assumiram a possibilidade de lucrar. Evidentemente, os grandes construtores, as grandes empresas que buscaram um mercado mais rentável, têm que arcar com as suas responsabilidades e os seus custos.

Paralelamente — e aí que vem, Senador José Lins, a síntese da nossa opinião — entendemos que a única solução viável, até que o País possa — repito a V. Exª — até que o País possa ter uma política social adequada para o Brasil, a única solução viável para enfrentar a crise habitacional é a alocação de recursos do Tesouro, oriundo de tributos e outras fontes, sem preocupações de remunerar o capital utilizado no financiamento da construção.

Esta é a minha indicação para o país Brasil.

O Sr. José Lins — V. Exª sabe que esses recursos de Tesouro são extraídos do povo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador José Lins, esses recursos do Tesouro...

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou dar o aparte a V. Exª, Senador Alberto Silva, apenas para dizer algumas coisas ao Senador José Lins.

Veja V. Exª, e aqui está o exemplo do Congresso Nacional, e quase todos os dias o Senador Fábio Lucena lembra isso, o Senador Cid Sampaio, todos nós, é isso que aqui está. O que aprova o Senado, o Congresso Nacional? Aprovam orçamento fiscal da ordem de 30 trilhões de cruzeiros, que não temos nem estrutura suficiente e adequada para fiscalizar esse orçamento fiscal. No entanto, o Conselho Monetário Nacional, acima do Congresso Nacional, vai aprovar orçamento da ordem de 90 trilhões de cruzeiros, que o Governo, a todo instante, modifica pelo telefone. O Ministro telefona para o fulano lá que o representa no Conselho Monetário e diz: Vou alterar isso aqui, hoje vou jogar tantos por cento para agricultura, vou jogar tantos por cento para outros problemas, e essas alterações são feitas.

Então, Senador José Lins, aí é que eu volto, nós precisamos ter uma filosofia, realmente, por que não seria justo aplicar recursos de Tesouro às populações carentes? Seria sem, e seria possível, melhor do que ouvir o que ouvimos e é importante sempre considerar isso nos anais do Senado.

O Sr. José Lins — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — É que em uma noite, um indivíduo que não tinha condições físicas nem mentais, a mentais aí já fica por minha conta, mas não tinha condições físicas. Ele levanta numa noite, num organismo do Governo, percorrendo todos os gabinetes da nossa República, 30 bilhões de cruzeiros, para 9 dias depois sua empresa ir à falência. Aí há recursos, aí há recursos do Tesouro, aí o Tesouro pode assistir a essa gente.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou só ouvir o Senador Alberto Silva e, em seguida a V. Ex^a e, Sr. Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Itamar Franco, é porque eu não tinha entendido o último parágrafo do excelente discurso que V. Ex^a faz nesta tarde, mas agora entendi, V. Ex^a propõe que o Tesouro aloque recursos para esses setores.

O SR. ITAMAR FRANCO — Lógico, para esses setores carentes, sem remuneração de capital, evidentemente.

O Sr. Alberto Silva — Antes que V. Ex^a conclua, voltando àquele tema inicial, é que os mutuários que são os que compram a casa e não podem pagar porque, às vezes, estão desempregados, às vezes são desempregados depois de terem feito o contrato, o que o Senador José Lins disse, sobre o aporte de recursos, quer dizer, o retorno tem caído, mas é claro que tem caído, como é que não ia cair se o povo está sendo desempregado, os que compram as casas como vão pagar e os que ainda não estão empregados, como vão comprar? Então, acho que seria necessária que, paralelamente, tivesse uma medida em que o pessoal que comprasse a casa pudesse pagá-la.

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente.

O Sr. Alberto Silva — No campo, por exemplo, e agora queria apenas lembrar V. Ex^a, vou fazer um discurso aqui sobre isso; eu tive uma longa conversa com o General Danilo Venturini e propus a ele, no meu Estado, onde o Governo Federal está fazendo um pequeno açude, e há populações carentes desta seca que incharam uma das nossas cidades, e estão criando problema para o prefeito, que elas sejam devolvidas ao campo e assentados no perímetro molhado do açude; uma pequena estrada contornando e que eles usem a vazante do açude, em vez de obra de irrigação complicada a jusante da barragem. A água já está lá, nobre Senador, nós engenheiros aqui e o nobre Senador José Lins sabemos disso também, a água já está lá. Quando o açude vai secando, aquela vazante do açude dá feijão o ano todo, e quando o açude enche, é porque está chovendo, então ele planta no alto, porque pode plantar. A renda é absolutamente segura, a não ser que o açude seque, o que não é provável. Então, V. Ex^a vê que o problema é só de lógica, bom senso e competência para colocar a questão. Então, proponho que o BNH faça uma casa popular para cada uma dessas famílias. Estas garantem o pagamento ao BNH, porque eles têm renda. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sou eu quem agradece a intervenção de V. Ex^a.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Líder.

O Sr. Humberto Lucena — Antes que V. Ex^a termine, desejo cumprimentá-lo pelo seu excelente pronunciamento que enfoca, nos seus devidos termos, a posição do nosso Partido, o PMDB, quanto a esse momentoso

problema que tanto angustia o povo brasileiro, sobretudo as suas camadas mais desfavorecidas, inclusive a classe média que, como sabe V. Ex^a, está altamente sacrificada com a última política salarial baixada pelo Decreto-lei nº 2.065. Aproveitando a oportunidade, lembro a V. Ex^a que a nossa Bancada tomou a iniciativa de uma comissão parlamentar de inquérito, que vai ser instalada por estes dias, justamente para investigar, em profundidade, a atual política levada a efeito pelo Sistema Financeiro da Habitação, gerido pelo BNH no País. E eu, de público, convido V. Ex^a para ser um dos integrantes desse órgão técnico, dado o conhecimento de causa que tem V. Ex^a do assunto, podendo, portanto, dar uma grande contribuição à sua solução, no âmbito do Senado Federal.

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Humberto Lucena. E, como diz o nobre Líder, esta é a filosofia do nosso Partido, é a filosofia que nós temos a esperança de que um dia o País possa considerá-la no seu aspecto humano e no seu aspecto também social. Agradeço de pronto o convite que V. Ex^a me faz.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador José Lins, a Presidência me chama a atenção, e vou encerrar; mas se V. Ex^a gostaria de aduzir algo às suas considerações, para honrar mais uma vez o meu discurso, eu o ouvirei.

O Sr. José Lins — Eu gostaria, nobre Senador, se V. Ex^a me permite. Sempre tenho uma grande admiração pela palavra de V. Ex^a.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado.

O Sr. José Lins — V. Ex^a é um analista competente, um homem de raciocínio límpido. Mas eu gostaria de trazer à consideração um problema mais amplo, já que V. Ex^a mesmo quis dar uma dimensão mais ampla, V. Ex^a analisou o BNH, mas teve a intenção de citá-lo apenas como exemplo. Mas, é muito fácil identificarmos que a comunidade produz, por ano, um certo volume de riqueza, a que chamamos de PIB — Produto Interno Bruto. Esse dinheiro todo, essa renda toda está dividida em parte para pagamento de salários. Sabe V. Ex^a que o que vai para salários é superior a 50% do PIB; uma parte fica nas empresas privadas para reinvestimento, investimentos novos, e são esses investimentos novos que criam empregos; outra parte é arrecadada pelo Governo que, em parte, também aplica em investimentos, e em parte aplica em subsídios. V. Ex^a pode citar, por exemplo, o orçamento do INPS, que é quase igual ao da União, e que é, de certo modo, também tirado do trabalhador e, em parte, subsidiado pelo Governo. V. Ex^a pode citar o próprio Sistema Nacional de Habitação, que leva subsídios do Governo. V. Ex^a pode citar o FINSOCIAL, cujos recursos são distribuídos para os mais diversos fins sociais. V. Ex^a sabe que o ensino público é gratuito; V. Ex^a sabe, também, que a saúde pública e assistência à saúde é em grande parte, subsidiada pelo Governo. E V. Ex^a sabe mais, que esses recursos são tirados da comunidade. Dessa maneira, note bem V. Ex^a: chegamos, finalmente,

à conclusão de que o volume de subsídios, inclusive dado à agricultura, estava gerando tal distorção, na economia do País, e criando tais problemas de inflação ou de aumento da dívida pública, que, por sua vez, obrigava a emissão de letras, que, por sua vez, aumentava os juros, que, por sua vez, puxava a inflação. Então vê V. Ex^a como o problema é complexo. Não basta dizer "O Governo deve tirar dinheiro para subsidiar isso ou aquilo". Na realidade, a base de toda a solução dos problemas tem que ser econômica, até para poder tirar desse bolo econômico uma certa parte para subsidiar as classes mais pobres. Apenas acho que o problema do investimento, o problema da criação de emprego, o problema social não pode jamais ser separado do problema econômico.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, vou encerrar. Senador José Lins, eu não gostaria de estender o debate, já que o Presidente me chama a atenção; mas peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, apenas a paciência de aguardar dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Paciência eu tenho, nobre Senador, o problema é o tempo. Não tenho é tempo, paciência eu tenho. É que há outros Senadores inscritos.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a, que além de um Senador é filósofo, sabe que se pode controlar o tempo, tendo-se um pouco de paciência.

Mas, Senador José Lins, eu não quero nem me estender no debate sobre o problema do Produto Interno Bruto, nem analisar, apenas tentei, ainda que ligeiramente, mostrar que, por incrível que pareça — e sei que V. Ex^a não está de acordo com isso — quanto ao nosso Produto Nacional Bruto, e não preciso dizer isso a um economista, a um engenheiro como V. Ex^a, mostrar a diferença entre o PIB e o Produto Nacional Bruto; quando nós estamos transferindo — e os dados são do Governo, são do Governo de V. Ex^a — quando, no ano de 1982, nós transferimos 5,1% da nossa renda, que correspondeu a mais de 2 trilhões de cruzeiros, para pagamento, praticamente, de juros do serviço da nossa dívida.

O Sr. José Lins — V. Ex^a sabe que não chega a 5%, a transferência de juros; seriam 30 bilhões de dólares.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador José Lins, os dados são do Governo de V. Ex^a.

O Sr. José Lins — Mas posso dizer a V. Ex^a que esses dados não correspondem à verdade.

O SR. ITAMAR FRANCO — Então, depois, V. Ex^a poderia até trazer esses dados, porque eu até gostaria de confrontar com os meus.

Então, a verdade — e vou encerrar, Sr. Presidente — é que precisamos dar uma filosofia diferente ao desenvolvimento deste País; o Senador José Lins fala no seu desenvolvimento, na procura do desenvolvimento, estamos de acordo, mas é preciso que esse desenvolvimento alcance o setor social, sob pena deste País não ser a grande Nação do Século XXI, que ela pretende ser.

Muito obrigado, pela paciência de V. Ex^a, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ITAMAR FRANCO, EM SEU PRONUNCIAMENTO

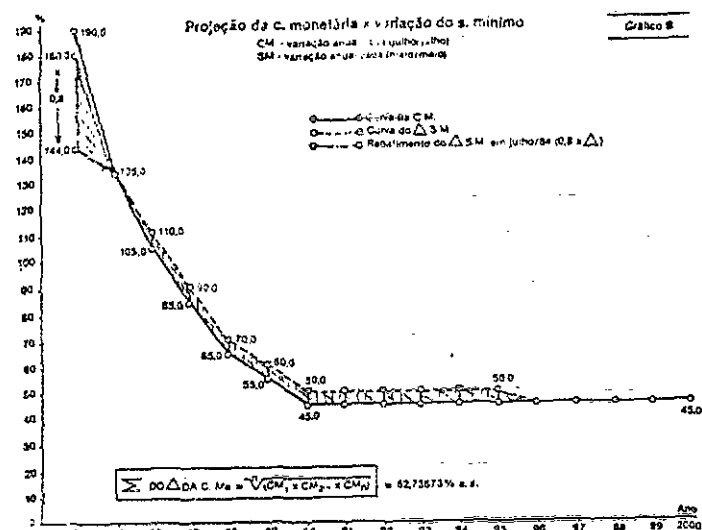


TABELA I

Evolução do comprometimento de renda no SFH
jul/82 a jul/84

PES/SAC

		Valor aproximado do financiamento em UPC				
Ano Dados		780	1.790	2.385	3.030	3.950
82	Renda (S.M.)	3,00	7,00	10,00	15,00	20,00
	Renda (C.R.)	49.824,00	116.255,00	165.080,00	249.120,00	332.150,00
	Prestação (C.R.)	16.072,92	47.532,12	72.958,50	96.236,04	140.885,36
	Prest/Renda (%)	32,26	40,83	43,94	38,63	42,44
83	Renda (S.M.)	3,08	7,07	10,02	14,66	19,06
	Renda (C.R.)	107.281,23	246.005,88	348.533,32	509.838,24	662.754,08
	Prestação (C.R.)	36.125,00	106.281,00	162.195,00	212.565,00	312.297,00
	Prest/Renda (%)	33,67	43,20	46,54	41,89	47,12
84	Var. % da Renda	115,32	111,61	109,88	104,68	99,53
	Var. % da Prestação	124,76	123,80	122,28	121,92	121,55
N. 485	Renda (S.M.)	3,08	6,75	9,25	12,80	15,90
	Renda (C.R.)	300.337,61	658.029,90	900.766,11	1.248.706,74	1.548.125,78
	Prestação (C.R.)	102.344,00	299.596,00	454.577,00	597.567,00	872.455,00
	Prest/Renda (%)	34,07	45,53	50,48	47,93	56,39
Correções	Var. % da Renda	180,00	167,48	158,44	144,53	133,59
	Var. % da Prestação	163,31	181,89	180,27	179,82	179,37
	Prestação recalculada	66.585,00	135.032,00	295.502,00	390.300,00	571.271,00
	Prest/Renda (%)	22,17	29,64	33,92	31,31	36,90
N. 485	Var. % da Renda	180,00	167,48	158,44	144,53	133,59
	Var. % da Prestação	84,32	83,51	82,81	82,78	82,93

NOTA: Extinção de julho de 1984, uma variação da CRN (12 meses) = 190% e do SM no mesmo período, em 180%.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amaral Peixoto, por cessão do Sr. Senador Murilo Badaró.

O SR. AMARAL PEIXOTO (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

No último domingo, 10 de junho, as comunidades da Tcheco-Eslováquia, do Rio de Janeiro e de São Paulo, reuniram-se na Cidade de Lídice, no meu Estado; e tiveram a bondade de me convidar, para estar presente. Comemorava-se ali o 40º Aniversário da Lídice fluminense. É preciso fazer um pequeno histórico do que foi Lídice.

Em 1943, a Rádio de Berlim anunciava que Lídice havia desaparecido do mapa da Terra. A cidade foi, realmente, destruída pela artilharia alemã; em seguida ocupada pelas tropas SS. Os homens foram levados para a praça pública e fuzilados, trezentos e poucos; e as mulheres e crianças, postas em vagões de carga, levadas para os campos de concentração.

No mundo, levantou-se um clamor contra isso. Em vários países, criaram-se cidades com o nome de Lídice. Eu era Interventor, no Estado do Rio de Janeiro, radicalmente contrário ao nazismo, como sempre fui. Resolvi logo dar a uma localidade do Estado do Rio, que era um pequeno distrito do Município de Rio Claro, dar o nome de Lídice. Construí uma escola, a qual dei o nome

de Presidente Benes, o homem sacrificado, também, durante a guerra. Daí para a frente, todos os anos, realizam-se essas concentrações. Então, fiquei realmente emocionado ao ver aqueles homens — muitos dos quais não puderam voltar à pátria, porque não concordaram com o regime que se instalou no País — homens esses que usavam, então, roupas características de sua terra. As mulheres estavam vestidas com os trajes da Boêmia, cantando o hino nacional, com lágrimas nos olhos; em seguida, as crianças brasileiras cantaram o nosso Hino nacional.

Quero registrar esse fato nos Anais do Senado, em homenagem a essas comunidades que trabalham ao nosso lado, e criam riquezas no Brasil, que são hoje mais identificadas porque perderam a pátria e vivem no nosso meio, têm filhos brasileiros.

Lá estavam também delegações de antigos combatentes da nossa Força Expedicionária, antigos combatentes americanos, ingleses, belgas, franceses. Foi um espetáculo realmente emocionante.

O Sr. José Lins — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — Com muito prazer.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Amaral Peixoto, quero aproveitar esta oportunidade para dizer, de público, o que penso, desde que me entendo: que V. Exª é uma das nossas reservas morais e políticas...

O SR. AMARAL PEIXOTO — Obrigado a V. Exª

O Sr. José Lins — ... melhores e mais admiráveis. V. Exª tem toda uma vida de dedicação a este País, dentro de um padrão de honestidade e de trabalho, que, hoje, deve servir de exemplo para todos nós. Feliz o homem que pode contar a história que V. Exª está nos contando, um caso que ajudou a redimir erros humanos e a criar esperança nova para uma população sofrida como foi a de Lídice, exemplo da maldade humana, mas que ressurgiu redimida em tantas partes do mundo, uma delas no seu Estado, pelas mãos de V. Exª Meus parabéns.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Muito obrigado pelas palavras generosas de V. Exª

Eu queria dizer que existem hoje líderes em 16 países do mundo, inclusive no nosso, e em todos esses lugares esse nome representa mais do que uma homenagem àqueles que foram sacrificados pela barbaridade da guerra, mas um brado de alerta contra o espírito totalitário, representa o protesto da Humanidade para que aqueles fatos não se repitam mais.

O Sr. Cid Sampaio — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Cid Sampaio — Nobre Senador Amaral Peixoto, quero felicitá-lo por, algum tempo passado, ter prestado essa homenagem a um povo que foi vítima da violência, do arbítrio e do totalitarismo. Hoje, aqui no Brasil, essa homenagem nos comove, nos sensibiliza e nos estimula, porquanto, nobre Senador, nós também vivemos 20 anos no silêncio, na opressão, sob o comando arbitrário que impõe ao povo brasileiro submissão, sem lhe permitir participação. Aproveito essa magnífica oração de V. Exª para fazer votos que o Senado da República, como o Congresso brasileiro, associem-se a um movimento que partiu da própria população brasileira, para que de uma vez por todas nós ponhamos um ponto final no arbítrio e o povo venha, na realidade, a escolher os seus governantes, o que significa dizer escolher o seu próprio destino. O exemplo de V. Exª, alguns anos passados, é também um exemplo hoje. Só espero que o Congresso brasileiro, que V. Exª dignifica, siga o exemplo e possamos nós todos juntos ajudarmos o povo brasileiro a completar a sua libertação. Muito obrigado a V. Exª

O SR. AMARAL PEIXOTO — Muito obrigado também a V. Exª pelo julgamento que de mim faz. Quero dizer desta cadeira, o mesmo que disse há poucos dias ao Líder Humberto Lucena, inclusive sentado nesta cadeira que V. Exª ocupa no momento como Líder do Movimento Democrático Brasileiro: não são muito diferentes os nossos pontos de vista, talvez o detalhe ou o modo de execução, porque como V. Exª, sou um homem convencido de que só se pode redemocratizar o País através de uma Assembleia Constituinte. E quando resolvi ingressar no PDS, eis que o partido a que eu pertencia estava extinto, é porque estava convencido, em grande parte pelo trabalho do nosso saudoso e eminente presidente Petrônio Portella, de que o pensamento do Governo era realmente de reconstitucionalizar o Brasil, redemocratizar o Brasil, dando anistia, que já deu e tomando uma série de medidas, embora concorde com V. Exª de que outras precisam ser tomadas ainda.

Mas espero que possamos nos entender e possamos dar tranquilidade ao nosso País. Como ontem sofreu a humanidade, aquele horror que os moços não conhecem — V. Exª menos do que eu, porque mais moço, mas deve se lembrar bastante —, para que não mais se repita no mundo aquele horror da guerra sem tréguas, que não se repita no Brasil o desentendimento entre os brasileiros, porque a pior coisa que pode existir num país é a Casa dividida, e nós estamos nesse momento com a Casa dividida. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Gabriel Hermes. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Héliq Gueiros. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O magistério universitário das instituições de ensino federais autárquicos mobilizaram-se, recentemente, num movimento reivindicatório que chegou à greve nacional, lutando pela melhoria de suas condições de trabalho e pela preservação do ensino superior público e gratuito no País, crônica e crescentemente degradado principalmente nas autarquias federais.

Já em outubro do ano passado o movimento se afirmava, em advertência continuadas, sem que o MEC pudesse atuar, para prevenir um surto grevista.

Enquanto isso, os salários desses profissionais reduziram-se em cerca de um terço do seu valor real, em um ano, ocorrendo a evasão de professores e técnicos, anulada a atuação acadêmica dos que não tinham como ampliar seus instrumentos de trabalho, impedido de adquirir livros e revistas especializadas, as escolas sem condições mínimas para a contratação de docentes já aprovados em concurso público, os prédios em péssimas condições de higiene e segurança, equipamentos deteriorados, porque inexistentes as verbas para pagar os contratos de manutenção.

Os hospitais, impossibilitados de receber doentes, vão cancelando vagas e na Universidade Federal do Rio de Janeiro suspendem-se o tratamento e a pesquisa do câncer.

Enquanto muitos laboratórios deixaram de funcionar, outros estão prestes a encerrar suas atividades e o biotério da Faculdade de Farmácia da UFBA e do Laboratório da UFPE tiveram de sacrificar suas cobaias, por não ter como alimentá-las. Há dois dias, o Hospital Escola, de Salvador, despediu os últimos enfermos.

Verifica-se que a crise universitária brasileira decorre, sobretudo, da insuficiência das verbas destinadas ao Ministério da Educação e Cultura, quando a Seplan minimiza os recursos destinados ao ensino superior.

Será que, no fundo de tudo isso, há o intuito de impossibilitar a educação universitária gratuita, que tem sido, no Brasil, o mais perfeito instrumento da ampliação dos quadros universitários, na luta contra o estrangulamento econômico e a involução pedagógica e cultural, contra a estagnação científica e o progresso tecnológico?

Para a preservação da universidade pública e gratuita é que se mobilizou, também, o magistério superior do País, ao mesmo passo em que defendia justas reivindicações salariais, de cuja satisfação depende igualmente a melhoria da qualidade do ensino universitário.

Manifestando, mais uma vez, nossa solidariedade com o magistério superior, nesse justo movimento reivindicatório, fazemos votos para que o MEC obtenha, do Governo, os recursos necessários para evitar a degradação do ensino superior no País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Município de Tobias Barreto viveu no dia 7 de junho passado um dos mais importantes e decisivos acontecimentos de sua história quando, perante uma multi-

dão calculada em mais de cinco mil pessoas, e com a presença de quarenta prefeitos do interior sergipano, o Governador João Alves Filho inaugurou a Adutora Juarez de Carvalho — assim denominada em homenagem a um velho servidor do DESO no qual trabalhou durante trinta anos prestando os mais relevantes serviços à administração e à comunidade.

Além de resolver, de maneira definitiva, o velho problema do abastecimento d'água da cidade sede do Município, a referida Adutora enquadra-se nos planos do Governador João Alves Filho como uma das mais significativas e importantes iniciativas de sua fecunda administração voltada para o desenvolvimento e bem-estar do povo sergipano.

Convém acentuar as dimensões desse magno empreendimento que representou para o Governo do Estado um investimento da ordem de 1 bilhão de cruzeiros, beneficiando, de imediato, uma população superior a 15 mil habitantes.

Com uma extensão de 28 quilômetros, a Adutora Juarez de Carvalho incluiu, no elenco das obras que a integram, a construção de uma estação elevatória, reservatórios e estação de tratamento.

Também, no mesmo dia, foram inauguradas as obras de recuperação e urbanização do açude dos Missionários e assinado convênio para construção da Barragem do Jabeberi, que possibilitará o desenvolvimento de uma extensa área agrícola no Município assegurando a exequibilidade de projetos de colonização.

Ao agradecer, em eloquente discurso, o apoio que o Município de Tobias Barreto vem recebendo do Governo do Estado, o Prefeito Luiz Alves de Oliveira lembrou as realizações do Projeto Chapéu de Couro que contribuirá, decisivamente, para acelerar o desenvolvimento sócio-econômico de Sergipe.

Salientando que além da Adutora Juarez de Carvalho o Governo do Estado possibilitou a construção de centenas de cisternas, 26 açudes e a implantação de sistemas de abastecimento de água e vários povoados, o Prefeito Luiz Alves de Oliveira justificou a homenagem tributada ao Governador João Alves Filho com a colocação do seu nome em uma das avenidas da cidade.

Ao concluir a sua oração, o Prefeito anunciou que o Governador havia autorizado a realização das obras de reforma da Casa onde nasceu Tobias Barreto — patrono do Município.

No decorrer das solenidades, sucederam-se os discursos proferidos pelo Deputado Carlos Alberto de Oliveira, pelos Secretários estaduais de Obras, Transportes e Energia, José Röllemberg Leite, e de Recursos Hídricos, José Carlos Machado, os quais enalteceram a personalidade do Governador João Alves Filho e enfatizaram os aspectos mais importantes da sua extraordinária gestão em benefício do interior, e das camadas mais pobres ou vulneráveis da população.

Integrando a comitiva do Governador João Alves Filho, tive a satisfação de acompanhá-lo na viagem a Tobias Barreto, em companhia de vários Prefeitos, Secretários de Estado; dos Deputados Federais Héliq Dantas; Celso de Carvalho; e dos Deputados Estaduais José Ribeiro, Manoel Messias Góis, José Augusto Vieira, Francisco Paixão, José Teles de Mendonça, Djalma Lobo, Carlos Alberto Oliveira e Lauro Rocha.

Finalizando, solicito a incorporação ao texto destas considerações do discurso pronunciado pelo Governador João Alves Filho, perante a multidão que calorosamente o aplaudia, ao ensejo da inauguração da Adutora Juarez de Carvalho, ao mesmo tempo em que me congratulo com o digno e laborioso povo de Tobias Barreto pelos benefícios decorrentes desse magno empreendimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O NOBRE SR. SENADOR LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

João Alves Filho:

“NENHUM ESTADO DO NE
REALIZA MAIS DO QUE SERGIPE”

O discurso

Aqui, hoje, nesta tarde, vivo um momento de muita alegria. Alegria, porque volto a Tobias Barreto — que foi tão castigado por uma seca inclemente de cinco anos — para trazer as boas novas da água, água em abundância, através da inauguração da Adutora “Juarez Carvalho”, sem dúvida, a obra mais desejada por todo o povo desta comunidade.

Hoje, posso dizer a todos vocês que quando estive em Tobias Barreto, logo depois de empossado governador do Estado, saí daqui de coração amargurado: a região apresentava sulcos profundos em sua terras crestadas pelo sol, quase não havia verde, e foi duro sentir o sofrimento estampado na fisionomia de todos. Estávamos no auge de uma seca violenta de mais de cinco anos.

Entretanto, ao lado do sofrimento do povo, crescia de forma comovedora a confiança que ele demonstrava no seu prefeito e no seu governador. Saí daqui decidido a fazer tudo que estivesse ao meu alcance, para realizar a aspiração e o sonho do povo de Tobias Barreto. Por isso, a minha grande alegria, no dia de hoje, ao inaugurar esta adutora, que faz jorrar águas nas torneiras de toda a comunidade.

Valor da Água

Somente um sertanejo, homem acostumado ao sofrimento, mas também marcado pela coragem e pelo destemor na luta contra as secas, que se repetem ao longo dos anos, pode avaliar o valor real da água, para a sua sobrevivência, para o seu trabalho, para a sua economia.

Vivemos a mais dramática seca que já se abateu sobre Sergipe, e, no ano passado, ela atingiu o ponto máximo de seu poder de destruição, dizimando 70% do nosso rebanho e 90% da nossa safra de grãos, levando à fome, à sede e quase ao desespero, milhares de famílias sergipanas. Agora graças a Deus, as Chuvas começaram a cair em nosso Estado, mas é bom ter em mente que as secas são fenômenos que se repetem e as previsões do C.T.A. já nos advertem que em 1992 teremos outra grande estiagem.

O que nós temos de ter é essa consciência, a consciência de que a seca é um fenômeno permanente, e que os remédios para esse mal devem ser perenes, definitivos e não emergenciais, Improvisados, e dos efeitos paliativos, como tem sido feito no Nordeste ao longo dos séculos. Não há um remédio único e milagroso para combater as secas, que só podem ser enfrentadas com um elenco de medidas e de obras, que, integradas, possam permitir ao nordestino combater seus efeitos com eficácia e conviver normalmente com elas. Esta é uma verdade comprovada no mundo inteiro, em vários países. Na Califórnia, nos Estados Unidos, chove muito menos do que no Nordeste e no entanto a Califórnia é o maior celeiro de produção de alimentos do mundo.

Chapéu de Couro

Os bons exemplos devem ser seguidos, e isso é o que tem de ser feito em Sergipe e no Nordeste. Todos vocês que têm acompanhado minha luta nesses 13 meses de Governo já deve ter constatado que é exatamente através das ações do projeto “Chapéu de Couro” que estamos criando obras permanentes, obras que permitirão multiplicar por cinco vezes o volume de água disponível no semi-árido e no agreste sergipano, para que quando as secas voltarem não tragam a morte para nosso rebanho,

a destruição de nossa lavoura, a fome e sede para nosso homem e a morte para milhares de crianças, pois são exatamente as crianças indefesas e frágeis as maiores vítimas da tragédia.

Outro dia, o Ministro da Saúde afirmou que em 1983 morreram no Nordeste 150.000 crianças, vítimas, na maioria dos casos, de fome e de inanição.

Foi pensando nesse grave problema que aumentamos o ano passado em cinco vezes o programa de distribuição gratuita de alimentos de 25 mil passamos para 125 mil o número de crianças e gestantes atendidas pelo P.N.S — que pela primeira vez chegou ao semi-árido sergipano. Aqui mesmo em Tobias Barreto introduzimos a distribuição gratuita de alimentos atendendo 3.200 crianças e gestantes todos os meses. Estamos certo de que com essa medida, que conta com o apoio entusiástico do prefeito Luiz Alves, salvamos a vida de centenas de crianças inocentes.

Meus amigos, povo de Tobias Barreto:

Aqui estamos para, lado a lado com o prefeito Luiz Alves, compartilhar da entrega de várias outras obras de sua dinâmica administração, sem sombras de dúvida, brilhante.

Luizinho, como é carinhosamente tratado por seus amigos e pelo povo, representa, com seu carisma e sua liderança a personalidade forte, sensível e leal dos filhos de Tobias Barreto.

Jabeberi

Nesta oportunidade repito um ato novo que recordará um encontro igual a este. Da mesma forma que há 12 meses estivemos aqui assinando a contratação da ora da adutora "Juarez Carvalho", vamos, neste momento, assinar, oficialmente, a contratação de uma nova obra: a grande barragem do Jabeberi. E dentro de 12 meses, com fé em Deus, estaremos aqui de volta para entregar as obras dessa barragem que irrigará 750 tarefas que serão entregues a camponeses de Tobias Barreto, que, da terra fértil, tirarão trabalho e alimentos para nossa gente.

É assim, meus amigos, que tenho trabalhado no Governo. São obras que não dão placas, que em sua maioria ficam escondidas de grande parte da população, mas que são fundamentais e inadiáveis para nosso povo. Obras como a adutora "Juarez Carvalho" e a barragem do Jabeberi aqui neste município. Das barragens do Piauí em Lagarto, do Lagamar em Pinhão, do Jacarecica em Itabaiana, cujas construções já estão autorizadas. Obras como as mil cisternas implantadas nos municípios sergipanos e que deverão ser 20 mil até o final do projeto "Chapéu de Couro". Cisternas, entregues gratuitamente, às pequenas propriedades que ficarão protegidas das secas, pelo menos com água para o consumo humano. Esse é o maior plano no gênero em todo o Nordeste. Aqui em Tobias Barreto já entregamos 421 cisternas e até o fim do Governo a meta é beneficiar todas as pequenas propriedades rurais deste município.

Pois, é assim, meus amigos, que estamos fazendo nosso Governo. Com obras como a construção de 300 quilômetros de adutoras, que é mais do que existe em todos os Estados do Nordeste, em realização atualmente. São obras como 130 aguadas pequenos açudes, dos quais 18 estão espalhados neste município. São obras como 300 cisternas de abastecimento singelos espalhados nos povoados pela zona da seca e que foram realizados nestes meses de administração e que tanto trouxeram para o homem sofrido do interior.

São essas obras, meus amigos, que no futuro nos pouparão da humilhação dos "carros-pipa", retrato cruel do subdesenvolvimento da nossa região.

Estradas

Obras como os 160 quilômetros de estradas pavimentadas que estão sendo realizadas, como a eletrificação de

mais de 70 povoados... São as sementes que o Governo distribui, a maior parte gratuitamente ou pelo sistema de troca, que este ano fez multiplicar por quatro a média antes comercializada pelo "Comage". São preocupações como a distribuição de 26 ambulâncias já entregues às prefeituras do interior e mais 14 que já estão chegando, para facilitar o atendimento da população carente do interior.

Em, Aracaju, através do Projeto Capital, o grande desafio das obras do esgoto, tão importante para a saúde da população, a construção do hospital de Pronto-Socorro, do centro de criatividade as milhares de casas em construção pela COAB.

Todas essas obras estão definidas com pouco mais de um ano de Governo. Certamente não é tudo que desejamos, mas, acreditem, é tudo que no limite de nossas forças pudemos realizar. E, estejam certos que, pela mercê de Deus, muitas outras obras virão.

Obras como as 10 casas de parto, pequenas maternidades, que dentro de 60 dias estaremos entregando nos municípios de Salgado, São Miguel do Aleixo, Nossa Senhora Aparecida, Moita Bonita, Pinhão, Pedra Mole, Malhador, Cedro, Telha e São Domingos. São os hospitais de Glória, com as obras já iniciadas, são os hospitais de Poço Verde e de Ribeirópolis, que já autorizamos ao senhor secretário da Saúde abrir concorrência.

São 29 açudes de porte que estão sendo construídos em vários municípios da zona da seca.

Trabalho

Os que sabem reconhecer a verdade, os que viajam, os que têm olhos para ver, esses sabem que no Nordeste nenhum Estado está realizando proporcionalmente mais do que Sergipe. E, então, que eu lhes pergunto: como é que se pode dizer que o nosso Governo não está trabalhando, não está cumprindo seu dever, não está resgatando os compromissos assumidos com o povo que nos elegeu e que confia em nós?

Não será nunca com a mentira, com a calúnia, a infâmia e o ódio que a verdade será sufocada, e nem conseguirão desviar nosso trabalho em prol do Estado.

Cada cidadão possui um patrimônio que é construído com a vivência de anos de luta, e que espelha por nossos atos do passado, o nosso presente e nossas ações futuras. E o povo sergipano conhece meu passado, e de todos que fazem este Governo, daí a nossa garantia de que não falharemos em nossa missão para ao lado de meus companheiros de equipe e homens de bem como o prefeito Luizinho e tantos outros, que enriquecem a vida pública de Sergipe, dar o contributo de nosso trabalho para a construção de uma sociedade mais próspera e principalmente mais justa.

Momento Singular

Entendo que a Nação, e conseqüentemente. O Estado vive um momento singular da nossa história, uma crise econômica, social e política sem precedentes. Diante dessa situação de fato é necessário, mais do que nunca, que aqueles que desempenham a liderança na vida política conservem uma linha de equilíbrio, de altivez e de serenidade, e que o diálogo seja a palavra de ordem; que todo o esforço de somação seja utilizado, afirm de que sejam encontradas saídas para esta grande crise.

É mister que tomemos consciência que é chegada a hora de unir forças para enfrentar o inimigo comum que é a recessão, que é o desemprego, que é a fome, que é a incerteza, que é a ameaça da convulsão social. Este é que deverá ser o grande objetivo!

É assim que penso e tem sido esta a nossa postura no Governo: Trabalho, diálogo, equilíbrio e responsabilidade, e estou certo de que o nosso comportamento retilíneo está sendo entendido pela comunidade e especialmente

pela classe política sergipana, à qual nos orgulhamos pertencer. Especialmente às lideranças do PDS, o meu partido, cujo apoio tem sido decisivo ao nosso Governo.

Em política, há um velho ensinamento que é sempre atual: não se agredem os fatos! E os fatos são obras como esta que hoje inauguramos.

Os fatos contra os quais não há sofismas ou ataques que os façam desaparecer: são obras iguais a esta já em fase adiantada de conclusão! Fatos são a adutora de Itabaiana que estará sendo entregue ainda este mês. No próximo mês a adutora de Campo do Brito, a interligação tão sonhada entre a Adutora do Alto Sertão com a Sertaneja, que regularizará o abastecimento d'água em Glória e Carira; ainda em julho e Adutora do Cumbe; nos próximos 180 dias de forma ininterrupta estaremos entregando as adutoras dos municípios de Areia Branca, São Domingos, Macambira, São Miguel do Aleixo, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, novos sistemas de abastecimento d'água, totalmente ampliados e renovados dos municípios de Riachão do Dantas e Nossa Senhora das Dores, além do reforço e modernização de Moita Bonita, Divina pastora, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Socorro e Riachuelo.

Adutoras

Até o fim do ano portanto, estarão concluídas tal como já concluímos e entregamos as adutoras de Lagarto, Simão Dias, Poço Verde, Poço Redondo, Monte Alegre e hoje Tobias Barreto, mantendo inalterável este ritmo vertiginoso de obras, até dezembro poderemos afirmar às populações de todas essas sedes municipais e em inúmeros povoados que elas podem ficar tranquilas com as próximas secas, pois nunca mais precisarão se abastecer pelos precários e humilhantes carros-pipa.

São com obras que tais que estamos vindo à praça pública para prestar contas ao povo e as lideranças do meu partido que confiaram em nossa mensagem, não obstante a fase de dificuldades imensa que o País atravessa. Nunca Sergipe viveu a convergência de crises tamanhas.

Reconhecemos que o governador precisa também aumentar a faixa de uma assistência mais íntima ao dia-a-dia, da política partidária, e se isto não aconteceu tanto quanto seria desejável, desejável pelo próprio governador que é político por convicção e até por função, com certeza, isso deveu-se ao excesso de trabalho de uma equipe de Governo absorvida em vencer um desafio gigantesco. Pessoalmente, como governador, tenho me dedicado a uma permanente mobilização em Brasília, ou onde quer que existam recursos para trazer para nosso Estado, extremamente carente e dependente do poder central.

E em caso assim não houvessemos feito seria impossível a realização destas obras — adutoras, hospitais, aguadas, cisternas, açudes, etc. e mais ainda, correríamos o risco de atraso do próprio funcionalismo.

Resultados concretos

Mas, meus amigos, felizmente, resultados concretos estão aí às vistas de todos. Os prefeitos do interior são testemunhas de que não estiveram sozinhos na luta: o governador sempre esteve ao seu lado. Os parlamentares federais do PDS por sua vez sempre estiveram conosco, ombro a ombro, em Brasília, e os deputados estaduais, sempre presentes no apoio para aprovação de mensagens e projetos do Governo.

Há um agradecimento especial que desejo deixar registrado neste momento a um gesto que muito me sensibiliza: o prefeito Luiz Alves de Oliveira, os vereadores de Tobias Barreto, representantes do povo desta terra querida decidiram colocar o nome deste amigo da terra,

atualmente governador, em uma de suas avenidas, do fundo do meu coração, meu muito obrigado.

Por último, minhas homenagens e meus agradecimentos às lideranças políticas e ao povo de Tobias Barreto que tanto apoio me deram nas eleições, que continuam confiando em nossa homenagem e se solidarizando conosco neste quatorze meses de Governo.

Especialmente, dirijo as últimas palavras ao dinâmico prefeito Luiz Alves, este jovem líder que encarna tão bem as virtudes do verdadeiro sertanejo: coragem para a luta, firmeza nas suas posições e convicções e lealdade para com os seus amigos.

Asseguro-lhes, mais uma vez, que não esmorecemos diante das dificuldades por maiores que elas se apresentem, pois o mesmo Deus que permite que elas surjam nos dará forças para vencê-las tendo o otimismo como ponta de lança, ao lado da crença inabalável de que somando forças superaremos todos os obstáculos, até porque, como sempre costumei dizer "Cristo se vencerá com trabalho".

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Deve-se ser sincero nas manifestações de aplauso a quem bem o merece. No caso em pauta, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os aplausos são, de fato e de direito, dirigidos ao nobre Senador Gabriel Hermes, pois vem o mesmo lutando enérgica e entusiasticamente junto ao Poder Executivo, através dos órgãos competentes a começar pelo Sr. Presidente da República, no sentido de que se prossiga, com a obra da Hidrelétrica de Tucuruí, também com a construção das "Eclusas" que asseguram a navegação com a "Grande-Hidrovia".

Visando esse objetivo de real interesse nacional e dos Estados amazônicos, o Senador Gabriel Hermes, conseguiu levar à presença do Sr. Presidente da República, no dia 14 de dezembro de 1983, uma delegação de Senadores, Deputados Federais, Governadores, bem como empresários e trabalhadores da área, afim de solicitar, o andamento, como essencial, das Eclusas de Tucuruí.

Com o prosseguimento e término das referidas "Eclusas", Sr. Presidente e Srs. Senadores, teremos, permanentemente, a navegação pelos grandes rios Tocantins e Araguaia. Isso significará, pôr em prática o "Projeto Integrado" abrangendo do todos os Vales do Tocantins Araguaia, proporcionando o transporte fluvial para os produtos e que serão muitos do Projeto Carajás.

Há poucos dias, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nobre Senador Gabriel Hermes, sem esmorecimento, leva à presença do Sr. Ministro Delfim, representantes dos Estados diretamente ligados ao problema, entregando naquela oportunidade um documento elucidatório, ao Sr. Ministro do Planejamento e ao mesmo tempo alertá-lo da necessidade dos recursos amplos, afim não parar a construção das Eclusas que deverão ser construídas, paralelamente, as obras da própria Hidrelétrica de Tucuruí.

Aplausos, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao notável e dinâmico representante do Pará, Senador Gabriel Hermes, a quem vai se dever em grande parte a construção das "Eclusas" que trarão grandes benefícios ao Brasil e de forma especial aos Estados Amazônicos, ressaltando a importância da navegação fluvial no rio Araguaia, beneficiando dezenas de Municípios mato-grossenses. Sabe-se que o rio Araguaia ficará navegável até Torixorê, do lado de Mato Grosso e Baliza do lado de Goiás.

Transcrevo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o documento que foi elaborado e que foi entregue ao Sr. Ministro Delfim Netto.

Aspiro a que o Governo Federal, como um todo, sinta-se sensibilizado pela grande obra que marcará, não há dúvida, no setor de transporte aquático o Governo atual.

Eis o que diz o documento a que me referi, de autoria, do nobre Senador Gabriel Hermes e por vários Senadores e Deputados Federais subscritos:

Brasília, 6 de junho de 1984

Exmº Sr. Antônio Delfim Netto
Ministro-Chefe da Secretaria de
Planejamento da Presidência da República

Em audiência concedida pelo Senhor Presidente da República João Figueiredo em 14 de dezembro de 1983, à grande delegação de Senadores, Deputados, Governadores dos Estados do Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e representantes das Associações de Empresários e Trabalhadores da mesma região, Sua Excelência manifestou-se sensibilizado do reconhecimento de todos pela iniciativa da construção da Hidrelétrica de Tucuruí e das Eclusas que assegurarão a navegação com a Grande Hidrovia.

II — No ato foi justificado como inevitável e essencial a construção das Eclusas de Tucuruí, obra iniciada por determinação do Presidente, e prosseguida em conjunto com a Hidrelétrica, como acordo, entre os Ministérios das Minas e Energia e dos Transportes. Graças a determinação feliz, patriótica e lúcida do Governo Federal, evitou-se o desastre de ser interrompida definitivamente a navegação pelos grandes Rios Tocantins e Araguaia, o que ofenderia a legislação que protege os cursos d'água, com efeitos graves, negativos a toda região e, ainda, assegurou a construção das Eclusas a instalação do Projeto Integrado para os Vales do Tocantins Araguaia, e transportes ao PROJETO GRANDE CARAJÁS.

III — Informamos:

I — A conclusão das Eclusas de Tucuruí, acoplada a pequenas obras de melhoramentos, possibilitará de imediato a operação de uma hidrovia com 850 km de extensão ligando o Oceano Atlântico pelo Porto de Vila do Conde e Belém até a cidade de Santa Isabel — ao longo do Tocantins — e, até Imperatriz — ao longo do Araguaia. De outra parte ficam ligados toda a Amazônia, inicialmente, até Imperatriz e Santa Isabel, pelo encontro das águas dos rios Amazonas, Tocantins e Araguaia. Na oportunidade da construção da Eclusa de Santa Isabel alcançaremos 2.000 km de hidrovia e, assim quase a cidade capital — Brasília.

2 — Até final de 1984 terão sido investidos nas Eclusas recursos da ordem de Cr\$ 26 bilhões (valores nominais) ou aproximadamente Cr\$ 60 bilhões a preços atuais e na conclusão serão necessários cerca de Cr\$ 300 bilhões distribuídos de 1985 a 1989, quando se concluiria a obra. Ainda o custo das Eclusas será de apenas cerca de 2,5% do da Hidrelétrica.

3 — Dados internos da PORTOBRÁS indicam que na hipótese de paralisação das obras das Eclusas de Tucuruí, a conseqüente desmobilização e remobilização futura, exigirá custos adicionais de Cr\$ 69 bilhões (preços de junho de 1984), o que confiamos não ocorrerá, pois seria danoso ao desenvolvimento da região e ao Projeto Grande Carajás.

IV — Ressaltamos que na audiência das lideranças políticas e empresariais dos Estados do Pará, Goiás, Mato Grosso e Maranhão com o Presidente da República, Sua Excelência manifestou-se sensibilizado pelo problema, em todas as suas nuances, tranquilizando ao assegurar que não permitiria a paralisação das Eclusas.

V — Objetivamente, solicitamos que V. Exª autorize para o exercício de 1984, a alocação nas obras das Eclusas de Tucuruí de recursos adicionais no montante de Cr\$ 20 bilhões, oriundos do excesso de arrecadação, e do PIN. Tais recursos permitirão a continuidade das obras, ainda que em ritmo aquém do desejável possibilitando a manutenção de inúmeros empregos diretos e indiretos.

Solicitamos, ainda, como fundamental, que V. Exª determine o reestudo da programação plurianual de investimentos da PORTOBRÁS que assegure a continuidade das obras, especificamente, ao longo de 1985.

Esteja certo, Senhor Ministro, do conteúdo histórico desta decisão de V. Exª, o que não será olvidado pelos habitantes e lideranças da região e pela Nação, pois é medida que representa uma aspiração de natureza unânime e que beneficiará inúmeras gerações.

Na oportunidade, transmitimos o testemunho de nossa admiração e estima.

DEPUTADOS: Antonio Amaral — Brabo de Carvalho — Coutinho Jorge — Gerson Peres — Jorge Arbage — Manoel Ribeiro — Oswaldo Melo.

SENADORES: Gabriel Hermes — Aloysio Chaves — Benedito Ferreira — Gastão Müller — João Castelo — Raimundo Parente — Altevir Leal.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. MURILO BADARÓ (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Provavelmente o grande público não o conheça. É certo que seu ilustre nome não freqüenta com assiduidade as páginas dos jornais ou as colunas sociais. Todavia, é fora de dúvida que, no mundo intelectual, político, econômico e científico, ninguém desconhece a figura admirável do Professor Hermann Gorgen e todos aplaudem o notável serviço que presta às boas relações entre o Brasil e a Alemanha.

Estou comparecendo à tribuna do Senado Federal para associar-me às homenagens que lhe estão sendo prestadas ao ensejo do seu 75º aniversário, oportunidade em que sua obra cultural e política vem à divulgação mais ampla, para que o Brasil tome conhecimento deste extraordinário cidadão alemão que adotou nosso País como sua segunda Pátria e continua servindo aos interesses brasileiros com inextinguível amor e dedicação.

Desde que veio para o Brasil, escapando da fúria do regime hitlerista, Gorgen localizou-se na cidade mineira de Juiz de Fora; onde grangeou amizade, simpatia e respeito. Regressando à sua terra de origem, deu curso ao compromisso íntimo de retribuir através do esforço pela melhoria das relações bilaterais, do acolhimento a jovens estudantes que buscam a Alemanha, de divulgar as coisas do Brasil, de relatar os sucessos da economia e do desenvolvimento nacionais, a magnífica hospitalidade que desfrutou durante sua permanência por mais de três lustros nas terras mineiras.

Regressando à Alemanha, elegeu-se para o parlamento alemão, organizou a Sociedade Teuto-Brasileira, que passou a se constituir em centro de atividade cultural germano-brasileira na capital do grande país europeu.

Mantendo intensa atividade cultural, proferindo conferências, palestras, visitando universidades na qualidade de professor *pro tempore*, Hermann Gorgen obsessivamente percorria os caminhos do seu país e da Europa dominado pelo sentimento da grande missão de exaltar o nome e as coisas do Brasil.

Neste mister, ninguém o superou e, não contente, fundou os Cadernos Germano-Brasileiros, publicação que

divulga nos dois idiomas artigos, comentários e notícias de interesses brasileiros por toda a Europa.

Possuidor de sólida formação cristã, fez dos valores axiológicos o sustentáculo de sua vida pública, orientando toda sua profícua atividade na defesa de pontos de vista consentâneos com a liberdade, a dignidade, a justiça, os sentimentos de Pátria e da família, e, finalmente, o acalentado desejo de paz entre todos os povos.

Como representante de Minas Gerais no Senado Federal não poderia deixar passar sem registro a efeméride, como agradecimento ao Professor Hermann Mathias Gorgen pelos relevantes serviços prestados ao Brasil, a Minas Gerais e à causa da paz mundial.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Principalmente durante estes três últimos anos de recessão, de desemprego e de política salarial mais arrochada, muito se tem falado neste plenário sobre a proletarização ou possível extinção da classe média; o achatamento dos salários; a ostensiva diminuição do seu poder aquisitivo.

Dia a dia as profecias inquietantes têm-se revelado verdadeiras e duas matérias constantes de *O Globo*, de dois de junho último, também são neste sentido.

Uma delas é uma notícia ligeira, mas carregada de realismo, onde se mostra que os alimentos básicos custam hoje, em relação ao ano passado, mais de 30 horas de trabalho para um pai de família.

Diz o jornal que "o trabalhador brasileiro, que recebe salário mínimo, teve de trabalhar, em maio, 161 horas e seis minutos para comprar a ração essencial mínima de alimentos, enquanto um ano antes, para a mesma compra, trabalhou 131 horas e 52 minutos".

Dados colhidos pelo DIEESE (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sociológicos) mostram que, neste período, o preço de uma ração, composta de treze alimentos, aumentou em 241,4% sendo que, nos últimos meses, as altas mais expressivas dos produtos que integram a ração essencial foram as da: banha, mais 749,6%; feijão, 602%; farinha de trigo, 297,9%; carne, 257,2% e banana, 247,8%.

Já o colunista Joelmir Betting, em crônica intitulada "No último furo", afirma que o consumo de alimentos essenciais, do gênero *in natura* caiu em até 18% nos balcões de supermercados, cotejado com os cinco primeiros meses do ano passado.

E o fenômeno tem ocorrido nas várias regiões metropolitanas do País, onde o desemprego friccional é, em média, de um trabalhador em cada seis.

E, do mesmo modo que decresce o consumo da carne, do pão, do leite, do azeite e dos ovos, também baixa a venda de utilidades domésticas. Neste setor, e segundo o comércio lojista de Porto Alegre, o declínio é de 33% em relação ao mesmo mês de abril, do ano passado.

Em matéria de vestuário, a queda seria de 24%, mesmo em época de inverno, como agora.

É o triste resultado da equação desconcertante, em que os termos são: salário menor, emprego menor e preço real cada vez maior dos produtos.

E, se se quer alargar a fiação da comida na redivisão do orçamento familiar, é evidente que se faz necessária a redução dos gastos em roupas, calçados, eletrodomésticos, serviços de cultura e lazer.

A coisa só não é desesperadora porque em alguns setores, como o de calçados, a baixa venda interna tem sido compensada por um expressivo sucesso nas exportações.

Mas, segundo o colunista, permanece a observação de praxe: "o item alimentação, inflacionado pelos custos remontados da economia rural e pelos lucros inarredáveis da intermediação em cascata, tem a perversa mania de

sobrecarregar o empenho maior da família, pois ainda não foi inventado o brasileiro movido a coisa nenhuma."

O que torna, logicamente, mais grave a situação daqueles que têm de sobreviver, com sua família, à base de um salário mínimo, sempre defasado relativamente à inflação e incapaz de cobrir satisfatoriamente os seus gastos alimentares insubstituíveis, vez que um quarto de sua receita se esvai facilmente no transporte diário, também indispensável para o seu deslocamento ao local de trabalho. Sem falar da prestação da casa própria, que tem atingido níveis alarmantes e tampouco pode ser tida por supérflua.

E o pior é que os salários baixos nem sempre são pagos em dia, tendo sido demonstrado, recentemente, que das 42 greves consumadas, em maio, no Estado de São Paulo, 27 tiveram por causa os salários em atraso.

No tocante aos funcionários públicos, federais, estaduais ou municipais, a coisa não é diferente: o poder de compra da categoria caiu de quase metade nos últimos 30 meses.

E não é por acaso que professores de autarquias também estão em greve, num movimento que tem causado sérios prejuízos ao País.

Mas, Senhores Senadores, se a situação do assalariado está assim tão precária por causa do endividamento do Brasil no exterior e das pressões externas, que tem sofrido o nosso País, para adotar uma política de desaquecimento econômico, resta-nos talvez alguma esperança de reformas positivas diante da natureza político-diplomática, que as nossas negociações financeiras têm revestido modernamente.

Queremos desejar deste plenário que, malgrado a indiferença e a insensibilidade dos ricos, as coisas mudem para melhor, tanto para o Brasil quanto para a América Latina, no seu conjunto.

Se a fragilidade financeira conscientizou os povos irmãos de uma indispensável solidariedade, talvez não seja utópico esperar que a pressão, coletiva e bem dirigida, produza os resultados almejados, sobretudo no que tange à baixa dos juros internacionais.

Enfim, Srs. Senadores, gostaria ainda de, em breves palavras, lavrar um veemente protesto contra o fechamento do Hospital das Clínicas de Salvador.

Dos 312 leitos, somente 4 estão ocupados. Estes doentes estão à espera, apenas, de que se encontre um local para transferi-los.

Está havendo, Srs. Senadores, uma certa insensibilidade para com este grave problema que atinge profundamente a comunidade baiana. O Hospital das Clínicas era o verdadeiro hospital-escola da Bahia. Já há algum tempo vem sendo desativado porque suas necessidades não são atendidas.

Ao que consta, o Reitor Germano Tabacof vem solicitando recursos da ordem de 500 milhões de cruzeiros, não só para reativar o tradicional hospital, bem como para ele criar condições de auto-suficiência.

Gostaria, Sr. Presidente, de que as autoridades econômicas do País olhassem este pleito com a mesma preocupação com que costumam atender às empresas financeiras que necessitaram de ajudas muito superiores à quantia solicitada pelo Reitor da Universidade Federal da Bahia para propósito tão meritório. Isto sem falar nas necessidades mínimas da Universidade, que também não estão sendo atendidas.

Srs. Senadores,

A Bahia não está clamando por muitos bilhões de cruzeiros. Não queremos 30 bilhões como aqueles que foram injetados na Coroa-Brastel; não pretendemos as centenas de bilhões de cruzeiros que tiveram que ser gastos para cobrir os "rombos" das últimas financeiras que sofreram intervenções.

O que a Bahia pede são 500 milhões de cruzeiros para um hospital que atende uma clientela humilde que não tem como pagar. O que a Bahia solicita é um socorro urgente para um hospital que serve de escola para os futu-

ros médicos, enfermeiras, etc., que irão, no futuro, ministrar os sofrimentos de nossos irmãos.

A Bahia espera ser atendida neste pleito que é justo e para o qual as vistas dos Srs. Ministros terão que se voltar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O continuísmo, é preciso que se diga de um modo cristalino, não está na continuação do General Figueiredo no poder. O continuísmo está exatamente na escolha do futuro Presidente mais uma vez, pela 6ª vez, por um Colégio Eleitoral elaborado cuidadosamente pelo sistema de tal forma que fique sempre assegurada a escolha de um agente lealmente comprometido com o Regime militarista implantado no País em 1964.

É do conhecimento de todos que para homologação de cada Presidente da República Federativa do Brasil, indicado por um restrito segmento das Forças Armadas, constitui-se um Colégio Eleitoral especial.

Assim, para a escolha do primeiro General dessa série de cinco, cassaram-se os mandatos de mais de uma centena de parlamentares e, para a formação do primeiro Colégio Eleitoral espúrio, ilegítimo, convocaram-se suplentes na ordem decrescente de seus respectivos votos, desfigurando de tal maneira a vontade popular, que Deputados de mais de 250.000 votos foram substituídos por suplentes de 150 votos, para homologar o nome do Gen. Humberto de Alencar Castello Branco, no dia 11 de abril de 1964, para completar o quinquênio do Presidente deposto o qual compreendia o período de 1961 a 1965. Estava escolhido o Presidente da VII República instaurada em 9 de abril, por via do Ato Institucional nº 1. Castello Branco teve seu mandato prorrogado até 15 de março de 1967.

Vejam bem, foi ainda esse Colégio Eleitoral assim deformado na sua essência que no ocaso dos "mandatos" de seus membros foi chamado novamente a homologar outro nome de General no dia 3 de outubro de 1966. Costa e Silva, o novo General-Presidente tomou posse em 15 de março de 1967, baixou o Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968, cassou centenas de mandatos (desta feita sem a convocação de suplentes) e morreu em 17 de dezembro de 1969 deixando vaga a Presidência a qual foi negada ao Vice-Presidente Pedro Aleixo, pela Junta Militar que se instalou no País. Como está na lembrança de todos, a Junta Militar constituída pelos então Ministros Militares de Costa e Silva: Augusto Hamann Rademaker — Marinha, Aurélio Lyra Tavares — Exército e Márcio de Souza e Melo — Aeronáutica, decretou o fechamento do Congresso Nacional outorgando ao País a emenda constitucional nº 1 à carta autoritária de 1967, cuja emenda passou a vigir como se constituição fosse. Essa emenda por sua vez já foi emendada 23 vezes e está às vésperas da 24ª remenda.

Com o Congresso Nacional, agora desfalcado de mais de 100 parlamentares constituiu-se o 3º Colégio Eleitoral para homologar desta feita, sob a mais cruel pressão, o nome do 3º General da série, o Gen. Médici para completar o período, ao fim do qual, esse mesmo Colégio, desta forma decaptado, humilhado e até injuriado, foi chamado, em fim de mandato a homologar o nome do 4º General da série, General Ernesto Geisel.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores para as características desse Colégio: o mesmo estava em fim de mandato, tal qual o que elegeu o General Castello Branco, com a diferença de que para este, foram convocados os Suplentes e para aquele, permaneceram as cadeiras dos cassados vazias.

Para o substituto de Geisel, novamente as forças do continuísmo arquitetam um novo Colégio. Um Colégio especialíssimo, adredemente preparado para ser infalí-

vel, fossem quais fossem os resultados das eleições de 1978 para Renovação da Câmara Federal e de 2/3 do Senado da República.

A pretexto da Reforma do Judiciário, o General Geisel, autoritariamente decretou o recesso do Congresso Nacional e impôs ao País o célebre pacote de abril de 1977 perpetuando desta forma o 4º golpe dentro do primeiro, o de 64. Por este ato de força, o General Geisel passou a governar sozinho: reduziu a maioria qualificada de 2/3 do Congresso Nacional à maioria absoluta, isto é, a metade mais um dos congressistas, para aprovação de emendas à Constituição.

Com este ardil, o Presidente desmembrou Estados da Federação, fundiu outros, criou 23 Senadores indicados e nomeados pelo Presidente da República para garantir a homologação de seu substituto.

Com esse Colégio Eleitoral inusitado foi homologado o nome imposto pelo Presidente Geisel, o General João Baptista Figueiredo para um período de 6 longos anos.

As eleições de 82 se aproximaram. O continuísmo temeu mais uma vez a derrota e para cortá-la se precaveu: além das deformações anteriores, com a persistência dos ilustres Senhores Senadores, que o humor popular brasileiro passou a chamar de "biônicos" pelas características singulares da essência de seus mandatos, aproveitando-se ainda da maioria absoluta, o continuísmo estabeleceu através da emenda constitucional nº 22 que cada Assembleia terá 6 Delegados indicados pela bancada dos respectivos partidos majoritários, dentre seus membros (Art. 74 — § 2º), para o Colégio Eleitoral.

O mal maior portanto, não está nas pessoas, mas no Sistema. O continuísmo é a expressão mais transparente do Colégio Eleitoral em suas várias formas de adaptação até aqui arquitetadas, para dar sempre um resultado favorável à permanência do Sistema Militarista no poder.

O continuísmo, como veem os Senhores Senadores está na forma viciada de escolha do futuro Presidente pelo Colégio Eleitoral vigente, que como os demais, foi singularmente confeccionado de forma a continuar o poder na mão das mesmas pessoas, com a mudança apenas aparente, com a troca do principal figurante.

Da análise fica evidente que o Colégio Eleitoral manterá o poder, sacramentando o continuísmo, seja qual for o candidato: do governo, da oposição, de conciliação ou de consenso.

Portanto, não há que se trocarem as pessoas, mas o Sistema indireto de escolha, pelo Direto agora, já, como única saída para salvação nacional do caos em que se encontra.

Só as Eleições Diretas já serão capazes de mudar a atual situação de perplexidade em que se encontra o povo brasileiro, sem destino, sem rumo.

Não há que se lançar mão do argumento de que se necessitam de mais 2 ou 4 anos para se operar a transição do autoritarismo para a normalidade democrática.

O período de transição está exaurido; começou com a distensão com o Presidente Geisel e continuou e deve se encerrar com a abertura proclamada pelo General Figueiredo.

Figueiredo é a transição — 6 anos foram mais que suficientes para sedimentá-la. Terminado seu mandato, estará encerrado o período de anormalidade democrática, iniciado na madrugada de 1º de abril de 1964. 15 de janeiro de 1985 há que ser a alvorada de novos dias.

O povo não suportará mais o continuísmo de 20 anos de absolutismo.

Insistir no Colégio Eleitoral já não é teimosia. Passou a ser uma psicose; uma espécie de paixão dominante pela permanência obsessiva no poder.

De Colégio em Colégio, chegamos ao caos: caos econômico, como uma dívida externa insolúvel; uma inflação galopante e uma dívida interna irreduzível.

Caos político, com o quadro de perplexidade em que nos encontramos tão tenebroso e sem fim que vem de levar à renúncia o Presidente do PDS.

Só está faltando o caos social explícito. Porque implicitamente o desgoverno já está estabelecido desde há muito tempo neste País tão rico de reservas naturais e tão pobre de espírito público, esmagado pela ambição e estagnado pela cizânia dos que detêm o poder há mais de vinte anos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL — (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acaba de realizar-se no Recife, sob os auspícios do Ministério do Interior — através do CNDU — e do Governo do Estado de Pernambuco — por intermédio da FIDEM —, amplo Seminário sobre o tema "Meio Ambiente e Regiões Metropolitanas". Significativamente, o conclave efetuou-se no instante em que se celebrou, como agora anualmente ocorre, a "Semana do Meio Ambiente".

Tive a oportunidade de comparecer, a convite do ilustre Vice-Governador Gustavo Krause e do operoso Superintendente da FIDEM, Dr. Paulo Roberto de Barros e Silva, à sessão de encerramento das atividades, e expor algumas preocupações minhas sobre o momentoso assunto. E volto, agora, da Tribuna desta Casa da Federação, a ferir a questão e renovar pontos que suscitem no Seminário.

O mundo, como é notório, tem procurado enfrentar nas últimas décadas o extraordinário desafio de equilíbrio entre cidade e meio ambiente, em busca de resolver as contradições e incompatibilidades que compõem esse confronto.

Inegavelmente o fenômeno urbano, na sua avassaladora dinâmica, expõe o meio ambiente a inexorável e crescente processo de deterioração, porque a lógica da cidade contrapõe-se à ecológica, que é mais estável na razão das suas interações.

A cidade tem sua lógica na concentração e no crescimento, condição que fatalmente inibe a capacidade do meio ambiente de reconstituir-se em integridade e equilíbrio mesológico. Qualquer análise das relações entre os seres vivos e o seu ambiente condenaria a cidade pelo seu afã de crescimento, embora essa dinâmica se alicerce na própria natureza humana, que criou e busca no ambiente urbano proteção material e cultural, agregada a suas exigências biológicas. A natureza é inspiração, mas suas leis não garantem proteção permanente aos frutos dessa inspiração, traduzidos em tudo quanto o homem constrói, descobrindo ou criando.

A cidade é essa proteção. Primeiramente reúne os indivíduos, multiplicando suas forças, condição necessária de sobrevivência. Em seguida permite, pela associatividade que lhe é intrínseca, que a humanidade evolua.

Na realização de seus sonhos, o homem tem a cidade como instrumento de destreza, meio e facilidade na trajetória do progresso. Seu compromisso com o meio ambiente só tem razão na razão desse progresso. A cidade é máquina de construir e conduzir ambições. Como máquina, contudo, ao produzir elimina seus refugos, que a natureza, na sua lógica de equilíbrio, tem que diluir; e a cidade funciona como se acreditasse que essa capacidade da natureza jamais haverá de exaurir-se.

Embora a maioria dos indivíduos prefira a cidade como alternativa natural a seu espírito gregário, essa tendência esconde distorções acentuadas na medida em que as grandes concentrações não produzem o suficiente para atender a suas próprias demandas, permitindo que cresçam contradições sociais naquilo que foi criado como fator de fortalecimento dos seres humanos. Tais contradições manifestam-se através da segregação social no partilhamento dos benefícios produzidos pela cidade, marginalizando grandes contingentes em condições subumanas de vida.

Uma primeira contradição na intencional procura da cidade como fator de segurança dos indivíduos está nas condições de vida desses contingentes marginalizados, cuja segurança, sobretudo no aspecto sanitário, é inferior à de qualquer forma de vida de outra espécie animal. A permanente exposição a toda sorte de doenças, em especial às que se podem transmitir pela circulação hídrica, indica que esses contingentes foram frustrados em seu instinto natural de juntar-se, como fator de multiplicação de suas forças e defesas.

Pelas facilidades encontradas no meio urbano para realização de suas aspirações, o homem extrapola suas limitações na permanente busca de crescimento econômico, exacerbando as possibilidades reunidas pelas cidades para esse objetivo. A cidade torna-se instrumento de força ilimitada para o alcance de ambições materiais, nela se instalando propósitos predatórios irreversíveis, com graves repercussões psicossociológicas e ambientais.

Outra contradição fundamental nas relações homem-cidade é a neurose de crescimento, a criação de expectativas ilimitadas e atingidas, geralmente, por poucos. Por isso o homem, que concretiza seu ideal gregário reunindo-se nas cidades, nelas se conduz, muitas vezes, por princípios anti-sociais, nitidamente antagônicos àquele ideal.

As enormes potencialidades oferecidas pelo meio urbano como alternativa de engrandecimento e progresso da humanidade induzem os indivíduos a perseguir sempre metas mais arrojadas, obrigando o uso de recursos muito além da capacidade do meio ambiente de reconstituí-los, dando partida a arriscado processo de deterioração do ambiente natural.

Assim, a crescente demanda por recursos da natureza é outra extraordinária contradição que transforma o crescimento da humanidade em verdadeiro risco à vida no planeta.

Numa perspectiva de preservação do meio ambiente, dificilmente se poderia conceder a cidade sob forma ecológica pura; a cidade é um processo de desequilíbrio ecológico; procurar refazê-la fora da égide do crescimento e da concentração, inerentes à sua natureza, seria desprezar sua força e as facilidades que oferece à empreitada humana. Sem a cidade a capacidade humana tende a atrofiar-se; salvar, portanto, o meio ambiente, sufocando o fenômeno urbano, não parece alternativa inteligente.

A humanidade, porém, precisa imbuir-se de consciência de seu processo de perpetuação, e a consciência ecológica é a primeira e principal delas. É ela que preservará, em última instância, tanto a cidade como o meio ambiente, constituindo-se em fator essencial de equilíbrio dessas duas forças.

Consciência ecológica pressupõe compreensão do fenômeno urbano como instrumento do crescimento material, social e espiritual da humanidade, sem contraposição às leis da natureza, à capacidade limitada do planeta em prover recursos naturais indispensáveis à vida.

Dessa forma, o equilíbrio ensejado entre cidade e meio ambiente é uma questão de coragem e consciência — dos indivíduos, dos empresários e do governo.

A despeito de fatores econômicos que podem explicar e até justificar comportamentos, aos indivíduos cabe primeiro nível de responsabilidade nessa empreitada. Não é da natureza humana a ausência de hábitos sanitários, tão em evidência atualmente, como os que fazem os resíduos conviverem em ambientes doentios, ou disporem os seus indivíduos com gestos e atitudes que só reciclam a insalubridade. A consciência sanitária entre as pessoas é tarefa inadiável para compreender a responsabilidade coletiva com o meio ambiente. Porque essa consciência será a base de uma compreensão maior, indispensável, de cunho ecológico.

A educação sanitária, de amplo espectro, deve ser o programa número um que uma política sobre o meio ambiente evoca. Não haverá solução sem o cumprimento dessa etapa básica.

O desafio de promoção do desenvolvimento econômico de uma sociedade é a rotina que impõe os agentes produtivos a exercer seu papel em toda intensidade. No meio urbano essa função tem extraordinária magnitude e ela, quase sempre, é exercida com graves repercussões ambientais.

As atividades industriais, por exemplo, raramente condicionam-se à necessidade de preservar o meio ambiente. Seja no consumo de recursos naturais, seja na deposição de seus resíduos.

Novamente aí a consciência ecológica é fundamental para a busca de maior equilíbrio entre ação produtiva e ambiente. Isoladamente, todas as formas de contenção de excessos — multas, suspensão de direitos, etc. — têm demonstrado sua inocuidade ante a evidente escalada da produção econômica, descomprometida com os custos relativos ao meio ambiente.

Aos políticos, por sua vez, cabe cada vez mais compreender que o progresso das cidades leva, inalienavelmente, à concentração e ao crescimento; isso impõe, de outra parte, cuidados com integridade do meio ambiente, como forma de garantir desenvolvimento e sobrevivência da sociedade. A consciência ecológica, ainda uma vez, é uma atitude necessária para a realização dos verdadeiros anseios da comunidade. Por ela se institui o fiel da balança no julgamento entre os interesses de crescimento econômico e os de integridade ambiental. A ação política, como se sabe, diz respeito a todo o universo dos problemas humanos; portanto, via de consequência, neste conjunto também o papel do político não pode ser omitido, pois a busca de uma harmonia entre desenvolvimento econômico e integridade ambiental certamente sobressai a todos os outros os outros com um compromisso inarredável.

Finalmente, papel relevante cabe ao espaço síntese ocupado pelo governo. É a percepção de todas as percepções; sem a intervenção do poder público não se obtém o justo equilíbrio entre crescimento e preservação e não se promove a mobilização dos mais diversos meios para conter quaisquer pressões que se contraponham aos legítimos interesses de proteção da condição humana.

Pois, insista-se, as expectativas ante esse papel estendem suas responsabilidades no provimento de uma ampla consciência ecológica nacional, capaz de permitir às cidades auspicioso papel de consagração da sociedade, nas suas mais inequívocas aspirações, inclusive de cunho biológico.

Nesse seu papel, deve inspirar-se o governo na certeza de que o equilíbrio entre a cidade e o meio ambiente pertence-lhe, na medida em que a ele incumbe responsabilidade em mobilizar as forças sociais.

A começar pelos indivíduos, sobretudo aqueles integrantes das faixas populacionais mais pobres, essa mobilização deve efetivar-se mediante persistentes campanhas sanitárias, associadas a obras e serviços de custos moderados, soluções simplificadas mas eficazes que elevem os níveis sanitários das comunidades mais carentes. É certo, contudo, proclamar que ensinar o povo a ter hábitos sanitários, mesmo os mais simples, é também conferir-lhe direito à água potável, recolhimento de dejetos e erradicação de endemias.

Às forças econômicas cabe agir em permanente apoio às ações do governo mormente em suas expectativas de desenvolvimento da sociedade, através do progresso que ensejam. A este esforço deve-se unir, igualmente, decidida ação de governo para conter a expansão predadora, o crescimento injusto e a busca de riqueza sem qualidade de vida.

A função precípua de pesquisar o correto uso da natureza, sem comprometer seu equilíbrio, é um serviço à sociedade, a desafiar as instituições que se voltam para a defesa do meio ambiente em todos os níveis de governo. Apoiar as forças produtivas, corrigindo, porém, eventuais distorções, inclusive com relação à conservação de natureza, é tarefa que dignifica uma Nação.

Uma tomada de consciência por parte de todos, portanto, é um permanente desafio ao governo, no seu esforço de preservar a integridade ambiental.

O processo, aí, é de mútua alimentação. Os efeitos, sobre indivíduos, de uma crescente responsabilidade sanitária e a consciência de um desenvolvimento comedido no uso dos recursos naturais são estímulo ao governo — vale dizer, aos Poderes Executivo e sobretudo ao Legislativo, nos três níveis da administração — para estabelecimento e fixação de instrumentos, inclusive jurídicos, que reflitam o desejo da sociedade de construir o progresso sem afrontar os recursos da vida. Legislação de preservação ambiental e desenvolvimento urbano e rural, longe de se contrapor à ambição de progresso, reflete sua maturidade no respeito aos direitos dos indivíduos e aos recursos esgotáveis da natureza.

Não são raros os exemplos que o Brasil ostenta, revelando essa maturidade. Os Códigos Florestal, de Saúde, Mineração, Águas e Pesca, as legislações atinentes ao parcelamento do solo urbano e rural, ao Estatuto da Terra e ao uso de defensivos agrícolas, entre outros, são instrumentos de inequívoca importância e conquistas extraordinárias da sociedade brasileira.

Nas cidades, onde as contradições são mais agudas, a construção de um suporte legal que contemple o fenômeno urbano na sua dimensão sócio-cultural e econômica deverá embasar o correto tratamento da questão urbana no Brasil. A criação das regiões metropolitanas, a lei de parcelamento do solo para fins urbanos, a lei de zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição são passos a representar o inegável afincamento com que se persegue o justo equilíbrio entre o progresso e a preservação dos recursos da natureza.

O trato das cidades exige, portanto, que se persiga, cada vez mais, a legitimação de instrumentos, seja de planejamento, seja de natureza jurídica, capazes de possibilitar o desenvolvimento e o controle do processo urbano, sem as contradições naturais do confronto cidade-meio ambiente.

Nessa ótica não se poderia deixar de mencionar o esforço de instituir mecanismos jurídicos que amenizem as consequências do acelerado processo de urbanização do País, obrigando o setor público a realizar vultosos investimentos para corrigir crescentes distorções, face ao descontrole com que crescem as cidades. Dentro desse quadro, vale ressaltar a remessa pelo Presidente da República de mensagem ao Congresso Nacional, dispondo sobre objetivos e normas para promoção do desenvolvimento urbano, permitindo à Nação melhor compreender e conduzir esse processo, em razão das rápidas e profundas transformações que se operam na moderna sociedade brasileira. O conteúdo desse projeto de lei, por caracterizar politicamente uma primeira revisão ampla das questões que envolvem o problema urbano do País, vem exigindo cuidadoso esforço do Congresso, através de suas Comissões. Oxalá que esse esforço conjunto permita a todos nós, membros dos poderes Executivo e Legislativo — agentes da vontade popular — atingir os objetivos de dotar o País de base jurídica sólida, capaz de balizar adequadamente a questão urbana brasileira.

Eram essas, Sr. Presidente, as observações que desejava produzir sobre o tema e registrar, com justificada alegria ao encerrar-se a realização dos eventos que assinalaram a Semana do Meio Ambiente, inclusive o Seminário ocorrido no Recife, que já se forja em nossa Pátria adequada percepção da importância da ecologia para o cor-

reto e harmônico desenvolvimento do País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jaison Barreto.

O SR. JAISON BARRETO (PMDB — SC. pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É enervante a monotonia com que, no Brasil, erros e equívocos os mais evidentes são cometidos com impressionante reincidência. Basta que surja a mínima oportunidade, e lá vêm decisões há décadas comprovadamente erradas e a custo corrigidas pelos mesmos burocratas que as baixaram. Ou por determinação superior, não raro do próprio Presidente da República.

É o que se dá, por exemplo, com a importação de livros técnicos. Sua importância para o incessante aprimoramento de médicos e cientistas é notório. Como notória é o significado prioritário do desenvolvimento cultural, técnico-científico, sem o qual jamais lograremos nos tornar país desenvolvido, conforme nossas potencialidades nos asseguram.

De tempos em tempos, sob a alegação da necessidade de comprimir importações, vêm medidas como essa a que aludo, de efeitos os mais maléficis. Inclusive com a implicação de economia de escassas divisas, enquanto estas são copiosamente desperdiçadas como nas incessantes viagens presidenciais ou ministeriais pelo mundo, com comitivas integradas por centenas de felizardos amigos do poder.

Desde 1º de janeiro deste ano, está em vigor resolução baixada pela carteira de comércio exterior do Banco do Brasil proibindo a importação de qualquer livro técnico, bem como revistas especializadas. É a repetição, pela enésima vez, do ocorrido em numerosas outras ocasiões de nosso passado.

Essa resolução cria situação extremamente prejudicial a todos que se dedicam a setores técnicos e científicos, aos quais o Governo sempre promete incentivo, proclamando sua importância decisiva para nosso futuro.

De novidade, apenas, o fato de perdurar até hoje a medida, a despeito dos protestos das entidades médico-científicas do País, como se deu com a Associação Catarinense de Medicina, através de seu presidente, Luiz Carlos Espíndola.

Não são os escassos dólares economizados através desta absurda medida, indicativa até de falta de imaginação por parte dos burocratas do Governo, que resolverão o problema de nossa falência, que não é só externa, mas também interna.

Portanto, aqui apelamos para que medida tão nefasta quanto injustificável seja logo revogada, possibilitando aos que se dão ao aprimoramento técnico-científico de nosso País continuarem dispondo de material didático imprescindível ao seu trabalho.

É o apelo que aqui deixo aos gestores de nossas finanças, especialmente ao presidente da CACEX, convicto de que, conforme já se deu dezenas de vezes, a resolução a que me refiro seja prontamente tornada sem efeito, do que não resultará debácle alguma para um País que deve cem bilhões de dólares aos banqueiros internacionais, sem que se deixe de gastar faraônicamente com passeios presidenciais pelo mundo inteiro!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1978 (nº 1.465/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 638 e 639, de 1981, da Comissão

— de Educação e Cultura

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1981 (nº 435/79, na Casa de origem), que inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal civil, militar ou autárquico, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 179 e 180, de 1983, das Comissões:

— de Legislação Social

— de Serviço Público Civil; e

— de Finanças.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1981 (nº 1.595/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a legitimação adotiva, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 904, de 1983, da Comissão

— de Constituição e Justiça, favorável, com Emendas que apresenta de nºs 1 a 4-CCJ.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1983 (nº 5.615/81, na Casa de origem), introduzindo alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, tendo

PARECER, sob nº 806, de 1983, da Comissão

— de Constituição e Justiça, favorável, com voto vencido do Senador Helvídio Nunes.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1981 (nº 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 971 e 972, de 1981, das Comissões:

— de Segurança Nacional; e

— de Finanças.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1981 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 354 e 355, de 1981, das Comissões:

— de Legislação Social; e

— de Finanças

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1981 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras, tendo

PARECERES, sob nºs 186 e 187, de 1983, das Comissões:

— de Economia, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana, José Lins e Lenoir Vargas; e

— de Finanças, favorável.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1977 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob, nºs 1.360 e 1.361, de 1981, das Comissões:

— de Legislação Social; e

— de Educação e Cultura.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1979 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes, tendo

PARECERES, sob nºs 335 e 336, de 1980 e 635 a 637, de 1981, das Comissões:

— de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: favorável ao Projeto e à Emenda de Plenário;

— de Finanças, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável à Emenda de Plenário; e

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda de Plenário.

10

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 (onze) senadores e 11 (onze) deputados, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia.)

11

Votação, em turno único, do Requerimento nº 99, de 1984, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para a Mensagem nº 68, de 1984, submetendo à deliberação do Senado proposta para que o Governo do Estado do Espírito Santo possa realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, noventa e quatro e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), para os fins que especifica.

12

Votação, em turno único, do Requerimento nº 102, de 1984, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno,

urgência para a Mensagem nº 72, de 1984, solicitando autorização do Senado para que o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo — DAEE, possa realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), para os fins que especifica.

13

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1979 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECERES, sob nºs 692 e 693, de 1982, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta; e

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro.

14

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1983 (nº 5.019/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob, nº 790, de 1983, da Comissão

— de Constituição e Justiça (audiência solicitada pela Comissão de Legislação Social), pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

15

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1981, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que atribui às Secretarias de Agricultura dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo cabentes a cada produtor rural, tendo

PARECERES, sob nºs 248 a 250, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, e, no mérito, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta;

— de Agricultura, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça; e

— de Serviço Público Civil, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça.

16

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, visando restabelecer o privilégio da indenização dobrada ao trabalhador que conta mais de 10 anos de serviço e é despedido sem justa causa, tendo

PARECERES, sob nºs 1.018 e 1.019, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, e, no mérito, favorável, com voto vencido dos Senadores Helvídio Nunes e José Fragelli; e

— de Legislação Social, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 11-6-84, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, e Srs. Senadores:

Parece até que os Srs. Senadores não estão lembrados de que neste ano mesmo, o Senado discutiu e votou, em urgência urgentíssima, em sessão extraordinária às 18 horas e 30 minutos, vários projetos de resolução, autorizando municípios e Estados a contraírem empréstimos, sem que tivesse havido neste plenário, qualquer pedido de verificação. Portanto, acho que este já seria um argumento importante na discussão desta matéria, no dia de hoje. Creio, para mim, que se trata no caso em espécie de um problema de natureza política estadual, porque nos demais Estados nós vimos que tudo ocorreu pacificamente. Só em alguns deles, notadamente o Pará e agora Minas Gerais, é que apareceram divergências muito ligadas a interesses políticos locais, que não cabe ao Senado, absolutamente, discutir.

O que nós queremos, agora, é nos manifestar sobre a situação econômico-financeira dos Estados à luz dos pareceres das comissões técnicas, evidentemente. E nesse sentido o Senador Severo Gomes, há poucos dias, fez um pronunciamento que me pareceu perfeito, quando disse que as grandes dificuldades por que passam os municípios e os Estados, neste momento, no Brasil, são da responsabilidade da política econômico-financeira levada a efeito pelo Governo Federal, que concentrou de tal maneira em suas mãos a renda pública e elevou a tais parâmetros a inflação que não deixou aos municípios e aos Estados outro caminho para o cumprimento das suas obrigações, no que tange à administração pública, senão recorrer a essas receitas extraordinárias que decorrem dos recursos provenientes dos empréstimos internos e externos.

Sobre os casos que aqui estão, diria simplesmente quanto ao Projeto de Resolução nº 32 de 84, "que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 79.232.971.409,70 (setenta e nove bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e nove cruzeiros e setenta centavos), o montante de sua dívida consolidada, que esse processo passou pelo crivo da comissão de mérito, que é a Comissão de Economia. E a comissão abalizada para se aprofundar em torno do pedido de financiamento do Governo de Minas Gerais lhe deu o parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução que é o que estamos votando neste instante.

A Comissão de Constituição e Justiça não deu parecer no tempo adequado.

Cabe às Lideranças dos Partidos, de acordo com o art. 317, c, do Regimento Interno, requerer urgência para projetos pendentes de pareceres das comissões técnicas.

Portanto diante da situação de dificuldades do Estado de Minas Gerais e tendo em vista o parecer da Comissão de Economia, que conclui pelo projeto de resolução que aprova o empréstimo, eu e o Senador Aloysio Chaves, na qualidade de Líderes do PMDB e PDS, respectivamente, demos à matéria um tratamento estritamente regimental, e não vemos por que sermos censurados por isto. Se houver quem não andou a tempo e à hora foi a Comissão de Constituição e Justiça, como não o fez também em relação aos pedidos de empréstimos relacionados com o Governo do Espírito Santo, constante do item 12 da Ordem do Dia e com o Governo do Estado de São Paulo, constante do item 13.

Isso porque o Regimento, no art. 137:

"O exame das comissões sobre as proposições, exetuada as emendas e os casos em que este Regi-

mento determine em contrário, obedecerá aos seguintes prazos:

a — 20 dias para a Comissão de Constituição e Justiça."

Prorrogável por igual período o que equivale, portanto, a 40 dias.

Ora, os pedidos de empréstimo incluídos, para os quais requeremos urgência, nos itens 12 e 13 foram enviados ao Congresso no dia 17 de abril. Por conseguinte, os quarenta dias da Comissão de Constituição e Justiça passaram folgadoamente, sem que houvesse aquele órgão técnico se manifestado, sobre eles. Assim, nós que somos solicitados pelos Governadores de Estados e pelos Prefeitos das Capitais, num ano que não é eleitoral — porque em 1982 a Oposição entendeu de obstruir esses pedidos por temer que esses recursos fossem desviados de seus objetivos para fins eleitorais — temos votado inclusive em urgência urgentíssima indiscriminadamente os pedidos de empréstimos dos Estados e Municípios.

Em suma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vejo procedência na censura do nobre Senador Murilo Badaró às Lideranças do PMDB e do PDS. Nós mantemos, não só o nosso apoio ao projeto de Minas Gerais, como também as urgências solicitadas para os itens 11 e 12 da Ordem do Dia. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DE 11-6-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Fazendo-se uma retrospectiva do processo histórico brasileiro, desde o Brasil Colônia, passando pelas várias fases do Império e por todo o período republicano, se é levado à constatação de que se vive, nos dias atuais, uma situação política, econômica e social sem precedentes: nunca se esteve tão próximo do colapso total.

As condições objetivas de ruptura se configuram no momento em que o projeto político nacional já não mais sustenta os interesses da maioria esmagadora da Nação, na verdade, de nenhum de seus grupos sociais maiores. Rompem-se, neste momento, os elos entre Estado e Nação, as ligações entre elite, dirigentes e povo.

Historicamente, tem sido notável a competência das elites brasileiras em sufocar as poucas experiências verdadeiramente populares no País, seja pelo esmagamento violento e impiedoso dos movimentos sociais, seja pela superação das crises pelo processo de manipulação desses mesmos movimentos ou pelo desvio da linha de ruptura pela aparente conciliação de interesses.

Sempre que se deseja contornar as situações críticas ou tamponar as mais genuínas aspirações populares, reiteradamente se lembra a "índole pacífica do povo brasileiro" e a sua não menos propagada "cordialidade". Embora sempre que estiveram com suficientes forças, foram as elites do País extremamente cruéis e violentas na repressão aos movimentos populares.

Contra os negros, contra os indígenas, contra as rebeliões populares, contra grupos revolucionários ou em desespero, praticaram-se verdadeiros genocídios que a historiografia oficial procura propositadamente esconder.

O autoritarismo elitista brasileiro tem-se preservado pela estratégia continuísta que alia a repressão violenta e perversa ao processo de acomodação de cúpula sem maior compromisso de atendimento às aspirações populares. Enfim, a "índole pacífica" e a "cordialidade" das classes populares têm sido usadas como argumento para a acomodação de interesses das elites de forma lenta e gradual. Ressalte-se uma verdade: brigam as facções políticas dominantes enquanto apenas não correm o ris-

co de se verem substituídas no poder pelo povo. A estratégia: ou a repressão ou a antecipação.

Durante o período colonial, movimentos sociais importantes se fizeram, procurando-se cunhar a nacionalidade brasileira e sua verdadeira autonomia e independência, rompendo-se os laços da dominação. Enquanto se teve forças, esses movimentos foram sufocados de forma cruel. E quando já não se podia mais evitar-se a ruptura, evitou-se pela antecipação: D. Pedro I "lançou mão da coroa" antes que "um aventureiro" o fizesse.

Na libertação dos escravos estabeleceu-se o mesmo processo de antecipação e de estratégia lenta, gradual e segura, concebida e implementada pelas leis do Ventre Livre e dos Sexagenários até a composição final com o capitalismo internacional. Na verdade, o ano de 1888 foi a antevéspera da República, proclamada e efetivada a seguir por um ferrenho monarquista: Deodoro da Fonseca.

Há certos trezentos anos, na alvorada do povo brasileiro, bem aí, fez-se a repressão genocida, por exemplo, no Maranhão na revolta de Beckman, sem contar o século e meio anterior de massacre indígena. Pouco depois, nas Minas Gerais a revolta popular comandada por Felipe dos Santos Freire, o primeiro líder da plebe no Brasil, foi afogada em sangue e ao líder se mandou "arrastar e esquartejar para exemplo". A epopéia de Palmares, a Tróia Negra, no dizer de Oliveira Martins, teve quase um século de resistência e heroísmo, dizimados até o último ser vivo.

Um século depois, outra vez nas Minas Gerais, os mestiços e os escravos, os mineiros e os comerciantes, o povo enfim, se fazia Nação e resistia na Inconfidência. As mesmas manobras de escamoteamento fizeram época, os mesmos disfarces, as mesmas artimanhas.

Repito palavras do cronista de então:

"E, no entanto, não havia meio de disfarçar que essas demonstrações nada significavam mais que simples manobras do torvo espírito do regime. Tudo isso é comum a todas as sociedades políticas em fase de transição, quando um poder ou uma instituição moribunda, ou que representa a morte, se encontra com os primeiros sinais dos novos tempos. O choque final é sempre temeroso; pois, antes de tudo, desperta, nos que representam e guardam a instituição combatida, as maiores anomalias morais, as anormalidades mais absurdas e estranhas, que pareciam já relegadas para o fundo das eras, mas que ressurgem da noite com um grande alarme, a ver perigos em toda a parte e pretendendo a qualquer custo, pela reação violenta e pelo ludíbrio, retardar a inevitável eclosão do dia nascente."

Em Pernambuco em especial, mas em todo o Nordeste, pela resistência popular à invasão flamenga, o Brasil se fez Nação mais cedo. E, por isso mesmo, rivalizando-se na resistência e na luta pela liberdade com o extremo-sul do País, ali sucederam-se os massacres, durante todo o século passado. Do Padre Roma ao Frei Caneca, passando pelo "general das massas" José Inácio de Abreu e Lima, o precursor das idéias socialistas no Brasil, até o grito de "Viva a Pátria" inflamado de Henrique Rebelo no cadafalso, ecoando na alma brasileira.

O binômio "repressão e/ou antecipação" foi o lema das elites brasileiras também durante o período republicano. Na República Velha, Florino Peixoto, inspiração e paradigma do tenentismo a ainda hoje dos militares da corrente nacionalista, não hesitou em convocar o apoio da Marinha norte-americana para esmagar a Revolta da Armada liderada por Custódio de Mello e Saldanha da Gama.

A tragédia de Canudos, com o impiedoso massacre de milhares de pessoas, dá a medida exata da violência e da crueldade que se fizeram também sempre presentes na

repressão aos movimentos operários e estudantis. Também na Revolução de 30, em nome da inviolabilidade do voto e da alternância no poder e de reformas nas estruturas do País, a Nação amargou longo e tenebroso inverno democrático, incluindo o período do Estado Novo.

Mais recentemente, a "Marcha da Família com Deus Pela Liberdade" e a "Campanha do Ouro Para o Bem do Brasil" acabaram desembocando no mais demorado ciclo do autoritarismo vivido pelo País, responsável pelo desespero nacional que aí está, herança trágica a ser legada às nossas gerações futuras.

Estamos caminhando celeremente na linha de colisão, próximos da ruptura social de conseqüências imprevisíveis. E a manifestação, o ludibrio, as negações, o negocismo estão levando a todos nós ao descrédito público. Governo, Congresso Nacional, Partidos Políticos, Parlamentares, Governadores, Ministros, Juizes, estamos todos descredenciados. É a proximidade do caos.

Essa é herança trágica desse período penumbroso da vida nacional: o descrédito total das instituições de governo e de todos os diretamente ligados a elas. Afinal, a crise econômico-financeira, social, política, moral, civilizacional, está atingindo situação de paroxismo tal que o povo já foi levado ao limite máximo de sua resistência.

O legado trágico do fracasso do regime tecnocrático-militar tem nome: Brasil. Maior dívida externa do mundo, uma Itaipu por ano de juros externos pagos em dólares, economia em caos e desordem, e recessão, inflação de 235 por cento ao ano, salários expropriados, caindo o salário médio em cerca de 20% em pouco mais de um ano, gerando novo surto de concentração de rendas, milhões de desempregados, mais de 10 milhões de subempregos, com mais de 20% da população economicamente ativa na chamada economia submersa, 35 milhões de famintos, 20 milhões de analfabetos, 80 milhões de anêmicos e verminóticos, 15 milhões de chagásicos, queda de 30% no consumo de carne e de leite, nos últimos 5 anos.

Sabe-se que não se pode ser simplista na análise das causas dessa crise. Ela tem múltiplas causas, por sua gravidade. Trata-se de uma crise civilizacional a acometer todos, em escala planetária, é verdade. É verdade também que variáveis internas levam-na ao limite maior do suportável.

Há um choque econômico levando à exasperação social. Não se pode minimizar a ligação intrínseca entre o econômico e o social. Quando um povo é pressionado a ponto de não lhe ser mais possível satisfazer sua fome, que é presa das mais exasperantes privações; quando a recessão triunfa, sem que seja possível estrear sua regressão; quando o mercado de trabalho ameaça fechar-se mais e mais a tal ponto que as gerações adultas estão desesperadas e a jovem geração não pode estar senão revoltada; quando o salário não é senão uma ficção e é roído pela inflação num ritmo que não permite nem mesmo a previsão para o amanhã; quando se endurecem as posições dos que procuram garantir seus lucros e a dos que são excluídos deles, embora sejam eles os principais artefatos desses lucros; quando tudo não passa de uma ciranda de papéis a gerar dinheiro para quem já tem muito, está-se, sem dúvida, às portas de seriíssimos conflitos sociais.

Por outro lado, absorvido pelo atendimento à dívida externa sob as exigências insuportáveis do FMI que as autoridades econômicas atendem com extrema docilidade, o governo não tem meios de controlar a dívida pública interna, que atinge a cifra de 35 trilhões de cruzeiros, sem incluir nela aquilo que se convencionou chamar dívida social. Só os juros dessa dívida somam quantia superior à folha de todos os salários pagos na economia final.

Para saldá-los, o Governo procura captar a poupança interna mediante a venda de ORTNs e LTNs, reduzir os investimentos produtivos e, principalmente, os gastos so-

ciais. Esta drenagem é a causa alegada pelos banqueiros das altas taxas de juros cobrados internamente, que empurram para as concordatas ou falências as pequenas e médias empresas, as maiores geradoras de empregos.

A renda *per capita* dos brasileiros caiu 10,6% nos últimos 3 anos, e a realidade é que se a economia brasileira volta a crescer 5% ao ano, só em 1990 atingirá a renda *per capita* de 1980 e, se a partir de agora a indústria conseguir 6% ao ano a atividade industrial de 1980 só será recuperada em 1993. Por outro lado, segundo estudos da FGV, o percentual de transferência do PIB brasileiro para o exterior, que não chegou a 1% em 1970, subiu para mais de 5% em 1982, 75% dos quais para pagamento dos juros da dívida externa.

Além desses elementos componentes da crise brasileira, há outros igualmente importantes: a acefalia do poder político, passivamente à espera do ápice da crise de um lado e, do outro, as vacilações das forças políticas democráticas, com choques e entrecosques que mais parecem pressões exercidas para melhor marginalizar-se o povo do processo.

Tudo se faz para que a atual crise repita os processos históricos anteriores: se não pode ser vencida pela violência repressiva, promove-se a conciliação para a preservação do regime.

"Esse é um resultado paradoxal" de que fala Florestan Fernandes, "Os que tomam o poder pela violência armada e contra a lei, impõem à Nação a paz armada e a obediência à ordem ilegal que passa por uma ordem constitucional que se considera sagrada". O autoritarismo das elites tenta renovar-se, utilizando-se dialeticamente de sua posição ou, inserindo-se por ela, constrói sua outra face com o jânus mitológico.

O Sr. João Lobo — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Ex^a, com imenso prazer.

O Sr. João Lobo — Senador Henrique Santillo, apenas para corroborar o estarecedor quadro que V. Ex^a pinta, do futuro negro e sombrio que espera esta Nação. Eu gostaria de juntar, ao que V. Ex^a relatou no seu brilhante discurso que, por dados insuspeitos, nós temos nos meios urbanos cerca de 80 milhões de brasileiros. Isto, no ano de 1984; 80 milhões de brasileiros vivem nas grandes cidades, nos grandes centros urbanos. No ano 2000, isto é, daqui a 16 anos somente, os meios urbanos deverão estar expandidos, inchados, com 160 milhões de brasileiros, o dobro do que existe hoje. Então, traduzindo isto em números, Senador Henrique Santillo, nós teremos, em 16 anos, que construir uma infra-estrutura nessas cidades nas quais passamos 400 anos contruindo, quer dizer, temos apenas 16 anos, Senador Henrique Santillo, para fazer tudo isso que foi feito ao longo de 400 anos da nossa História. E ninguém tem mais ilusão de que as chaminés que deixaram de fumar não mais voltarão a fazê-lo. As levas de operários despedidos não serão mais readmitidos nas fábricas, engrossando, cada vez mais, o número de desempregados, o número de ociosos, a pesar sobre o pequeno número de homens ativos da Nação brasileira. Tudo isso representa um quadro verdadeiramente negro e sombrio para o nosso futuro. Era apenas esta a contribuição que queria juntar ao brilhante discurso de V. Ex^a

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Agradeço a V. Ex^a

É essa a conciliação que as elites, hoje, defendem com unhas e dentes. Tecem-se de propósito os argumentos contra qualquer polarização. Afinal, há um grande risco: o povo está em ascensão política e demonstrou não estar disposto ao imobilismo. Na verdade, a polarização vem de cima para baixo, como parte de uma estratégia vesga

e destrutiva. Os Partidos de Oposição, mesmo quando se movem muito pouco e ousam o mínimo possível, como na mobilização pelas "Diretas Já," recebem uma dose de violência, como as emergências, e ameaças de retrocesso suficientes para intimidá-los e para pôr à frente de suas vanguardas decisivas os políticos de "maior habilidade conciliadora".

Há, no entanto, no exame mais acurado da realidade brasileira, a existência de uma correlação de forças bastante dedicada nos dias atuais: as forças sociais que sempre sustentaram o regime estão a favor de mudanças imediatas, fartas da sucessão de escândalos como Coroa-Brastel, Capemi, Baumgarten, Delfin, Polonetes, estouros financeiros, BNCC, DNPM e outros.

Numa população majoritariamente constituída de jovens, exige-se cada vez maior participação na determinação de seu destino, demonstrando, inclusive, estar disposta a ir às ruas para marcar essa exigência. A classe média, natural amortecedor de crises, vive situação de crescente polarização ante o descalabro e a desordem da economia. Há uma população quase toda exigindo mudanças imediatas pela eleição direta de Presidente da República.

Em contraposição, o Governo se isola na sua inércia, fazendo da impotência política sua estratégia de esperar pelo impasse, embalando absurdos sonhos continuístas. Desconhecendo, ou procurando desconhecer a situação exasperante da população e suas legítimas aspirações, contenta-se em ser, de fato, governante de si mesmo. Nem isso, essa é a verdade. Limitam-se os inquilinos do Palácio do Planalto a se auto-estimarem e a se estimularem reciprocamente, como numa ação entre amigos. Contra a vontade da Nação, são mantidos pela inércia das regras jurídicas que a ela impuseram pela força das armas e pelo apoio dos comandos militares.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Ex^a com imenso prazer, Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira — Senador Henrique Santillo, V. Ex^a me deixa preocupado quando assume, em nome das oposições, do seu Partido, a paternidade dos fatos geradores das emergências decretadas aqui, no Distrito Federal. V. Ex^a diz que as emergências foram decretadas contra as "diretas". V. Ex^a confunde as coisas, porque, na realidade as emergências permitiram a realização de quantos comícios a Oposição pretendeu fazer. Agora, o que não se permitiu — e aí é que acho que a Oposição não pode assumir a paternidade — foram aquelas badernas, aqueles insultos que o próprio Presidente do Senado recebeu aqui, por pessoas irresponsáveis, travestidas de mulher, porque tenho as minhas dúvidas, até, se mulher realmente se comporta da forma como aquelas fantasiadas de mulher andavam por aqui, agredindo Senadores, violentando os domicílios dos Senadores e agredindo o próprio Presidente do Senado. Eu não acredito que o PMDB nem a campanha das "Diretas Já" incluísse aquilo. Realmente, penso que V. Ex^a injuriou as Oposições, porque não creio que o PMDB tivesse propugnado por aquele tipo de comportamento. E foi aquele tipo de bagunça, de baderna aqui, em Brasília, que aconselhou o Presidente da República a tomar medidas constitucionais que são as medidas de emergência, de sorte que V. Ex^a, ao arrolar nesse corolário de queixas que apresenta, traz esse aspecto que acho, realmente, muito ruim, não só para as Oposições, mas até para o próprio regime democrático, porque ter um Partido de Oposição que patrocina aquele tipo de coisa, realmente, nos deixa mal como civilização.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Devo, como parlamentar educado e democrático, respeitar os seus argu-

mentos, mas contradizê-los. Ponto altamente secundário do meu discurso, abordado por V. Ex^a, ainda assim, estou disposto a defendê-lo.

Na verdade, a Nação inteira sabe que a decretação das medidas de emergência, durante o episódio de votação da emenda constitucional pelas diretas, para a Presidência da República, deveu-se tão-somente à tentativa de intimidar o Congresso Nacional — sabe bem disso V. Ex^a e de intimidar a Nação como um todo, a sociedade brasileira como um todo.

E digo mais, eminente Senador. Foi o ponto de partida, o estopim mesmo para a degradingolada do seu Partido. O seu Partido que se desintegra, e que vive mais um episódio extremamente difícil, de implosão interna, hoje, com a renúncia do seu Presidente, o eminente Senador José Sarney, após receber uma carta do Presidente da República desautorizando-o de medidas que, antes, segundo ele próprio, haviam sido acertadas com o próprio Presidente da República.

O Sr. Benedito Ferreira — Não, V. Ex^a vai-me permitir, mas essas medidas não foram acertadas.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Embora não se tratando...

O Sr. Benedito Ferreira — Pelo amor de Deus, nobre Senador Henrique Santillo, V. Ex^a está pisando num terreno delicado. V. Ex^a não pode fazer esse tipo de afirmação.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Embora não se tratando de uma questão que nos diga respeito diretamente, há de dizer respeito a todos nós, porque de interesse da Nação brasileira; porque trata-se do Partido que dá apoio ao Governo que aí se encontra. Portanto, trata-se de assunto de interesse de toda a Nação brasileira.

Claro, inequívoca a desintegração do Partido que dá esse apoio ao Governo autoritário, que procura continuar a qualquer custo aqui no Congresso Nacional. E ele vive hoje mais esse episódio.

De qualquer forma, resta-nos um consolo: de que a sociedade volte a mobilizar-se para continuar ocupando espaços políticos importantes, a mobilizar-se da forma como V. Ex^a classifica de baderna, e que, na verdade, não se trata de baderna, mas de mobilização na ordem e na paz, capaz, portanto, de dar exemplo de civismo a todos nós aqui no Congresso Nacional.

O Sr. Benedito Ferreira — Se V. Ex^a não entende como agressão verbal...

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Com muito prazer.

O Sr. Itamar Franco — Senador Henrique Santillo, V. Ex^a tem razão. Veja que esse episódio, hoje, com o Presidente do PDS, que V. Ex^a já declarou que não temos nada com isso, mas evidentemente temos que dar a nossa solidariedade ao Presidente Senador José Sarney; e até estranhando que ninguém, neste Plenário, hoje, tenha falado no Senador José Sarney, pelo menos para que pudesse a Nação saber, através do Plenário do Senado, o que se passou...

O Sr. José Fragelli — *Le roi est mort, vive le roi!*

O Sr. Itamar Franco — Diz o Senador José Fragelli, que “o rei está morto, viva o rei”. Mas eu queria, exatamente, pinçar o que disse V. Ex^a, para mostrar a necessidade das eleições diretas, neste País; não só no episódio Sarney, nessa desintegração que se assiste hoje neste País. Veja, Senador Henrique Santillo, V. Ex^a falou na “ciranda” de papéis; quando V. Ex^a se referiu à dívida

externa, e se não me engano disse da docilidade com que se negociou com o Fundo Monetário Internacional. Nós fomos mais além da docilidade, Senador Henrique Santillo; nós assinamos um contrato com os bancos internacionais, e esse contrato foi lido, por nós, da tribuna, em que o Brasil não admitia, sequer — veja V. Ex^a — a modificação na sua estrutura de poder. Veja V. Ex^a a que absurdo se chegou no acordo internacional, em que a estrutura de poder não poderia ser modificada; e é a razão pela qual não há baderna, há o desejo, há uma aspiração nacional, hoje, das eleições diretas. E o que nós esperamos é que o nosso Partido, realmente, entenda que a única saída é a eleição direta, não esse Colégio ilegítimo que aí está. Era o aparte que queria dar a V. Ex^a, cumprimentando-o pelo seu pronunciamento.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Tem V. Ex^a inteira razão, Senador Itamar Franco, como sempre, do alto de sua coerência de homem público. O movimento pelas eleições diretas adquiriu tal força que, na verdade, foram obrigados a admiti-las, não já, segundo eles, mas daqui a quatro anos. Abertamente, não se consegue um argumento válido para esta espera. Nos bastidores, deixam implícito o veto militar às “Diretas Já”. O próprio Presidente Figueiredo, usando de meias palavras, em várias ocasiões, fez referência a isso. Para garantir a democracia, não às “Diretas Já”, já afirmou o Presidente, chegando a alegar a existência de forças mais ou menos ocultas, que as vetam em definitivo. Sabe-se hoje, com certeza, que o regime não é dono da vontade da consciência dos militares. Nem esses desejam, monoliticamente, mantê-lo à revelia da Nação. As eleições do Clube Militar, por seus resultados e pela alta abstenção, permitem identificar a extensão desse veto.

Ele não existe. Entenderam os eleitores do Clube Militar que a eleição presidencial é matéria de livre debate, desvinculada da função constitucional das Forças Armadas. Foram insensíveis aos interesses dos oficiais da reserva, por exemplo, “a vasta legião que mama nas tetas das empresas públicas e particulares, prêmio de lealdade, não à sua corporação, mas à ideologia que transformou a cobiça de alguns em bandeira de poucos”, como bem disse Raymundo Faoro, em artigo na revista *Senhor*, há poucos dias.

O Sr. Fábio Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Ex^a, com imenso prazer, eminente Senador Fábio Lucena.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador, eu me encontrava, hoje, na sessão do Congresso Nacional, quando o Deputado Nilson Gibson, falando em nome da Liderança do PDS, afirmou que o Senador José Sarney não foi eleito Presidente do PDS. E o Deputado não escondia o seu contentamento, o seu estado de comemoração, que causou espécie, mesmo, aos correligionários do ilustre Deputado por Pernambuco. Este é apenas o registro de um fato realmente constrangedor, onde eu tive a oportunidade, muito infeliz, aliás, de testemunhar, no Congresso, cuja sessão era presidida, na oportunidade, pelo eminente Senador Lenoir Vargas. Daí ter razão o Senador Itamar Franco, ao afirmar que o Presidente José Sarney, como Senador, como nosso colega, merece, de fato, a nossa solidariedade, porque, até ontem, ele era o salvador das negociações, ele era o cardeal, o sumo pontífice do PDS, e hoje é o homem mais renegado que há dentro daquele Partido. Quero, também, fazer uma pequena retificação à afirmativa do Senador Itamar Franco, sem querer contestar S. Ex^a, obviamente, sobre que ninguém falou, aqui, no Senado, sobre os acontecimentos. É para repetir que eu, de fato, fui o primeiro orador inscrito, e mencionei o episódio da renúncia do Senador José Sarney. E com relação às eleições do Clube Militar, quero

mencionar uma estatística estarrecedora que eu li, recentemente, numa revista especializada: é que apenas 14% dos membros efetivos do Clube Militar entre oficiais da ativa e da reserva, disseram sim ao Governo General Figueiredo. Era só.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Apenas para esclarecimento: o eminente Senador Itamar Franco referiu-se aos nossos pares da Bancada do Governo.

O Sr. Alexandre Costa - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço o eminente Senador Alexandre Costa, com prazer.

O Sr. Alexandre Costa — Eu sou obrigado, até, a desviar o assunto do discurso importante que V. Ex^a está fazendo, tendo em vista os apartes do Senador Fábio Lucena e do Senador Itamar Franco. Eu vejo que a Oposição aproveitou, hoje, a tarde, já que aqui se encontra apenas o Líder Senador João Lobo, tranqüilo, para dar um *show*. Cardeal e Sumo Pontífice existem dois nas Oposições: um é o Governador atual de Minas, Tancredo Neves, e outro é Ulysses Guimarães. Eles são o Cardeal e o Sumo Pontífice que eu conheço, na política brasileira.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Não há de ser por falta de Cardeal que nós vamos nos dar mal, não é, Senador?

O Sr. Alexandre Costa — Nós do PDS nunca consideramos o Senador José Sarney de Cardeal e nem de sumo pontífice. Tem sido um homem altamente contestado, o que é natural na democracia.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Não iremos ao inferno por falta de Cardeal.

O Sr. Alexandre Costa — Mas dizer que ele não recebeu solidariedade, recebeu sim, inclusive a minha, que não desejaria nunca a sua renúncia, e fui um dos que apelaram para que ele não renunciasse. Acho que a Presidência de um partido, quando o Presidente é vencido, e o fato é que se levou o assunto para a executiva, se o assunto fosse pacífico não precisaria ir à executiva, ele seria executado diretamente pela Presidência. Se foi levado é porque havia dúvidas. Se havia dúvidas, havia opiniões divergentes. E o fato de o Presidente perder, eu não vejo nada demais numa democracia, que todos nós defendemos, principalmente os grandes líderes da Oposição, na pessoa de V. Ex^a, na pessoa do Senador Itamar Franco e na pessoa do Senador Fábio Lucena.

O Sr. José Fragelli — É porque o Presidente do Partido, antes de levar à executiva, levou ao Executivo.

O Sr. Alexandre Costa — Eu agradeço, vou continuar embevecido com o discurso que V. Ex^a está fazendo e dizer que pelo meu desejo, pela minha vontade, o Senador José Sarney continuaria sendo o Presidente do PDS. Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Estou certo que sim.

A vontade nacional, agora, reclama alguma coisa de novo, muito acima de simples disputa pela Presidência da República, embora tenha identificado nela a grande esperança de mudar. É tempo de mudança: um Brasil diferente, urbano, moderno e industrializado exige soluções novas e inovadoras para a crise que o engolfa, que não repita enfadonhamente os mesmos processos históricos da barganha política de cúpula ou o uso da força para suprimir as divergências.

A sociedade exige mais que a simples espera que os seus problemas se resolvam ao saber da casualidade das

circunstâncias. Já mostrou, pela participação popular nas assembléias do novo sindicalismo, nas associações de moradores, nos movimentos sociais, todos, e na campanha pelas "Diretas Já", estar disposta a conquistar uma nova política para o Brasil, inovadora e participativa.

Vê-se, portanto, a importância política da manutenção da unidade das forças democráticas, que vão do PT ao PMDB, ao PDT, ao PTB, atingindo até setores mais dinâmicos e progressistas do PDS, passando pelas instituições da sociedade civil, unidade essa conquistada pelo povo nas ruas, exigência da população mobilizada na campanha das eleições diretas para a Presidência da República.

Essas precisam mostrar o exemplo de coerência e autenticidade, do ponto de vista ético e político, que lhe permitam evitar maiores frustrações do povo. Essa responsabilidade deixa de ser apenas do Congresso Nacional para ser também dos setores partidários ou não extra-congressuais, como os governadores estaduais opositoristas. Estes, principalmente, precisam dotar de maior ênfase suas posições ao lado da causa maior do povo, que é a constituição de um governo federal legítimo. Devem abrir mais seus governos à participação popular porque, afinal, essa expectativa se gerou de forma muito clara e inequívoca em suas campanhas eleitorais maravilhosas.

Crê-se que essa unidade possa ser mantida pelo lançamento imediato de um candidato à Presidência da República por eleições diretas, comprometido efetivamente com a convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte e com um programa mínimo de salvação nacional nos campos econômico e social, como ponto de urgência urgentíssima para o País, em quase desespero. É preciso que esse candidato mobilize o País, com o apoio de todas as forças democráticas. A situação já está insuportável e o povo já esgotou seus limites de paciência. É indispensável que as forças democráticas, dentro e fora dos partidos políticos, encontrem com urgência um denominador comum para um projeto de emergência de salvação nacional, que comece estabelecendo um posicionamento adequado do governo e que consulte os interesses nacionais diante da dívida externa do País, da recessão econômica, dos juros internos, do desemprego e do subemprego, dos baixos salários e das questões postas pelo Decreto-lei nº 2.065, que precisam ser revistas. Não dá para se fazer nada agora que não venha, de imediato, aliviar de certa forma a elevadíssima carga que está pesando sobre os trabalhadores brasileiros e que signifique também maior liberdade de organizarem-se. Toda a mobilização popular deve fazer-se em torno desse programa mínimo para a salvação do País.

Há um grande desafio posto diante de nós, congressistas, que é o de tão rápido quanto possível, reduzirmos a distância entre as instituições de governo e a Nação. Infelizmente, é verdade a afirmação do empresário Olavo Setúbal:

"Existe — disse ele — um distanciamento crescente entre o Brasil formal e o Brasil real; entre o Brasil de Brasília, fechado nos palácios de ar condicionado, discutindo as soluções a partir de dados abstratos, nem sempre verdadeiros e sempre mal interpretados, e um Brasil que reúne um milhão de pessoas na rua, para demonstrar, de uma forma ordeira e organizada, o seu incômodo."

Ou, ainda, como ressaltou outro empresário, Dilson Funaro:

"O grande desafio brasileiro é a mudança estrutural da organização política deste País, para que a sociedade possa realmente em todos os momentos ter a sua representação, e não apenas a elite ou a

burguesia, defendendo os seus pontos de vista, esquecendo-se dos fatores da miséria quase absoluta do País."

Só há uma forma de evitar-se a ruptura: eleições diretas para a Presidência da República imediatamente, fundadas sobre um programa mínimo de salvação do País, única forma de constituir-se um governo com credibilidade. E a credibilidade é indispensável à eficiência. O mais são apenas jogos de interesses particulares sobrepondo-se aos reais interesses da Nação. O posicionamento contrário ao Colégio Eleitoral, sem mistificação, exigido pela sociedade, não se fundamenta apenas em princípios éticos. Mais que isso, trata-se de uma exigência de caráter político.

Não se trata apenas de uma questão de ordem ética, embora essa tenha de estar permanentemente oferecendo os parâmetros de nosso comportamento. Trata-se, sobretudo, de uma exigência política da mais alta relevância para o País. As oposições não têm o direito de repetir o fiasco "Euler Bentes", nem tampouco poderão comprometer-se com o fracasso do autoritarismo que resiste às mudanças e sua sucessão interminável de escândalos, sob pena de deixar de ser a alternativa institucional para a sociedade brasileira, e passar a ser julgada e também condenada pelo povo. Este já não aceita mais a mistificação ou o farisaísmo, as negações e truques da contrafação da atividade política. Só o jogo da verdade tem valor e exige nosso compromisso com a mobilização popular que se confronte com as jogadas sujas de cúpulas que levem apenas a uma acomodação do autoritarismo.

As oposições democráticas não podem comprometer-se com o fracasso que resiste à mudança. Precisa continuar sendo a alternativa institucional verdadeira da sociedade brasileira.

— Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA 5ª Reunião, realizada em 19 de maio de 1983.

Às dez horas do dia dezenove de maio de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores João Calmon — Presidente, José Fragelli, Passos Pôrto, Octávio Cardoso, Gastão Müller, Eunice Michiles, Almir Pinto e Aderbal Jurema e os Senhores Deputados Oly Fachin, Rômulo Galvão e Francisco Dias, a Professora Eurides Brito, Secretária de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal e o Professor Apolinário Costa, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente propõe seja dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada, e, em seguida, convida a Professora Eurides Brito, para ocupar lugar de honra à Mesa.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra à Professora Eurides, que presta seu depoimento sobre "Programa Alternativo para a Educação".

Após a exposição da Professora, usam da palavra, os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Passos Pôrto e Eunice Michiles e o Senhor Professor Apolinário Costa.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece e depoimento da ilustre convidada, assim como a presença dos Senhores Senadores, Senhores Deputados e demais presentes e determina, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA EM 19-5-83, REFERENTE À PALESTRA DA PROFESSORA EURIDES BRITO, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO CALMON.
VICE-PRESIDENTE: SENADOR GASTÃO MÜLLER.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Declaro aberta a reunião, em que teremos a honra e o prazer de ouvir o pronunciamento da Professora Eurides Brito, membro do Conselho Federal de Educação e Secretária de Educação do Distrito Federal.

Dispensando-me da leitura do *curriculum vitae* da Professora Eurides, porque se trata de uma figura eminentíssima da educação brasileira, tão conhecida que dispensa a leitura de seu rico *curriculum*. A Professora Eurides Brito tem sido inextinguível colaboradora desta Comissão. Quando lançamos o Projeto Educação, que tinha como objetivo elaborar uma programação para a Educação em nosso País, entre os anos 1980 e o ano 2000, a Professora Eurides Brito foi mobilizada por nós, através da Universidade de Brasília, para dar a sua contribuição que consta do terceiro volume. Com as contribuições de 19 expoentes da educação, entre os quais se incluiu com relevo singular a Professora Eurides Brito, foi o Projeto entregue ao Presidente da República e ao Ministério da Educação. Tenho a impressão que essa obra tem contribuído, nos últimos anos, para esclarecer alguns pontos, que ainda provocam controvérsia no quadro geral da educação brasileira.

Depois do Projeto Educação, nós lançamos um novo ciclo de debates, desta vez, sobre o tema: Programas alternativos para a educação e a cultura do Brasil. O nosso objetivo é convocar figuras representativas da educação das duas áreas, das áreas mais ligadas ao Governo, das áreas que pertencem aos quadros da Oposição. Como no último pleito as Oposições elegeram 10 Governadores, e nós do PDS elegemos 11, teremos oportunidade de confrontar pontos de vista. Esperamos abrir novos caminhos para a educação.

O Professor Darcy Ribeiro, na sua apresentação à Comissão de Educação e Cultura, lançou alguns temas explosivos. Por exemplo, ele defendeu a tese de que devemos reduzir de 8 para 6 anos a duração do curso de primeiro grau. Por outro lado, o Professor Darcy Ribeiro é radicalmente contrário ao terceiro turno nas escolas de primeiro grau. Este terceiro turno foi introduzido no Estado do Rio, pelo então Governador Carlos Lacerda, quando era Secretário de Educação o Professor Flexa Ribeiro.

Conversando recentemente com ex-Secretário de Educação de São Paulo, Professor Luís Martins, hoje ex-Deputado Federal, ele me revelou que, na mais rica unidade da Federação, existem escolas de primeiro grau com 5 turnos. Na sua exposição, o Professor Darcy Ribeiro destacou também que é indispensável o aumento da carga horária nas escolas de primeiro grau, reduzida em muitas escolas a três horas. Ele entende que deveríamos ou exigir uma carga horária de seis horas, embora mesmo no Estado do Rio, essa carga horária ser ampliada apenas para 5 horas.

Não é só na área dos Governos da Oposição que há criatividade ou idéias novas. A Professora Eurides Brito, que não pertence aos quadros da Oposição, por sinal ela é uma educadora suprapartidária, lançou uma iniciativa revolucionária, aqui no Distrito Federal, na área da pré-escola. A Professora Eurides Brito terá uma oportunidade de expor, com detalhes, sua iniciativa, que está alcançando um êxito realmente excepcional.

Tenho o prazer de conceder a palavra, neste momento, à Professora Eurides Brito, para iniciar o seu pronunciamento, que será seguido de debates, com os parlamentares, Senadores e Deputados, que nos honram com a sua presença.

Com a palavra a Professora Eurides Brito.

A SR^a EURIDES BRITO — Senador João Calmon, mui digno Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, Srs. Senadores, Srs. Deputados aqui presentes, Srs. da Imprensa, meus Senhores, e minhas Senhoras.

Aceitei, com muita honra, o convite do ilustre Senador João Calmon para estar aqui nesta Comissão de Educação, a fim de falar a V. Ex^{as} sobre educação brasileira, especificamente, como me foi proposto, de projetos de educação e cultura que possam ser apreciados como alternativas para solucionar, ou pelo menos minimizar, alguns dos problemas que afetam a educação em nosso País.

O prazo muito curto entre o convite e a vinda a esta Comissão — considerando-se as numerosas tarefas que ocupam o dia-a-dia de um Secretário de Educação e Cultura e, no meu caso especial, ainda a participação em um Colegiado do porte do Conselho Federal de Educação, onde presido a Câmara de Ensino de 1^o e 2^o Graus — não me permitiu a elaboração de um trabalho mais acurado, daí por que usarei, basicamente, de três linhas: a primeira delas, a de reafirmar posições, dados e comentários que já tenho registrado em conferências, palestras e aulas dadas em ocasiões e locais diversos; a segunda, a de relatar experiências que estamos implantando no Distrito Federal, na busca de solução para alguns problemas que se apresentam renitentes; e, finalmente, utilizar-me um pouco de minha própria experiência pessoal como professora que teve sua iniciação formal no magistério, quando mal completara 14 anos de idade, ainda ginasiânica, assumindo, sozinha, a direção e magistério numa escola paroquial, na periferia de Belém, minha cidade natal, precisamente no bairro da Sacramento, lecionando numa escola de sala única, no mesmo turno, as quatro primeiras séries do curso primário, para alunos em diversos estágios de aprendizagem, especialmente os de 1^a série.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Peço licença para anunciar a presença do eminente Senador Gastão Müller, que é o Vice-Presidente desta Comissão.

A SR^a EURIDES BRITO — Como tive oportunidade de afirmar em palestra proferida em recente seminário realizado na Universidade de Brasília, um grande erro que cometem muitos dos que criticam a escola brasileira é tomar como marco referencial a reforma educacional de 1971. Isto provoca, sem dúvida, em boa parte dos estudantes e — por que não dizer — em certas camadas menos informadas da sociedade, a falsa idéia de que possuíamos até aquele ano um bem estruturado sistema educacional, que começou a ruir a partir da discutida Lei nº 5.692 de 1971. Ledo engano, pois, se nos propusermos a fazer uma pesquisa histórica dos diferentes momentos da vida nacional, encontraremos sempre críticas e aplausos ao sistema educacional vigente. E, invariavelmente, mais críticas que aplausos. Mas isto, evidentemente, não deve servir de consolo aos administradores da educação, quando tentam justificar as críticas feitas aos tempos presentes. Antes, deve servir de estímulo a novos estudos, pesquisas e providências, visto que, sendo a educação um processo dinâmico, é natural que ela procure se ajustar às constantes mutações da sociedade. Assim, o processo educativo, em sua função social, é passível de desajustamentos, que requerem permanente busca de novos caminhos.

Jamais o sistema educacional vigente satisfaz totalmente aos críticos da educação, nem tampouco aos usuários, o que poderíamos comprovar facilmente reproduzindo uma série de críticas feitas nas diversas décadas, ao longo da vida do nosso País. Isto sem dúvida tornaria nosso encontro na manhã de hoje bastante prolongado e enfadonho e, de certo modo, fugiria aos objetivos principais deste ciclo de debates, em tão boa hora organizado por este incansável batalhador da educação que é o Senador João Calmon. Todavia, apenas à guisa de ilustração, citarei quatro depoimentos de diferentes épocas e que servirão apenas para referendar o que disse acima.

Em 1851, o Presidente da Província do Grão-Pará, em relatório encaminhado a D. Pedro II, chamava a atenção para o estado lamentável em que se achava a instrução em toda a Província, mostrando que as escolas se achavam nas mãos de professores inabilitados e, na maioria das vezes, sem vocação para o magistério, não zelando, em consequência, pela educação de seus discípulos.

Nessa mesma linha, em 1864, o Presidente da Província do Ceará dizia a respeito da instrução naquela Província: "o problema da instrução primária pode ser reduzido à seguinte forma: quais os meios práticos de obter a mais larga e ampla difusão do ensino primário e de garantir-lhe a excelência e a pureza? A solução parece simples: multiplicar o número de escolas e confiar o magistério a um pessoal com as habilitações necessárias, que conheça e saiba desempenhar conscientemente seus deveres. Mas esta aparente simplicidade envolve graves e complicadas dificuldades. Obter um pessoal na altura de seus deveres, eis a magna questão. A primeira condição para ter bons mestres é fazer do professorado uma carreira digna que, garantindo meios de decente subsistência e assegurando o futuro, atraia e chame as verdadeiras vocações. Esta condição imprescindível em quaisquer circunstâncias cresce de importância entre nós. País novo, rareiam aqui as aptidões, ao passo que diversas profissões altamente rendosas clamam por operários. O indivíduo que se sente com certas habilitações", — continua, ainda, o Presidente da Província do Ceará — "preferirá por certo mil outras carreiras que lhe abrem às esperanças largos horizontes, à vida obscura do mestre-escola que sujeita-o a um trabalho penoso, inflinge-lhe no presente duras privações e promete-lhe no futuro a pobreza. Daí um resultado profundamente deplorável: só aspira ao professorado aquele que é tão inapto que não pode viver de outra indústria particular, em um País de tantos recursos como o nosso. Destarte o professorado torna-se o refúgio da inabilidade. Para mim é fora de dúvida que é na mesquinhez dos ordenados que está a causa primordial do lamentável atraso de instrução primária nesta, como em outras províncias. Tem a Província do Ceará a respeito do ensino excelentes regulamentos que consagram as experiências dos países mais cultos e os conselhos e indicações dos homens competentes neste assunto. Mas estes excelentes regulamentos permanecem estéréis; não dão frutos esperados. E por quê? Por falta de pessoal que os saiba compreender e fecundar com uma prática inteligente e sincera. E por que falta pessoal? Porque os ordenados são mesquinhos. Assegurar ao professorado bons ordenados, é, pois, o passo mais eficaz para melhorar o ensino, mas ainda não é tudo." (1)

Numa objetiva crítica à educação brasileira, Roberto Moreira, em seu livro "Educação e Desenvolvimento no Brasil", uma publicação de 1960, diz o seguinte: "sendo a população brasileira, em 1889, calculada em 14 milhões de habitantes, segue-se que para cada grupo de 10 mil habitantes havia 214 alunos nas escolas primárias, 7 nas escolas secundárias e 1,6 nas escolas superiores. Era, sem dúvida, um contingente escolar muito pequeno para um País independente e soberano. No momento da Proclamação da República" — ainda é Roberto Moreira

quem diz — "a 15 de novembro de 1889, o Brasil era ainda um País extremamente inculto e subdesenvolvido". (2)

Em seu livro "Educação não é Privilégio", publicado na década de 50, o mestre Anísio Teixeira destaca: "sem pretendermos ser exaustivos na perquirição de causas, limitamo-nos sem falseamento a dizer que nos faltou vigor para expandir a escola a seu tempo quando os padrões eram bons ou razoáveis ainda, e o processo histórico não havia sofrido os impactos da aceleração dos dias atuais". (3)

Se o tempo nos permitisse, iríamos ilustrando com depoimentos de cada década para mostrar que jamais chegaremos a um modelo educacional que agrade a todos, fato que, igualmente, também não ocorre em nenhuma nação do mundo, independentemente do estágio de desenvolvimento econômico e de regime político. A vasta literatura de educação comparada nos comprova isso.

II — ALGUNS DESAFIOS EDUCACIONAIS — UMA ABORDAGEM NACIONAL

1 — Ensino de 1^o grau — o grande desafio

O acesso à educação tem sido sempre a aspiração dos povos. As nações que formam hoje o "clubes fechado" das nações desenvolvidas conseguiram, ainda no século passado, superar o problema de uma educação básica a todos os cidadãos, preparando-se, pois, para receber o século XX com a garantia da instrução popular. No Brasil, como vimos, a situação foi bem diferente. Apesar de as Constituições, de uma forma ou de outra, acenarem para uma escola primária que deveria ser franqueada a todos os cidadãos, foi a Constituição de 1946 que melhor situou, até então, os componentes obrigatório e gratuito referentes a esse grau de ensino. A Constituição de 1967 não só manteve o compromisso de obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, previsto na Carta de 1967, como acrescentar um novo componente, o da faixa etária que deveria ser beneficiária dessa compulsoriedade estabelecida no preceito Constitucional — a faixa dos 7 aos 14 anos.

Gildásio Amado, grande educador brasileiro recentemente falecido, destaca as principais questões suscitadas, como resultado de agregação da variável faixa etária ao ensino primário obrigatório e gratuito, nos estabelecimentos públicos de ensino. A questão passa a ser assim discutida:

1. Deveria a expressão ensino primário ser interpretada de forma mais abrangente, implicando 8 anos de escolaridade obrigatória, respeitando-se assim a faixa dos 7 até aos 14 anos, com a consequente extensão do ensino primário? ou,

2. Estaria a Constituição usando restritamente a expressão ensino primário vinculando-a à faixa etária apenas para garantir que dentro desse ciclo de idade a criança deveria ter assegurada sua vaga na escola primária, já que é sabido de todos que ainda enfrentamos sérios problemas concernentes à reprovação, à distorção série-idade escolar e outros? ou, ainda,

3. Deveria ser repensado o ensino brasileiro, substituindo-se os ensinos primário e médio por nova formulação de graus, que ao mesmo tempo que atentasse para a faixa etária estabelecida na Constituição também implicasse uma renovação quanto aos seus objetivos, procurando desta maneira oferecer um ensino adequado aos anseios da vida hodierna?

Com o advento da Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, a última proposição foi legalmente a vencedora, já que existiam evidências de que já o era no desejo e na interpretação da maioria dos educadores brasileiros, convencidos de que, "com a complexidade crescente que atinge a vida moderna, dificilmente poderá alguém assimilar os valores do seu tempo e revestir um mínimo de eficácia no trabalho, sem uma formação que alcance pelo menos o ginásio". (4)

Pelo famoso relatório FAURE, da UNESCO (1972), conhecido em todo o mundo sob o título "Aprender a Ser", em termos de número de anos de obrigatoriedade escolar, o Brasil estava apenas acima do Laos (3 anos) e ao lado da Mauritânia (4 anos).

Passamos, pois, em termos legais, a ter uma educação compulsória de oito anos, na faixa dos 7 aos 14 anos, mas que, na prática, ainda está longe de se viabilizar.

Não podemos dizer que não tem havido melhora na ampliação da oferta de oportunidades educacionais. Basta olharmos o crescimento da matrícula nas duas últimas décadas, para verificarmos que progredimos muito, se o compararmos com atendimento escolar nas décadas anteriores.

Em 1954, para 1.000 alunos da 1ª série do 1º grau, havia 964 nas sete séries subsequentes, ou seja, a 1ª série do então ensino primário contava com a matrícula superior ao restante do primário somado ao ginásial.

Vinte e cinco anos mais tarde, em 1979, para 1.000 alunos da 1ª série do 1º grau houve 2.151 estudantes nas outras sete séries, ou seja, a estrutura da pirâmide, imediata à base, foi mais do que duplicada.

A alteração mais abrupta ocorre na mudança da oferta de oportunidades educacionais entre as 4 primeiras e 4 últimas séries do ensino de 1º grau (respectivamente, primário e ginásial, antes da Lei nº 5.692/71). O quadro nº 1 mostra o fenômeno.

QUADRO Nº 1

Pirâmide Escolar

Discriminação (Grau e Série)	ANO					
	1954	1959	1964	1969	1974	1979
1º Grau (1)						
1a.	1000	1000	1000	1000	1000	1000
2a.	375	412	412	453	551	521
3a.	251	292	301	34	444	406
4a.	145	182	193	257	369	322
5a.	72	84	111	177	321	311
6a.	53	63	74	129	252	236
7a.	39	46	55	95	201	196
8a.	29	34	43	74	152	159

(1) - 1a. série igual a 1000.

No período 1960-79, houve significativa expansão da oferta de oportunidade educacionais. Passamos dos 8.368.285 alunos de 1º grau em 1960, para 22.085.449 nesse mesmo grau de ensino em 1979, o que significa que

o ensino de 1º grau, no espaço de 20 anos letivos, teve sua matrícula multiplicada por 2,6. Isto significou atender a um contingente cada vez maior de crianças e adolescentes. No quadro abaixo se pode ver essa ampliação de oferta.

QUADRO Nº 2

Ampliação da Oferta de Oportunidades Educacionais

Matrícula da Educação Pré-Escolar e Ensino de 1º e 2º Graus, Brasil, 1960-79

	PRÉ-ESCOLAR		1º GRAU		2º GRAU	
	ALUNOS	%	ALUNOS	%	ALUNOS	%
1960	...	..	8.368.285	100,0	267.144	100,0
1961	...	..	8.805.639	105,2	301.137	112,7
1962	...	..	9.664.423	115,5	335.761	125,7
1963	...	..	10.622.434	126,9	396.696	148,5
1964	...	..	11.670.995	139,5	439.040	164,3
1965	...	..	11.568.503	138,2	509.110	190,6
1966	...	..	12.585.190	150,4	593.413	222,1
1967	...	..	13.384.193	159,9	688.302	257,6
1968	...	..	14.348.120	171,4	801.078	299,9
1969	...	..	15.013.508	179,4	910.210	340,7
1970	374.267	100,0	15.894.627	189,9	1.003.475	375,6
1971	422.313	112,8	17.066.093	203,9	1.119.421	419,0
1972	459.960	122,9	18.370.252	219,5	1.299.937	486,6
1973	498.824	133,3	18.573.193	221,9	1.477.650	553,1
1974	529.845	141,6	19.286.611	230,5	1.681.728	629,5
1975	566.008	151,2	19.549.249	233,6	1.935.903	724,6
1976	707.470	189,0	19.720.473	235,6	2.212.749	828,3
1977	780.048	208,4	20.566.760	245,8	2.437.701	912,5
1978	944.583	252,4	21.473.100	256,6	2.537.949	950,0
1979	1.200.121	320,6	22.085.449	263,9	2.667.359	998,5

Todavia, apesar dessas sensíveis melhoras, as taxas de escolarização no ensino de 1º grau são preocupantes. É que, sendo o ensino constitucionalmente para o universo de 7 a 14 anos, em cada 3 criança e pré-adolescentes de 7 a 14 anos, segundo o Censo de 1980, 2 se encontravam na escola e 1 fora dela. Em números redondos, 14,8 milhões estavam matriculados e 7,1 não estudavam, verificando-se assim um acentuado desequilíbrio regional.

O déficit de atendimento é de 1 para 5 na Região Sudeste, 1 para 4 na Região Sul, de 3 para 10 na Centro-Oeste, 4 para 10 na Norte. No Nordeste, porém, para cada criança matriculada há outra fora da escola.

Sobre o total de 7.091.844 crianças e pré-adolescentes de 7 a 14 anos que não estudavam, no Brasil, 3.574.697 são da Região Nordeste, ou seja, 50,4% do déficit na escolarização compulsória situava-se nessa área.

Mas o problema do 1º grau não se restringe apenas ao insuficiente atendimento, que até hoje perdura, às crianças e adolescentes na faixa dos 7 aos 14 anos. Há outros pontos críticos que precisam ser atacados mais diretamente, herança do passado, mas que não podem e nem devem se perpetuar. Um deles é o da distorção idade/série escolar, decorrente do ingresso tardio na escola de 1º grau.

Daquelles que se matriculam na 1ª série do 1º grau, 42% estão com 7 anos e menos; 30% com 8 e 9 (um e dois anos de atraso) e 28% com 10 anos e mais (três e mais anos de atraso).

Os dados acima são de 1978, mas não deve ter ocorrido mudança significativa ao longo dos últimos anos.

Com o ingresso tardio acrescido à repetência (tanto dos reprovados, quanto dos evadidos que retornam), as médias de idade mostram-se muito acima do modelo teórico legal.

Ao longo do tempo, não tem sido possível corrigir essa distorção etária, não obstante tenham ocorrido algumas melhorias, conforme mostra o quadro nº 3.

QUADRO Nº 3

Média da Idade dos Alunos de 1º Grau (em anos)

Série	1971	1978	Diferença
1ª	9,3	8,8	0,5
2ª	10,4	10,1	0,3
3ª	11,4	11,0	0,4
4ª	12,2	11,9	0,3

Teoricamente, não deveria haver no 1º grau nenhum aluno acima de 15 anos. Contudo, pelo Censo, encontramos 62,6% dos estudantes da faixa de 15 a 19 anos nesse grau de ensino.

E o que dizer do ensino na zona rural? Dos 22.025.449 alunos do ensino de 1º grau, em 1979, 5.783.445 estavam na zona rural, ou seja, 26,3%. O total de 192.723 unidades escolares nesse mesmo ano representa a média de 114 alunos por estabelecimento. Observando-se apenas a zona rural, a média de alunos, nas respectivas 151.071 escolas, era de 38,3 estudantes por estabelecimento. A zona rural, se possui 26,3% da matrícula, abrange 78,4% das unidades escolares.

Déficit os há por toda parte, mas a zona rural apresenta o quadro mais preocupante. Seu atendimento é feito quase que exclusivamente pela rede municipal, em escolas de uma única sala de aula, com quase 60% de professores com curso de 1º grau incompleto, funcionando em apenas um turno, com classe multisseriadas. Assim, os municípios que possuem a menor parcela na arrecadação orçamentária contam com unidades operacionais mínimas (escolas de 1 sala), com os agentes menos preparados (professores sem 1º grau completo), em ação pedagógica mais complexa (classe multisseriadas).

Ainda com dados de 1979, verifica-se que, dos 22.025.449 alunos do ensino de 1º grau, 7.099.362 se encontravam sob a responsabilidade dos municípios, ou se-

ja, 32,2%. Terão os municípios possibilidade de arcar eficazmente com ônus de quase um terço da matrícula total?

Em um caso específico, como o do Maranhão, cuja matrícula no ensino de 1º grau era de 617.209 alunos e a rede municipal atendia a 392.060 dos mesmos, ou a 64,6% da clientela, estaríamos diante do poderio econômico dos municípios contra a fragilidade do Estado e da União ou, pelo contrário, estaríamos nos defrontando com a omissão dos dois últimos, que tentam ver coberta a deficiência pelo esforço desmedido de prefeituras orçamentariamente pobres?

A recíproca poderá ser vista em São Paulo, quando, de 4.062.836 alunos, apenas 446.740 eram atendidos pela rede municipal com 11,0% da clientela. Será que é tão frágil o volume de recursos dos municípios paulistas?

Na verdade, os dados parecem indicar uma significativa falta de coerência na definição de prioridades e responsabilidades.

O ensino de 1º grau é ou não uma exigência apropriada, inserida expressamente no texto da Constituição? Se for, tudo indica que será necessário rever-se não só a alocação de recursos como o apoio técnico aos Estados e municípios brasileiros.

Outro ponto a considerar é a tese da municipalização do ensino de 1º grau, tão em moda nos últimos tempos. Alguns vêem, e dizem-se amparados no artigo 58 da Lei nº 5.692/71, como da responsabilidade dos municípios a tarefa de ministrar o ensino de 1º grau. Até que ponto isso é verdadeiro? No nosso entender, o artigo 58 apela mais para uma articulação Estado X Município, no sentido de entrosamento, ação sinérgica, conjugação de esforços, do que propriamente para uma municipalização, no sentido de transferência obrigatória, à órbita da administração municipal, da responsabilidade de administrar e ministrar esse grau de ensino. Nada impede, é claro, que o município — se o desejar — venha a assumir esse nível de ensino. Isso é até positivo. Entretanto, o obstáculo maior, a nosso ver, está na escassez de recursos financeiros dos municípios. Não se pode esquecer que em expressivo número de municípios sobrevive, e mal, apenas às expensas de recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios. Daí por que não acreditamos em municipalização do ensino, sem que antes se realize e se consolide ampla reforma tributária.

Em nosso entendimento, conforme afirmamos em conferência pronunciada em Natal, em abril de 1978, a expressão progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos e serviços de educação de 1º grau "deve ser entendida como conquistas gradativas, indicadas em instrumentos operacionais que progressivamente deverão ser firmados entre essas esferas administrativas. Em outras palavras, significa que cada município deve receber tratamento condizente com sua própria realidade, e não tratamento uniforme, simétrico, numa tentativa absurda de nivelar componentes tão diversificados. É provável que no contexto de um Estado encontremos alguns municípios aptos a absorver a maior parte das tarefas necessárias ao desenvolvimento dos planos educacionais. Todavia, outros municípios, por ora, nada mais poderão fazer, por exemplo, senão doar o terreno necessário à construção da escola. Se isto, comprovadamente, for tudo o que puder realizar, já representará ajuda substancial. O importante é que fique caracterizada a ação conjugada". (1)

Esta é exatamente a linha de pensamento da Excelentíssima Senhora Ministra da Educação e Cultura, Professora Esther de Figueiredo Ferraz, como se vê em trabalho de sua autoria preparado, em 1978, para o Projeto Educação, da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal. Dizia ela: "Assim sendo, parece-nos que a expressão municipalização do ensino deve ser entendida entre nós exatamente como essa progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos e serviços de educação, particularmente na área do ensino

fundamental, passagem essa a ser levada a termo pela legislação estadual supletiva". E acrescentava: "Nessas condições, cada Unidade Federada deverá saber a que municípios e em que medida se farão progressivamente tais transferências, cabendo-nos no caso agir com extrema prudência, mesmo porque enganam-se os que supõem seja sempre mais fácil atuar no plano do ensino de 1º grau do que no âmbito dos graus que o sucedem. No nosso entendimento — prosseguia — é tão importante a educação fundamental e, por outro lado, sua ministração envolve problemas de tamanha complexibilidade que muitas vezes cometeria o Estado tamanho crime se transferisse para certos e determinados municípios o ônus dessa tarefa. Pois há municípios e municípios, e se é exato que alguns existem entre nós mais poderosos do que certas unidades da Federação, perfeitamente em condições de chamar a si todo o ensino oficial de 1º grau e quicá o dos dois graus subsequentes, outros se apresen-

tam de tal forma esvaziados do ponto de vista orçamentário que mal podem arcar com o ônus de suas obrigações constitucionais..."(2)

Dois outros pontos merecem maior reflexão por parte de todos quantos se interessam pela solução de alguns problemas crônicos da educação brasileira. São a evasão e a repetência. Chamei-os de crônicos para que não pare nenhuma dúvida de que eles não surgiram ou se agravaram de 60 para cá. Muito ao contrário: Tem-se comprovado melhoras, como mostraremos, embora elas sejam muito lentas. Assim é que para 1.000 alunos que se encontravam, em 1942, na 1ª série do então ensino primário, somente 35 chegaram à 4ª série ginasial. Três décadas mais tarde, para 1.000 matriculados na 1ª série do ensino de 1º grau, em 1972, 180 alcançaram a 8ª série, ou seja, cinco vezes mais. O quadro a seguir mostra essas variações.

QUADRO Nº 4

Fluxo escolar

Ensino de 1º Grau				Ensino de 2º Grau			
1a. série(1)	Ano	8a. série	Ano	1a. série	Ano	3a. série	Ano
1 000	(1942)	35	(1949)	34	(1950)	20	(1952)
1 000	(1947)	43	(1954)	33	(1955)	27	(1957)
1 000	(1952)	48	(1959)	45	(1960)	30	(1962)
1 000	(1957)	64	(1964)	65	(1965)	47	(1967)
1 000	(1962)	97	(1969)	101	(1970)	69	(1972)
1 000	(1967)	161	(1974)	164	(1975)	106	(1977)
1 000	(1972)	180	(1979)	...	(1980)	...	(1982)

(1) - Matrícula da 1a. série igual a 1 000 alunos.

Examinando-se, ainda, o período da década de 40 e o final da de 70, são constatados dois outros pontos de estrangulamento. O primeiro era da 1ª para a 2ª série do ensino de 1º grau. De fato, durante os biênios computados, a partir de 1942-43, até 1957-58, o fluxo da 1ª para a 2ª série não alcançava 42% (ou 420 sobre 1.000). Essa

barreira foi quebrada em 1958-59, sem atingir 45% senão em 1967-68. Pouco após, no biênio 1970-71, passou-se a barreira dos 50% e, finalmente, de 1978 para 1979, pela primeira vez, ultrapassou-se a de 55%. Foi, à oportunidade de 560 sobre 1.000.

QUADRO Nº 5

Estrangulamento no Fluxo escolar

Biênio	1a. série (1)	2a. série
1942-43	1 000	404
1947-48	1 000	416
1952-53	1 000	385
1957-58	1 000	415
1962-63	1 000	443
1967-68	1 000	454
1972-73	1 000	513
1977-78	1 000	549
1978-79	1 000	560

(1) - Matrícula da 1a. série igual a 1 000

O outro ponto de estrangulamento era o da passagem do primário para o ginásial, até a vigência da Lei nº 5.692/71. Hoje nota-se que, gradualmente, o obstáculo central ao prosseguimento de estudos, ao longo do ensino regular de 1º grau, aos poucos se reduziu. Enquanto no biênio 1948-49, para 100 concluintes da 4ª série pri-

mária, 46 ingressaram na 1ª série ginásial (equivalente à 5ª série do atual ensino de 1º grau), no biênio 1978-79, a diferença praticamente desapareceu: quem alcançou a 4ª série teve 99% de probabilidade de chegar à 5ª série, como aparece no quadro 6.

QUADRO Nº 6
Estrangulamento do Fluxo escolar

Biênio	4a. série(1)	5a. série
1948-49	100	46
1953-54	100	54
1958-59	100	54
1963-64	100	62
1968-69	100	75
1973-74	100	90
1978-79	100	99

(1) - Matrícula da 4a. série igual a 100.

Se bem que outras variáveis possam ter atuado, certamente o preceito legal da obrigatoriedade do ensino de 1º grau de oito anos, a partir da Lei nº 5.692/71, deve haver influenciado, de forma poderosa, para permitir a continuidade dos estudos, eliminando-se progressivamente o hiato entre o antigo ensino primário e o ginásial, até chegar-se à virtual eliminação do interregno.

Reconhecida a melhoria do ensino de 1º grau, no que tange ao gradual aumento das taxas de escolarização (melhoria quantitativa), voltam-se as críticas para a qualidade do ensino. Mas, se objetivamente perguntarmos o que é qualidade de ensino, haverá muita dificuldade para

se obter uma resposta que contente a todos. Não encontramos estudos que estabeleçam parâmetros confiáveis que nos levem a afirmar, sem correremos o risco de cair em discussões emocionais, o real significado de qualidade de ensino. Por exemplo, se tomarmos as taxas de promoção como parâmetro de qualidade, teríamos que, forçosamente, reconhecer que tem havido melhoria. Mas seria esse o caminho mais acertado?

Se compararmos as taxas de promoção dos anos de 1964 e 1978, veremos que, em década e meia, houve aumento das taxas de promoção em todas as séries, exceto na 8ª, onde ocorreu uma queda discreta, da ordem de 1,1%

QUADRO Nº 7

Melhoria da produtividade no ensino de 1º grau

		Taxa de Promoção (%)	
Grau	Série	1964	1978
Primeiro	1a.	55,1	68,0
	2a.	73,8	77,1
	3a.	73,4	82,8
	4a.	80,3	85,1
	5a.	65,8	75,4
	6a.	74,2	79,9
	7a.	79,1	80,0
	8a.	85,6	84,5
Segundo	1a.	74,9	78,7
	2a.	85,7	87,4
	3a.	93,1	94,8

Mas como ficariam variáveis tais como maior ou menor dificuldades das provas; maior ou menor rigor dos professores na aferição das notas, etc? Vê-se que a questão não é tão simples quanto parece. Não basta afirmar "O ensino de hoje está muito fraco"! "Os estudantes de hoje não são aplicados como os de antigamente"! Toda crítica generalizada é perigosa. Boas escolas, dedicados professores e esforçados estudantes não são privilégio de uma época. Eles ainda existem hoje e não são poucos!

2 — O ensino de 2º grau

Quanto ao ensino de 2º grau, analisado sob o ponto de vista quantitativo, vem ele evoluindo de forma grande-

mente satisfatória. Para 180 concluintes do ensino regular de 1º grau em 1978, em 1979 encontravam-se 194 na 1ª série do ensino de 2º grau. É que não são poucos os que têm buscado matrícula no 2º grau regular, após conclusão de estudos de 1º grau, via supletivo.

Tal como ocorre com o ensino de 1º grau, nota-se, no 2º grau, melhoria na produtividade do ensino, se tomarmos como indicador as taxas de promoções.

Enquanto o ensino de 1º grau, no espaço de 20 anos letivos, teve sua matrícula multiplicada por 2,6, o ensino de 2º grau apresentou quase a decuplicação de seu alunado, passando de 267.144 para 2.667.359 estudantes.

No 2º grau, a questão mais discutida, nesta última década não chegou a ser propriamente a do aumento de vagas, mas o próprio objetivo desse nível de ensino, sendo foco principal das discussões a profissionalização obrigatória, exigência da Lei nº 5.692/71. Os questionamentos eram outros. Perguntava-se, por exemplo: Caso fosse possível e recomendável oferecer uma habilitação profissional a todos os alunos de 2º grau no Brasil, haveria mercado de trabalho para absorver toda essa mão-de-obra? Se a formação profissional tivesse que ser feita na escola regular de 2º grau, poderia a escola acompanhar as mudanças contínuas que afetam a empresa? Um retorno ao esquema anterior à Lei nº 5.692/71, com a volta dos cursos secundários de forma predominante, ao lado de cursos técnicos, satisfaria as aspirações dos jovens e as necessidades da sociedade hodierna? Uma revisão da Lei nº 5.692/71, no aspecto relativo à profissionalização no ensino de 2º grau, deveria excluir a formação de técnicos a esse nível, em profissões já tradicionais no Brasil, como agropecuária, professores, secretários, etc? Considerando-se a impossibilidade de que todos os egressos do 2º grau se dirijam aos cursos superiores, que futuro estaria reservado ao jovem brasileiro egresso da escola secundária?

Pode até parecer paradoxal, mas a verdade é que, em sua grande maioria, os que defendiam ardentemente modificações na legislação então em vigor também não desejavam um retorno puro e simples ao esquema da escola acadêmica, propedêutica, de outrora. Defendiam, muitos, a obrigatoriedade de um comprometimento com a "educação para o trabalho", mesmo naqueles cursos que não tivessem uma característica nitidamente profissionalizante, embora ninguém definisse com muita precisão o que seria essa educação para o trabalho.

O fato é que a profissionalização obrigatória no ensino de 2º grau, teoricamente vitoriosa, pois impôs-se no instrumento legal, na realidade, e por fatores diversos, redundou num grande fracasso, salvo isoladas experiências. Em consequência, não havia mais como postergar a alteração da Lei nº 5.692/71, principalmente do seu artigo 5º, que prescreveu a profissionalização obrigatória, e nos demais ligados a esse assunto. Surgiu, em consequência, a Lei nº 7.044/82, que desobriga os cursos de 2º grau de uma profissionalização compulsória, trazendo, portanto, um novo conceito de educação para o trabalho, traduzido, de acordo com o Parecer nº 618/82 do Conselho Federal de Educação, como preparação para o trabalho, que é deixada, conforme esse entendimento, "de ser excluída das séries iniciais do 1º grau, constituindo-se em atividade que perpassa toda a vida escolar, abrangendo atitudes, habilidades, hábitos, posturas, envolvendo todos os membros da escola e extrapolando os limites da mesma, estendendo-se à comunidade com a qual procurará harmonizar-se". (1)

No 2º grau, diz o Parecer citado que "a preparação para o trabalho traduz-se por objetivos específicos que aprofundem as aprendizagens desenvolvidas no 1º grau ou, por opção de estabelecimentos de ensino, conduzam à pré-profissionalização ou profissionalização propriamente dita".

Um cotejo entre teoria e realidade, no que tange ao ensino de 2º grau, aponta várias razões como responsáveis pelo insucesso da profissionalização compulsória nesse grau de ensino: impossibilidade de as escolas se equipararem devidamente para a ministração de um ensino profissionalizante; dificuldade, na prática, de entrosamento com outras agências da comunidade para o aproveitamento dos equipamentos existentes; carência de recursos humanos para o magistério das disciplinas profissionalizantes; resultados de estudos e pesquisas que contra-indicam, como regra, uma prematura profissionalização do adolescente; dificuldade de entrosamento do ensino formal com o mercado de trabalho, etc.

O que se espera agora é que se encontre, a partir das correções feitas na Lei nº 5.692/71, o rumo certo para a escola de 2º grau. Este parece ser, no momento, o maior desafio, quanto a esse grau, para os sistemas de ensino.

Mas é dever de justiça ressaltar, e documentos existentes na Biblioteca desta Casa comprovam, que a obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau — parte mais combatida da Lei nº 5.692/71, não constava do anteprojeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional, em fins do ano de 70, pelo então Ministro de Educação e Cultura, o eminente ex-Senador Jarbas Gonçalves Passarinho. Tal obrigatoriedade foi fruto de emenda apresentada e aceita neste Congresso Nacional.

Curioso fato a destacar é que, no mesmo ano em que o Brasil retirava a obrigatoriedade da profissionalização do aluno no ensino médio (Lei nº 7.044/82), a França, sob o governo socialista do Presidente Mitterrand, estabeleceu, pelo Decreto nº 82.273/82, a profissionalização compulsória para todos os jovens dos 16 aos 18 anos, a fim de, conforme diz o Decreto, assegurar-lhes qualificação profissional e a facilitar sua inserção social.

3 — O Analfabetismo — desafio renitente

Observando-se o século em curso, a taxa de analfabetos (de 15 anos e mais) tem decrescido, embora o número absoluto dos mesmos tenha aumentado.

De quase dois terços de analfabetos em 1.900 (65,3%) passou-se a pouco mais de um quarto em 1980 (26,0%). Porém, em oito décadas, seu número absoluto triplicou (6,3 para 19,3 milhões).

Quando se verifica a distribuição do analfabetismo no Brasil, constata-se o privilégio das Regiões Sul e Sudeste, em detrimento das demais.

No conjunto populacional de 15 anos e mais, enquanto nas Regiões Sul e Sudeste há 1 analfabeto para cada 6 pessoas, passa a 1 em 4 na Centro-Oeste, quase 1 em 3 na Norte, quase 1 em cada 2 na Região Nordeste.

Em números absolutos, para 19.300.250 analfabetos de 15 anos e mais, o Nordeste tem 9.965.135, o que significa que essa Região possui metade dos iletrados do País (51,6%), quando conta com pouco mais de um quarto (27,0%) da população nessa faixa etária. Ora, o crescimento do número de analfabetos é provocado por uma causa simples: a falta de escolas para abrigar as crianças na faixa da educação compulsória, a do 1º grau. Em consequência, temos hoje os sete milhões de crianças dos 7 aos 14 anos fora da escola e que serão, caso providências urgentes não sejam tomadas, adultos analfabetos amanhã.

E por que isso ocorre? Porque o mandamento constitucional continua letra morta? Por que as outras "obrigatoriedades" como a do alistamento eleitoral e alistamento militar funcionam? Que parcela recai sobre cada um de nós, do simples cidadão que muitas vezes mantém o analfabeto como empregado em suas próprias casas, sem por ele nada fazer? Das administrações que cruzam os braços e reconhecem sua impotência (ou incapacidade?) para resolver o problema? Ou será que a alguns de nós essa situação convém? Na verdade, para extirparmos o analfabetismo só existe um remédio: secar-lhe a fonte. E como? A resposta é óbvia: cumprir o mandamento da obrigatoriedade escolar, atendendo, no sistema educacional, a todas as crianças e pré-adolescentes da faixa dos 7 aos 14 anos.

4 — O papel do Professor

Na luta pela universalização da educação obrigatória, fundamental, um componente não pode ser esquecido, pelo que ele representa para o êxito ou fracasso dos projetos educacionais. Refiro-me à figura do professor. Se considerarmos o papel a ele reservado no contexto da educação, podemos afirmar que nenhuma tentativa de mudança educacional terá êxito se não estiver apoiada em dois condicionantes básicos: bom nível de preparo de seu magistério e condições funcionais que assegurem o

bom exercício da profissão. E, dentre estas, destaca-se, por ser da maior relevância, a questão salarial. Quanto ao primeiro — bom nível de preparo do magistério — as universidades têm um grande papel a desempenhar no preparo de um profissional consciente da realidade que o cerca e apto a elaborar programa de estudos que atenda ao aluno em suas necessidades mais marcantes, visando à obtenção de melhores resultados na aprendizagem. Quanto ao segundo, há que se encontrar fórmulas que permitam ao professor viver de seu magistério. Há que se fazer, sem delongas, uma revisão da política de financiamento da educação.

Em síntese, nessa rápida visão que procuramos dar da educação brasileira (restringindo-nos a apenas alguns problemas do ensino de 1º e 2º graus), podemos afirmar, sem receio de cometer equívocos, — pois basta uma revisão da literatura existente, incluindo os textos de críticos de todas as tendências — que os mais relevantes problemas se afiguram como sendo os que apresentaremos a seguir. Sem nenhuma preocupação de nossa parte, de hierquirizá-los, são eles: 1) não cumprimento do preceito da obrigatoriedade escolar; 2) entrada tardia na escola, provocando a distorção idade/série escolar; 3) expressivo número de escolas de sala única, situadas na zona rural, com elevado número de professores não titulados; 4) indefinição de competências entre Estado e Municípios quanto às responsabilidades na ministração do ensino; 5) altas taxas de evasão e repetência que ainda permanecem desafiando os professores e administradores educacionais; 6) necessidade, principalmente após a Lei 7.044/82, da reorganização da escola de 2º grau; 7) o analfabetismo, que continua renitente, pois, segundo o Censo de 80, apesar de, percentualmente, o número de analfabetos estar diminuindo, ele cresce, se considerarmos os números absolutos; 8) a falta de uma política de valorização do magistério, na maior parte das Unidades da Federação.

III — ALUMAS SUGESTÕES PARA ENFRENTAR OS PRINCIPAIS DESAFIOS EDUCACIONAIS REFERENTES AO 1º e 2º GRAUS

1. Em primeiro lugar, queremos, retomar a questão do não cumprimento da obrigatoriedade escolar, que, segundo o preceito constitucional, pressupõe na escola todas as crianças e pré-adolescentes na faixa dos 7 aos 14 anos.

De nosso ponto de vista, e como está na Constituição, este deveria ser o compromisso prioritário de todas as Unidades da Federação. Como fazê-lo? As alternativas são numerosas e devem variar de região para região, considerando-se as peculiaridades locais. A lei educacional (Artigo 20 da Lei 5.692/71) determina que, anualmente, seja feita a Chamada Escolar com a conseqüente fiscalização da frequência às aulas, responsabilidade atribuída aos Municípios. Todavia, sabemos que apenas um reduzidíssimo número de Municípios cumpre tal dispositivo. As razões seriam de várias ordens. A principal delas seria evitar a temeridade e a anomalia de, em fazendo a Chamada Escolar para os que completam 7 anos, não ter escolas suficientes para atender a todos. E por que não se valer de espaços ociosos como clubes, igrejas, salas de residências e outros, para acomodar todas as crianças? Se ficarmos à espera de construir ou ampliar estabelecimentos de ensino, nem nossa geração, nem as seguintes verão cumprido esse desiderato. Por outro lado, a criança para aprender precisa, basicamente, de um espaço e de professor. Assim, ao invés de a escola ser condição *sine qua non* para o atendimento ao preceito da Constituição, ela pode vir a *posteriori*, dentro de uma programação bem planejada, calcada na realidade local e que não dispensará a articulação União X Estado X Município. Aliás, a Constituição é sábia ao enunciar que a educação poderá ser ministrada no lar ou na escola. O que precisamos, pois, é de uma verdadeira cru-

zada que tenha como objetivo dar oportunidade a todas as crianças brasileiras, sem exceção, do acesso ao ensino básico, obrigatório, que é o ensino de 1º grau. Isto só será possível se houver uma verdadeira harmonia de objetivos e ações entre os diferentes poderes e a própria sociedade, formando-se, assim, um elo de ação solidária. Que não se perpetue o erro para o qual nos chama a atenção o Pe. José Vieira de Vasconcelos, em seu memorável artigo "O Ensino de 1º grau. A Prioridade Fundamental", elaborado especificamente para o Projeto Educação, em 1979, quando alerta para o engano de interpretar-se a participação supletiva da União na responsabilidade da ministração do Ensino de 1º grau como sendo uma "obrigação menor". Sem dúvida, há que haver uma ação sinérgica, envolvendo a União, o Estado e o Município e a participação de cada comunidade.

2. Quanto à entrada tardia da criança na escola, o problema está relacionado diretamente com a não realização da Chamada Escolar, gerando, entre outros problemas, este, como já foi acima explicitado.

E uma realidade para a qual temos que encontrar o remédio adequado. Uma medida que pode ser adotada é não restringir a matrícula inicial aos que completam sete anos e, ao mesmo tempo, desenvolver projetos diferentes para os alunos que se encontram nessa situação, de forma que possam vencer, com eficácia, as séries escolares (caso se utilize o sistema seriado) em menos tempo, sem que isto signifique o sacrifício da qualidade do ensino ministrado. É evidente que projeto dessa natureza deve considerar variáveis como maior número de horas diárias de estudo, maior número de dias letivos no ano, metodologia ajustada à idade dos alunos, conteúdos curriculares adequados ao universo cultural dos alunos, etc. Nesta linha, o Distrito Federal vem desenvolvendo, com comprovado êxito, especificamente para a clientela do 1º grau que se apresenta nas condições aqui descritas, o Projeto denominado "Aceleração da Aprendizagem".

3. Já é hora de deixarmos de apontar as escolas de sala única, quase sempre situadas na zona rural, como problema para um melhor ensino de 1º grau. Se, em número absoluto, elas são extremamente expressivas (151.071 unidades escolares) ou 78,4 do total das escolas, em percentual de alunos por elas atendidos elas perdem muito de sua significância. Apenas 26,3% da matrícula total do 1º grau se localiza nas escolas de sala única. É que esse tipo de escola está situado, geralmente, em áreas de população rarefeita, parecendo ser, em muitos casos, uma resposta adequada ao meio. O problema não está em a escola manter classe multisseriada, mas sim, em o professor não estar preparado para trabalhar, adequadamente, num mesmo espaço físico e num mesmo horário, com grupos de alunos em diferentes estágios de aprendizagem. A solução, nesses casos, nos é dada pela própria ciência, pedagógica: preparar o professor com uma base didática para trabalhar, satisfatoriamente, com esses grupos de alunos.

Cabe, a respeito do ensino na zona rural, uma indagação, à guisa de reflexão: estando evidenciado que as carências educacionais da zona rural são bem maiores que as da zona urbana; que as próprias peculiaridades da área (população rarefeita, sistema viário quase sempre deficiente, etc.) exigem dos educadores adoção de medidas peculiares que reflitam criatividade com adequação ao meio; que é imprescindível que se atinja o duplo objetivo: oportunidade educacional a todos e fixação do homem ao meio, indaga-se: Num distribuição de responsabilidade, até que ponto é recomendável entregar-se ao Município os encargos referentes ao ensino na zona rural? Não é exatamente na zona rural que a educação está a exigir fórmulas que ultrapassem os próprios esquemas convencionais, se é que queremos uma educação para todos? Tal divisão não seria antes cômoda que eficiente?

Tratando de problemas da educação rural no Brasil, J. Roberto Moreira afirmou: "Evidentemente a educação rural no Brasil carece extraordinariamente de organização e fomentação adequada. Todo o nosso progresso educacional, que existe, apesar dos problemas e dificuldades do sistema em função, tem sido realizado sobretudo nas áreas urbanas. Até agora, não obstante o romantismo bucólico que tem animado alguns movimentos em prol de certa escola rural, o que temos feito nesse setor é tão-somente o de transplantação, para o campo, do tipo de escola urbana mais comum, rebaixada em suas condições mínimas, isto é, deteriorado por simplificação e por total inadaptação ambiental" (8). Note-se que tal declaração está em seu livro "Educação e Desenvolvimento", editado em 1960.

Vale, a nosso ver, outra indagação: — Estariam todos os municípios preparados para, sozinhos, conceberem o padrão de escola requerido para o meio rural, voltado sobretudo para as peculiaridades locais, mas sem olvidar as diferenças individuais dos alunos? É questão a estudar. Talvez, em muitos casos, isso só será possível se houver uma ação conjunta, com integração de esforços e recursos para promover o tão necessário desenvolvimento de nosso meio rural.

4. Num país de dimensões como as do Brasil, há que se descentralizar a maior parte das ações educacionais, sem que isto signifique o desinteresse da União pelo que ocorre nos sistemas estaduais de educação, deixando-os entregues à própria sorte. Sobre a descentralização da educação, escrevia, em 1979, também para o Projeto Educação deste Senado, a eminente Profa. Esther de Figueiredo Ferraz, atual Ministra da Educação e Cultura: "No Brasil, realmente, dadas a estrutura do Estado e a forma de governo adotadas no País; dadas também a vastidão do nosso território e a própria realidade brasileira rica em cambiantes locais; dada ainda a extrema complexidade dos problemas educacionais, cuja solução reclama modelos variados, jamais uniformes ou padronizados; dada, finalmente a ocorrência entre nós de dois fenômenos paralelos e interligados, o da brusca explosão demográfica e o da rápida ascensão das massas que se irradizam em crescente demanda de educação, no Brasil apresentam-se as fórmulas descentralizadoras como as mais indicadas para a organização dos serviços educacionais. Aqui, mais talvez que em qualquer país do mundo, não de em princípio ser rejeitadas as soluções centralizadoras a que tanto se recorreu no passado e às quais cabe a responsabilidade por muitos dos males que afligem e ainda afligem a educação nacional. Pagamos até hoje o pesado tributo de um centralismo levado a termo à outrance, onde tudo se decide nos órgãos centrais e a uniformidade, como bem acentuou Valmir Chagas, ia "dos currículos... aos programas e à metodologia a empregar no seu desenvolvimento; da admissão dos alunos ao regime escolar; da organização interna aos estabelecimentos, ao seu corpo docente, e assim por diante". (9)

Isto, todavia, não significa, como antes dissemos, que a União desampare os sistemas estaduais de educação. Da própria Constituição inferimos que sua presença deve estar em todo o País, quer de forma supletiva, mantendo sua própria rede de escolas, quer através da forma mais corrente, que também nos parece a mais adequada: prestando-lhes cooperação técnica e financeira.

Mas o problema maior está no âmbito da própria União Federada. Praticamente, nenhuma delas definiu ainda com precisão a sua competência e a de seus municípios, na prestação dos serviços educacionais, conforme preceitua o artigo 58 da Lei nº 5.692/71, que estabelece, no caput do artigo:

"A legislação estadual supletiva, observado o disposto no artigo 15 da Constituição Federal, estabelecerá as responsabilidades do próprio Estado e dos seus Municípios nos diferentes graus de ensino e disporá sobre medidas

que visem a tornar mais eficiente a aplicação dos recursos públicos destinados à educação."

5. As altas taxas de evasão e repetência que permanecem ao longo das décadas, como se fossem moléstias incuráveis, figuram em qualquer lista que trate de problemas da Educação Brasileira. Sobre o assunto a renomada pesquisadora Nise Pires diz que "(A) repetência e a evasão no ensino fundamental, bem como a pouca produtividade da 1ª série, são fenômenos comuns a países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento; suas causas extrapolam o nível de competência de sua erradicação por parte apenas dos sistemas educacionais", e situa-os como, "sintomas de disfunções educacionais provindas de características pessoais dos alunos e/ou decorrentes de disfunções do sistema de ensino em particular, e do processo social global, determinante maior". (10) Sobre a questão, numerosas pesquisas têm sido feitas no Brasil e em outros países. Em Parecer que relatamos para o Conselho Federal de Educação (Parecer nº 2.106/77) sobre Repetência Escolar, citamos, no caso brasileiro, diversas causas apontadas em pesquisas realizadas em nosso País ao longo das últimas décadas, para investigar o fenômeno da evasão e da repetência.

Para minimizar o problema no Distrito Federal, estamos desenvolvendo uma série de Projetos como o Normalista, o Projeto Progresso, o Projeto ABC, o Programa Integrado de Saúde Escolar (PISE), e de Nutrição, o do Pré-Escolar como Monitoria, o de Promoção Educativa do Menor (PROEM), o de Aperfeiçoamento de Professores como processo institucionalizados e outros, os quais já estão produzindo resultados animadores. Em anexo, oferecemos breve descrição desses projetos, sem nenhuma pretensão de apresentá-los, ao País, como "receita" para solução do problema da evasão e repetência ou de outros, mas como modesta contribuição à discussão de alternativas na busca de resposta a esses males que angustiam a todos nós.

6. Tema que centralizou as maiores discussões na década de 70, em torno da escola brasileira (1ª e 2ª graus), foi o da compulsoriedade da profissionalização de todos os alunos matriculados no ensino de 2º grau. O indiscutível fracasso dessa obrigatoriedade leva alguns críticos menos avisados a generalizar proclamando o fracasso de toda a Lei nº 5.692/71. Anteriormente, já demonstrei que tal obrigatoriedade não foi proposta pelos autores do anteprojeto, nem pelo Ministério da Educação e Cultura como supõem alguns. Foi fruto de emenda no Congresso Nacional. Mas a situação antes de 1971 era pior, pois já se diferenciava o tipo de escola a partir do ginásio, com a existência do ginásio secundário (só educação geral), ginásio comercial, ginásio industrial, ginásio normal, dividindo, muito precocemente, a partir dos 11 anos, nossas crianças, entre as que teriam maiores chances de chegar à Universidade (os dos ginásios secundários) e aquelas que deveriam, em princípio, já contentar-se, a partir dos onze anos, com seu preparo para "o mundo do trabalho". Era, no dizer de Valmir Chagas, o esquema das escolas para os "nossos" filhos e das escolas para os filhos "dos outros".

Entendemos que as numerosas discussões, que se travaram ao longo da década de 70 sobre vantagens e desvantagens da profissionalização compulsória, tiveram como ponto positivo um amadurecimento, diferente das discussões emocionais inicialmente travadas, e que foi o surgimento da recente Lei nº 7.044/82, a qual dá competência maior aos sistemas de ensino e às próprias escolas de criarem seu modelo de ensino de 2º grau, em consonância com os interesses da clientela, com as peculiaridades da comunidade a que atendem e com os estágios de desenvolvimento do País.

O importante é que se assegure, na reconstrução do currículo escolar, componentes que garantam ao aluno uma "preparação para o trabalho" e que pode ser tradu-

zida por formas as mais diversas, desde a manutenção das escolas profissionalizantes propriamente ditas aquelas que preparam o aluno não para o exercício de tarefas específicas em todo um conjunto ocupacional, chegando àquelas que compromissadas mais diretamente com o ensino chamado "acadêmico" não dispensarão a preparação para o trabalho, ainda que seja sob a forma mais simplista de informar o educando sobre peculiaridades das diferentes profissões e as possibilidades do mercado de trabalho, procurando descobrir e respeitar as diferentes aptidões do educando.

Tomo emprestadas, aqui, as palavras do eminente Conselheiro Paulo Nathanael, no Parecer de nº 170/83, já aprovado em Plenário, pelo Conselho Federal de Educação:

"Já a expressão preparação para o trabalho, constante do novo texto legal, adquire, na prática escolar, uma flexibilidade tal que permite aos sistemas de ensino, tanto habilitar profissionalmente, onde e quando essa medida se impuser, quanto alienar-se desse compromisso formal e estrito, para integrar o fazer e o saber ligados ao trabalho no projeto de educação geral do alunado de 1ª e 2ª graus. Neste caso, não há nenhuma preocupação com a profissionalização dos educandos, nem com as influências do mercado de trabalho com a educação.

O trabalho, seja na sua dimensão manual, seja na intelectual, integra a natureza humana desde as origens da espécie. Traduz ele a capacidade do homem de atuar sobre o meio ambiente, transformando-o em seu proveito, pondo-o a seu serviço e assegurando a possibilidade de uma adequada adaptação da vida às condições do cosmo.

A recuperação dessa conotação do trabalho, que é ao mesmo tempo capacidade e desafio do homem frente à natureza, sem a preocupação com a estrita aprendizagem pelo jovem de um determinado tipo de ocupação, deve ser uma das mais importantes funções da educação contemporânea. Tanto mais, quanto se sabe que a civilização deste século, mais do que a de qualquer outra era da história, tem, como referenciais de sua cultura, os avanços da ciência e da tecnologia. Antes de educar para um trabalho, é preciso educar para o trabalho, concedendo ao aluno uma sólida, lúcida e ampla formação nos princípios científicos e tecnológicos que regem o mundo da produção e do consumo.

Nesse sentido é que a nova legislação toma a expressão preparação para o trabalho e a coloca no § 1º do artigo 4º, "como elemento de formação integral do aluno", fazendo-a obrigatória tanto no ensino de 1º, como de 2º grau. Já não se pode imaginar um tipo de formação geral da criança e do adolescente que não enseje uma profunda familiaridade com a teoria e a prática do trabalho, embora nem sempre deva essa familiaridade conduzir necessariamente a algum tipo de profissionalização. De um enfoque voltado para a aprendizagem, que punha a educação muito a serviço do sistema econômico, passou-se a outro, mais social e cultural, no qual o trabalho deixa de ser um fim em si, para tornar-se um aspecto, entre outros, da formação geral do educando. Essa foi a mudança fundamental trazida pela Lei nº 7.044/82 relativamente ao que dispunha a Lei nº 5.692/71." (11)

7. O problema do analfabetismo, que, como vimos, vem caindo em termos percentuais mas crescendo em números absolutos, está a requerer posições mais definidas, tais como: a) utilização de medidas que de fato venham a secar a fonte do analfabetismo, o que só pode ser feito matriculando-se, na escola, no tempo oportuno, ou seja, em torno dos sete anos, todas as crianças. A ação do MOBRAF, por não ter conseguido reduzir a taxas mais baixas o analfabetismo no Brasil, não pode ser criticada, sem uma análise mais acurada. Observe-se que ele recebe, a cada ano, enorme contingente de alunos com mais de 15 anos, que jamais frequentaram a escola. A solução

apontada será, mais uma vez, a do efetivo cumprimento da obrigatoriedade escolar, que precisa deixar de ser "letra morta da Constituição"; b) outra sugestão, que merece consideração urgente por parte do Ministério da Educação e Cultura, é a necessidade de uma conceituação precisa do que se deve interpretar por educação básica. A educação básica para um adulto analfabeto deve necessariamente ser a educação básica proposta a uma criança e pré-adolescente? Como estamos, no momento, reina uma enorme confusão, pois os documentos do Ministério da Educação e Cultura, a partir de 1980, se referem à educação básica como aquela que vai da pré-escola ao 2º grau, passando pelas vias regular e supletiva. A UNESCO, por exemplo, considera alfabetizado o indivíduo que "adquiriu os conhecimentos e habilidades indispensáveis para realizar todas as atividades nas quais a capacidade de ler, escrever e contar se exige para o efetivo engajamento no seu grupo e na sua comunidade".

No caso de Distrito Federal, dividiu-se a educação de adultos, para efeito de programação e distribuição de competências, em quatro fases, a saber:

Fase I — Alfabetização propriamente dita, sob a responsabilidade direta do MOBRAL, com o apoio da Secretaria de Educação e Cultura;

Fase II — correspondente às séries iniciais do 1º grau;

Fase III — correspondente às séries terminais do 1º grau;

Fase IV — correspondente ao 2º grau.

As três últimas fases, que formam uma das modalidades do ensino supletivo, podem ser ministradas tanto pela iniciativa oficial como pela iniciativa privada. A predominância, sem dúvida, é da iniciativa oficial, com 34.965 alunos e a rede particular, com 5.877 alunos (dados de 1982).

8) A falta de uma política de valorização do Magistério.

Lamentavelmente, a falta de uma política de Valorização do Magistério em várias Unidades da Federação, incluindo-se aí seus municípios, vem provocando trágicas consequências na qualidade do professorado e que se reflete, obviamente, de forma negativa, no processo ensino-aprendizagem.

O Estatuto do Magistério, outra conquista da Lei nº 5.692/71, não é cumprido em muitas Unidades da Federação. Um dos aspectos mais desobedecido é o do ingresso no magistério da rede oficial por concurso público. E isto deveria ser norma seguida em cada Estado e Município.

O aviltamento salarial do Grupo Magistério tem sido outro fator a afastar da profissão muitas vocações. A crise que atingiu a escola normal, a partir da década de 60, foi provocada, basicamente, por esse aviltamento salarial, que, em consequência, influiu no "status" do professor, como demonstram pesquisas feitas em várias Unidades da Federação.

De trabalho que produzi, em 1979, para o Projeto Educação, do Senado Federal, transcrevo, por considerar ainda atual, o trecho a seguir: (12)

Quem é o aluno que se prepara para o magistério? Até que ponto a questão salarial está também interferindo na opção dos candidatos à Universidade? Questões como essas têm sido levantadas e devidamente estudadas em algumas Unidades da Federação. Vejamos alguns dados relevantes.

Pesquisa realizada em São Luís, Maranhão, objetivando caracterizar quem alfabetizará as gerações futuras, constatou a redução do número de matrículas nos cursos de formação de professores (curso normal), determinando que algumas escolas se dispunham a não mais oferecer o curso, caso o número de alunos continue regredindo. Constatou também que os alunos matriculados nos cursos de Formação para o Magistério são, na maioria, oriundos do estrato social baixo inferior, o que levou a autora a comentar que esses alunos, ao concluírem o referido curso, irão orientar a educação de crianças provenientes de classes sociais diferentes da sua, podendo provocar problemas sociológicos de difícil solução. Dos alunos matriculados no curso normal e que pretendem fazer curso superior, essa mesma pesquisa constatou que apenas 32% têm aspiração de ser professor, confirmando, assim, uma das hipóteses da autora de que era mínima a proporção de alunos que pretendiam exercer o magistério de 1º grau (1ª a 4ª séries) como profissão definitiva.

Também de uma pesquisa, desta feita realizada pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Belo

Horizonte, extraímos a seguinte citação: "a seleção social que vem ocorrendo entre o professorado, especialmente o professor das séries iniciais do 1º grau, em decorrência da falta de recompensas materiais e sociais do magistério, pode estar acarretando consequências não menos graves ao funcionamento eficiente e eficaz dos sistemas de ensino. O número de candidatos à carreira decresce, como também os agressos das escolas normais derivam para outras atividades mais bem remuneradas..."

Se considerarmos o papel reservado ao professor, especialmente no que concerne à formação de hábitos, habilidade e atitudes, veremos o porquê da preocupação de alguns pesquisadores em destacar o nível sócio-econômico dos alunos do magistério. O chamado "currículo oculto" desses alunos deixa muito a desejar, em decorrência do meio de onde são provenientes. Isto exigiria, para minimizar em parte o problema, que os cursos de formação de magistério fossem muito mais enriquecidos e absorvessem o aluno por muito mais tempo do que hoje normalmente ocorre. Por outro lado, uma vez formado e engajados no magistério, o baixo nível salarial influirá grandemente na possibilidade de compra de livros, revistas, jornais e outros materiais necessários à permanente atualização.

Ao escolherem a carreira universitária que desejam seguir, parece que os jovens atribuem grande importância a questões como nível de remuneração e status social. Pelo menos é o que ficou constatado em pesquisa realizada pela PUC de Minas Gerais, como confirma o quadro a seguir:

QUADRO Nº 8
DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SEGUNDO MOTIVOS QUE OS
LEVARAM A ESCOLHA DO CURSO PRETENDIDO
1976

Escola do curso	Alunos	
Melhores salários	600	80,0
Elevação do Status Social	100	13,3
Influência Familiar	10	1,3
Melhoria do Nível Cultural	121	16,1
Vocação	33	4,4
Pouca Concorrência	8	1,0
Curta Duração	14	1,8

Obs.: As percentagens desta tabela não totalizaram 100% por terem os questionados optado por mais de uma das alternativas.

Fonte: Pesquisa realizada pela PUC/MG.

Na lista de primeira opção dessa mesma Universidade, em 1976, o curso de Pedagogia aparece em penúltimo lugar entre os 23 oferecidos, o que parece comprovar que salário e status social influem de fato na escolha. E devemos considerar que o magistério é o maior mercado de

trabalho de que dispomos...

Reportando-nos, ainda, à pesquisa da PUC de Minas Gerais, vamos encontrar que quando consultados por que não escolheram cursos na área do magistério, os alu-

nos indicaram as seguintes razões: Baixa remuneração salarial (39,7%); falta de incentivo na profissão (36,8%); pouco prestígio social (26,6%). Quando lhes foi pedida a

sua opinião sobre as condições oferecidas pelo magistério, as respostas refletiram o que na prática vem-se observando. Veja-se o quadro abaixo:

QUADRO Nº 9
DISTRIBUIÇÃO DA OPINIÃO DOS ALUNOS CONFORME CONDIÇÕES
OFERECIDAS PELO MAGISTÉRIO

Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

1976

Opinião	Alunos	%
Desprestígio Social e Monetário	316	42,1
Falta de reconhecimento do Poder Público	139	18,5
Excessivo Desgaste Físico	59	7,9
Campo de Trabalho Restrito	50	6,7
Depende da Capacidade do Profissional	45	6,0
Boas, havendo vocação	10	1,3
Não-respondidas	131	17,5
TOTAL	750	100,0

Que fazer para restaurar o prestígio da figura do professor? Que fazer para proporcionar-lhe salário mais compatível com suas responsabilidades, evitando assim a fuga de valores?

Não se pode ignorar, é claro, que o magistério nunca foi e nem deverá ser profissão escolhida em função da vantagem financeira. A vocação deve ser variável muito importante na escolha dessa carreira. Do contrário, difícil será termos presente em cada professor a figura do educador. Por outro lado, não deve ser também profissão na qual a questão de sobrevivência constitua motivo de afastamento para quem nela deseje permanecer. Mas medidas que se complementem são inadiáveis, sob pena de vermos, em futuro próximo, todo o nosso sistema educacional entregue a pessoas despreparadas para promovê-lo. Essas medidas são: a valorização da profissão, através da melhoria do nível salarial dos professores e a reformulação dos cursos de preparação para o magistério.

Vê-se que erram redondamente aqueles que atribuem à Lei nº 5.692/71 a diminuição de interesses pelos cursos normais do País. Mais uma prova disso é que no Distrito Federal, a partir de 1979, quando se deu início ao processo de revisão salarial do professor, ressurgiu o interesse pelos cursos normais, sendo hoje o curso de 2º grau de maior procura na rede oficial de ensino. Quando da realização do concurso anual para ingresso no quadro de magistério, de vários Estados do País inscrevem-se candidatos.

Não cremos — como já dissemos no trabalho intitulado "Nova Realidade, Nova Escola, Novo Professor", que escrevemos para o Projeto Educação, há pouco citado, que "nenhuma tentativa educacional terá êxito, se não estiver apoiada em dois condicionantes básicos: bom nível de preparo de seu magistério e condições funcionais que assegurem o exercício da profissão. Dentre estas, destaca-se, por ser da maior relevância, a questão salarial. (13) E que foi a prioridade dada à valorização do Magistério pelo Governo do Distrito Federal, a partir de 1979. O quadro a seguir, comprova nossa afirmativa.

QUADRO Nº 10

PROFESSOR DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

CLASSE	JORNADA SEMANAL (HORAS)	SALÁRIO
A	20	77.306,00
	40	154.612,00
B	20	130.281,00
	40	260.562,00
C	20	178.042,00
	40	356.084,00

OBSERVAÇÃO: No salário não estão incluídos os incentivos funcionais.

IV — PROJETOS ALTERNATIVOS PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS EDUCACIONAIS — A EXPERIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

Segundo o Censo de 1980, o Distrito Federal apresentou a maior taxa de escolarização do País (92,5), no primeiro grau. Com a matrícula escolar deste ano letivo de 1983, os dados disponíveis atestam que esse atendimento já atingiu 95%. Isto não significa, todavia, que não tenhamos problemas na rede escolar, até mesmo porque em educação, a cada nova conquista, surge novo desafio a enfrentar, por ser o processo educativo eminentemente dinâmico. Por outro lado, as incontáveis migrações para o Distrito Federal exigem estejamos sempre alertas para dar resposta positivas aos reclamos educacionais, sempre que eles surjam.

Destaco, de início, que atribuo o crescimento e aprimoramento do nosso sistema educacional, a ponto de alcançar o lugar de destaque que hoje tem no cenário nacional, ao respeito pelo trabalho e conseqüentes conquistas de cada administração, procurando preservar os projetos bem-sucedidos, e acrescentando, a cada nova administração, novas metas a serem alcançadas. Procura-se, aqui, repetir, o que lamentavelmente está caindo em desuso no Brasil, que é o respeito ao trabalho do antecessor, condição indispensável a conquistas mais rápidas no processo educativo. Procura-se, aqui, repetir-se o que diz Fernando de Azevedo em seu livro *Novos Caminhos e Novos Fins*, referindo-se ao antigo Distrito Federal:

"A educação pública no Distrito Federal, lentamente aperfeiçoada por esforços sucessivos, tão distanciada do ideal em que temos postos os olhos e o coração, mas tão rica de elementos de experiência, freqüentemente dolorosa nas suas lições, é, de fato, produto de uma energia, sem desmaios, de todas as administrações empenhadas em encaminhar e favorecer a sua solução. Não é obra de um só homem, é trabalho de gerações, aqui representadas em Medeiros e Albuquerque, Álvaro Batista, Azevedo Sodré, e tantos outros mestres abalizados que a dirigiram. O organizador, com seus atos firmes e seguros; o improvisador, com seus ensaios impacientes; um, com a intuição pedagógica; outro, com o sentimento de realidade; um, com o sentido das linhas acabadas e definitivas; outro, com a inteligência dos detalhes e dos reparos; este, com a avidez do aperfeiçoamento; aquele, com o ideal da extensão do ensino; este, restabelecendo no trabalho a disciplina que é "a força do homem livre"; aquele fazendo palpitar o ambiente de vibração, que é a alegria criadora; todos, entre as asperezas do Governo, contribuíram, mais ou menos eficazmente, para a organização e o desenvolvimento do ensino nesta radiosa cidade. Certo, a obra que aí está, atropelada por obstáculos de toda natureza e tentada quase sempre ao capricho das circunstâncias, apresenta, nas suas lacunas e nas suas excrescências, na inarticulação de suas peças e na indecisão de sua finalidade, todos os defeitos das obras realizadas, por ensaios fragmentários e hesitantes". (14)

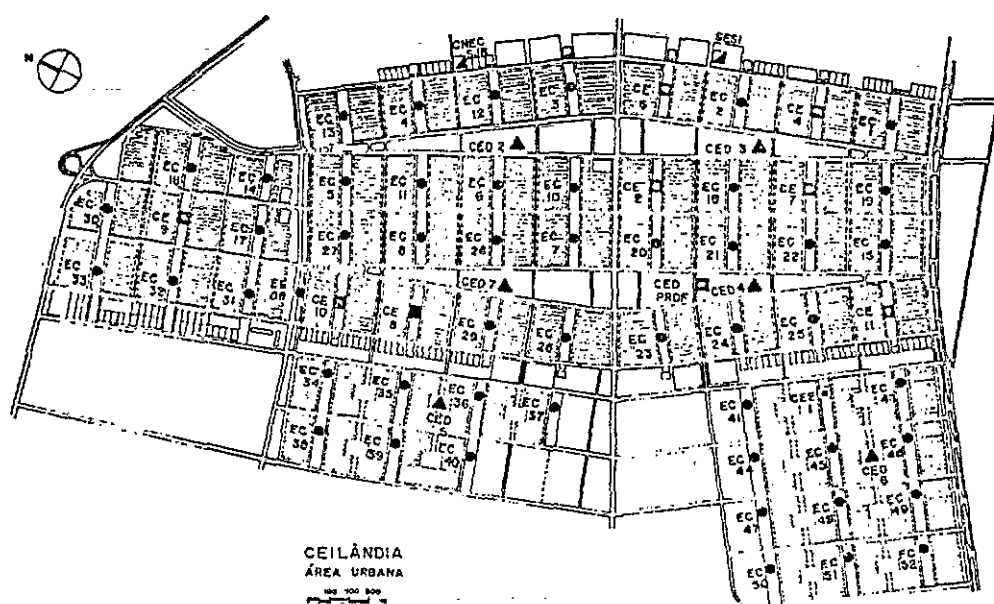
É nesta linha que quero homenagear todos os Secretários de Educação e Cultura que me antecederam nessa desafiadora Pasta no Distrito Federal.

Partindo do princípio de que a educação é direito individual e dever social, o Distrito Federal compromete-se, prioritariamente, com a obrigatoriedade e gratuidade do ensino de 1º grau para a população de 7 a 14 anos. Hoje, todavia, já vem assegurando matrícula, no 2º grau, a todos os concluintes do 1º grau, seja por via regular ou supletiva, dependendo da faixa etária, e caminhando para a universalização da pré-escola.

Do Plano Piloto às cidades satélites, tem-se procurado distribuir a rede física de escolas, de modo a atender a população escolar sem que ela tenha necessidade de percorrer grandes distâncias. Veja-se, no quadro a seguir, que mostra a cidade-satélite da Ceilândia e a distribuição

de sua rede escolar. Procura-se manter um mesmo padrão arquitetônico de escolas, evitando-se discriminação

entre os prédios escolares das cidades-satélites e os do Plano Piloto.



Embora não tenhamos parâmetro, como dissemos anteriormente, para definir com precisão o que seja qualidade de ensino, temos evidência de que não há diferença no rendimento escolar de alunos do Plano Piloto e das Cidades-Satélites. Evidências disso são os resultados obtidos por alunos da rede escolar pública, em concursos internacionais, nacionais, regionais e locais, mostrando a procedência dos alunos vencedores, bem como os depoimentos de pessoas envolvidas nessas atividades.

Entretanto, os problemas que enfrentamos no sistema do Distrito Federal são comuns aos sistemas de ensino das demais Unidades da Federação, enquadrando-se, portanto, no rol daqueles por nós apresentados, como dos mais relevantes a nível nacional.

Desta forma, e apenas como contribuição, apresentamos em anexo alguns dos projetos que vêm sendo desenvolvidos, no Distrito Federal, na busca de solução para os problemas apresentados. De alguns deles, já possuímos as avaliações pertinentes, e que comprovam o acerto de sua implantação.

Finalizando, quero homenagear o Governo do Distrito Federal que, na distribuição de seu orçamento, contemplou o setor educação e cultura com um percentual de 25,33%, o que nos assegura a base financeira necessária para manter os padrões educacionais pelos quais nos debatemos. Homenageio, igualmente, todos os que militam no setor educacional, do mais graduado ao mais modesto servidor, pois sem uma equipe dedicada e crença naquilo que a educação é capaz de fazer, nada se conseguirá.

Nossa crença é que o aluno deve ser o centro de todo o nosso esforço educacional. Nisto repousa a base de todo o nosso trabalho.

REFERÊNCIAS

- (1) MOACYR, Primitivo. "A Instrução e as províncias". São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1939, 1ª v.
- (2) MOREIRA, J. Roberto — "Educação e desenvolvimento no Brasil" Rio de Janeiro, Centro Latino-americano de pesquisas em Ciências Sociais. Publicação nº 12, 1960.
- (3) TEIXEIRA, Anísio. "Educação não é privilégio". São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1956.
- (4) Trecho extraído da exposição de motivos do Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, ao Presidente da República, ao encaminhar o anteprojeto de Lei que deu origem à Lei nº 5.692/71.

- (5) SILVA, Eurides Brito da. "A teoria e a realidade da educação básica". Conferência pronunciada na 36ª Reunião Plenária de Reitores — Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Natal — RN, janeiro de 1983. (mimeo)
- (6) FERRAZ, Esther de Figueiredo. "Centralização — descentralização municipalização". In *Projeto Educação*. Brasília. Senado Federal. Fundação Universidade de Brasília, 1979. Tomo IV, pp. 96-97.
- (7) CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 618, Documento, Brasília, (265) 3-12, 1982.
- (8) MOREIRA, J. Roberto. Teoria e prática da escola elementar. INEP/MEC, 1960.
- (9) FERRAZ, Esther de Figueiredo — "Centralização — descentralização municipalização". In *Projeto Educação*. Brasília. Senado Federal. Fundação Universidade de Brasília, 1979. Tomo IV, pp. 85-86.
- (10) PIREZ, Nise. "Evasão e repetência no ensino de 1º grau: doenças ou sintomas"? In *Projeto Educação*. Brasília. Senado Federal. Fundação Universidade de Brasília, 1979. Tomo III, pp. 229.
- (11) CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 170/83, Documento, Brasília, (269) 3, 1983.
- (12) SILVA, Eurides Brito da. "Nova realidade, nova escola, novo professor". In *Projeto Educação*. Brasília. Senado Federal. Fundação Universidade de Brasília, 1979. Tomo III, pp. 315-317.
- (13) op. cit. p. 320.
- (14) AZEVEDO, Fernando de. "Novos caminhos e novos fins. Subsídios para uma história de quatro anos". 3ª ed. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1958 pp. 35-36.

ANEXO

PROJETOS EDUCACIONAIS ALTERNATIVOS

INTRODUÇÃO

A rede de Ensino Oficial do Distrito Federal buscando realizar o princípio da obrigatoriedade estabelecido em lei, compromete-se a manter a gratuidade do ensino de 1º grau para toda a população entre 7 e 14 anos, assegurando-lhe acesso e frequência à escola.

O Distrito Federal apresenta hoje a mais alta taxa de escolarização do País, com um atendimento de 95% no ensino de 1º grau, que é o ensino obrigatório por imperativo constitucional.

O princípio da igualdade de oportunidades, que garante a todos o direito à educação, gerou no Distrito Federal um compromisso com a oferta de condições iguais a todos quantos ingressem na Rede Oficial de Ensino, independentemente do estrato social de que provenham. Entretanto, nem todas as crianças e adolescentes chegam à escola em condições de demonstrar, de imediato, o mesmo

desempenho em aprendizagem, em virtude das diferenças sociais e econômicas dos lares de que procedem.

Daí a criação de mecanismos que, buscando corrigir as desvantagens apresentadas pelas crianças carentes no processo da aprendizagem, tornem possível a equalização de oportunidades.

Como mecanismos de correção de desvantagens conta-se com: programas de educação compensatória, antecipação da escolaridade obrigatória, expansão de jardins de infância e de classes pré-escolares, o instituto da recuperação de estudos, assistência ao educando, envolvimento da família no processo educativo, programas integrados de desenvolvimento comunitário e educação de pais.

Resumem-se, aqui, alguns dos projetos com que a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal vem buscando enfrentar desafios educacionais.

1. Educação Pré-Escolar com Monitoria

Trata-se da educação pré-escolar com monitoria, em desenvolvimento na Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal, para atendimento às crianças de 6, 5 e 4 anos de idade.

A análise da validade desse projeto deve ser feita de três ângulos: o doutrinário, o estrutural e o funcional.

Do ângulo da doutrina, o projeto de educação pré-escolar com monitoria constituiu a forma realística, corajosa e conciliadora de, sem mais delongas, oferecer educação a todas as crianças de 4 a 6 anos no Distrito Federal, trabalhando dentro de uma realidade orçamentária, sem abdicar da qualidade.

A indispensabilidade de ação educativa junto às crianças em idade pré-escolar não é mais passível de discussão. Mormente se pensarmos na população de baixa renda, cujo ambiente familiar e comunitário carece dos recursos de estimulação à psicomotricidade, à socialização, à formação de autoconceito positivo, para falar apenas de alguns fatores decisivos no sucesso das aprendizagens futuras do escolar.

A educação pré-escolar das crianças das periferias urbanas se apresenta, assim, como um mecanismo de justiça social dado o seu componente compensatório. Afinal, a educação é direito de todos e o princípio da igualdade de oportunidades sugere que se proporcione, às classes desfavorecidas, as condições indispensáveis ao sucesso na escola.

É na estrutura e no funcionamento da educação pré-escolar com monitoria que se encontra a inovação. Não se construíram prédios para essas classes de pré-escola. Aproveitam-se tempo e espaços disponíveis nas escolas já existentes e na comunidade. Um professor, ajudado por seis monitores, é responsável por noventa alunos, divididos em três turmas de trinta. Dois monitores, especificamente treinados, desenvolvem as atividades em cada turma, sob a supervisão do professor responsável.

Não se pretende fazer dessa estratégia de educação pré-escolar um substituto do jardim de infância. Este continua a integrar a tipologia escolar da Rede Oficial e será expandido onde e quando o permita o orçamento.

A universalização da educação pré-escolar para as crianças de 6, 5 e 4 anos, com chamada escolar, anual, é um esforço adicional e inédito no País. Só foi possível graças à estratégia de atendimento com monitoria, sem gastos de construção e equipamento, com aproveitamento de sucata em lugar de materiais sofisticados e de alto custo.

O mais positivo, entretanto, é a crença de que a essência educativa está resguardada. As atividades são desenvolvidas com o mesmo nível científico e técnico que se encontra nos jardins de infância do Plano Piloto.

O envolvimento da própria comunidade é outro valor de destaque nessa modalidade de atendimento. Há mães trabalhando como monitoras e em serviços auxiliares, estreitando, assim, os laços da escola com a comunidade.

2. Projeto PROEM — (Promoção Educativa do Menor)

Local: Parque "Rogério Pithon Farias"
(Instalações da Festa dos Estados)

Recente estudo realizados, em Cidades-Satélites, pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e pela Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, indicaram que um número significativo de menores que trabalham não estudam. Dos que se encontram em escolas, a maioria está defasada na relação idade/série.

Esses dados evidenciaram a necessidade de adoção de uma política de discriminação positiva, materializada em programas de educação compensatória, com caráter interventivo, que minimizasse a carência cultural responsável pela privação ou atraso escolar desses menores.

O Projeto de Promoção Educativa do Menor (PROEM), dentro do Programa de Assistência ao Educando, Plano de Educação e Cultura 1980-83, da SEC/FEDF, tem o objetivo geral de proporcionar um tipo específico de ensino de 1º grau que, dando ênfase a atividades recreativas e de convívio social, procure atrair para a escola e nela fixar os menores trabalhadores, culturalmente carenciados, até 17 anos de idade.

Especificamente, o PROEM visa proporcionar, ao nível de 1º grau de ensino, educação geral, iniciação para o trabalho, assistência à saúde física e psíquica, socialização, lazer, para a auto-realização do educando e sua qualificação para o trabalho, bem como o exercício consciente da cidadania.

O PROEM tem interesse individual enquanto o aluno exercita seu direito inalienável de educar-se. Interessa à sociedade quando propõe mecanismos de prevenção de comportamentos anti-sociais nos centros urbanos, pela proteção contra os efeitos deseducativos da ociosidade nas ruas.

A clientela é constituída de menores trabalhadores, até 17 anos de idade, culturalmente carenciados, com escolaridade compreendida entre a 1ª e a 8ª série do 1º grau.

O regime escolar é pouco estruturado, nos moldes de escola aberta, flexível e não convencional, funcionando durante os doze meses do ano, nos dias úteis, de 8 às 20 horas.

O ensino, de caráter personalizado, se desenvolve por módulos, mediante "contrato" do aluno com os professores e sob a forma de projeto, sempre que a natureza do conteúdo curricular o aconselha.

As atividades de educação geral se desenvolvem em Recantos de Aprendizagem. As de educação para o trabalho, em Recantos de Produção, sob a forma de clubes (de metal, madeira, fotografia, eletricidade, couro, cerâmica, artes gráficas, jardinagem e outros).

O Projeto PROEM, mantido pela Secretaria de Educação e Cultura/Fundação Educacional do Distrito Federal, tem a co-participação dos seguintes órgãos e instituições:

- Secretaria de Serviços Sociais/Fundação do Serviço Social do Distrito Federal — Triagem e encaminhamento dos candidatos, acompanhamento e avaliação da integração familiar e social dos alunos.
- SVO — NOVACAP — cessão, em regime de comodato, das instalações do Parque "Rogério Pithon Farias", compreendendo as edificações da Festa dos Estados, restaurante, concha acústica, praças de esporte, áreas de lazer, bem como a utilização do trezinho para a circulação dos alunos nas dependências do Parque.
- PAS — Proteção e Ação Social — prestação de assistência social aos educandos.

A escola do PROEM conta, além de um diretor e pessoal administrativo, com professores das áreas de educação geral e de formação especial, de assistentes sociais, psicólogos e orientadores educacionais, do quadro da Fundação Educacional do Distrito Federal.

O atendimento médico-odontológico aos alunos é prestado pelo PISE — Programa Integrado de Saúde Escolar, da Fundação Educacional do Distrito Federal, e, quando necessário, solicitado à Secretaria de Saúde — Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

3. Centro de Educação para o Trabalho — CET

Localização: Área Especial EQNN 14 — Ceilândia, DF.

Diagnóstico do setor educacional de Ceilândia, realizado pela Fundação Educacional do Distrito Federal, aponta como principais problemas educacionais daquela comunidade a defasagem de escolaridade, a necessidade de ingresso precoce de menores no mercado de trabalho, desprovidos de preparo profissional, e a ausência de atividades produtivas e sócio-culturais.

Esses fatores, causa e efeito de disfunções educacionais, associados às condições sócio-econômicas da comunidade local, indicaram a necessidade da criação do Centro de Educação para o Trabalho-Ceilândia, com vistas ao desenvolvimento de estratégias educacionais que possibilitem a antecipação de terminalidade no 1º grau e a oferta de cursos profissionalizantes, a nível de 2º grau, para alunos do ensino regular e supletivo, bem como a extensão de ações educativas à comunidade.

O Centro de Educação para o Trabalho-Ceilândia, dentro do Programa de Expansão de Oportunidades Educacionais-Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal-1980-83, caracteriza-se como escola-produção e tem por objetivo principal proporcionar oportunidade de terminalidade real a nível de 1º grau, pela iniciação profissional, à clientela desse grau de ensino.

Constituem, ainda, objetivos do CET: proporcionar oportunidade de profissionalização à clientela do ensino de 1º e 2º graus, nas modalidades regular e supletiva; estender ações educativas à comunidade, integrada com outros órgãos, agências e instituições igualmente voltadas para o desenvolvimento social e educacional.

A clientela se constitui de:

- Alunos das últimas séries do 1º grau dos estabelecimentos de ensino de Ceilândia, que apresentem defasagem no processo de escolarização.
- Alunos do 2º grau, ensino regular, que podem realizar cursos profissionalizantes no CET e/ou cursar a parte de formação especial do currículo.
- Alunos do ensino supletivo que necessitem de formação profissional para exercer atividades no mercado de trabalho.
- Pessoas da comunidade, que desejem participar das atividades sócio-educativas e produtivas do CET.

Com estruturação específica e regime escolar flexível, não convencional, o CET funciona durante os 12 meses do ano.

As ações relacionadas a cursos regulares do ensino de 1º e 2º graus são desenvolvidas em regime de intercomplementaridade com estabelecimentos de ensino.

O ensino, de caráter predominantemente profissionalizante, desenvolve-se sob os princípios norteadores da escola-produção:

- ênfase no aprender fazendo;
- desenvolvimento de atividades produtivas na unidade de ensino;

- valorização do trabalho como conteúdo educacional, dada a sua importância para a vida em sociedade;
- estabelecimento de estreita ligação entre as ações educativas e as do mundo do trabalho.

As atividades de formação especial desenvolvem-se em oficinas próprias, aparelhadas consoante às exigências de aprendizagem dos componentes específicos.

Dentro de uma estrutura própria, o CET desenvolve, em sua programação, ações diferenciadas em periodicidade, conteúdos e estratégias, permitindo flexibilidade de articulação entre modalidades de ensino e ações integradas com outros órgãos, agências e instituições da comunidade. O Centro está equipado para oferecer os seguintes cursos: marcenaria, carpintaria; xilogravura, entalhe em madeira; eletricidade, eletrotécnica, eletromecânica; pintura, estofador, capoteiro; mecânica de autos; borracharia; serralheria; bombeiro hidráulico; costureiro, bordados à máquina; datilografia; cabeleireiro, manicure; conzinheiro.

Foi construído com recursos do Governo do Distrito Federal e equipado com recursos do Ministério da Educação e Cultura, através do PRODASEC. Integra a rede de escolas mantidas pela Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal através da Fundação Educacional. Conta com equipe de trabalho básica, proveniente do quadro de pessoal da FEDF, e necessária à coordenação e administração de atividades do estabelecimento.

As atividades de natureza periódica são desenvolvidas com força de trabalho específica.

Com uma área construída de 6.100 m², sob concepção arquitetônica flexível e multiplicável, para se ajustar a diferentes finalidades, o CET dispõe, entre outras, das seguintes instalações: administração geral; oficinas para aprendizado e produção de bens e serviços; salão de atividades múltiplas; bibliotecas; salas de aulas convencionais; áreas de lazer; e praças de esportes.

4. Projeto Progresso

Os elevados índices de evasão e retenção nas séries iniciais do 1º grau evidenciam, entre outras causas prováveis, a utilização de metodologia inadequada, especialmente no processo de alfabetização. Por isso este Projeto visa capacitar professores para o desenvolvimento do currículo por atividades nas séries iniciais do 1º grau, em curso superior de Pedagogia, habilitação em Magistério para classes de alfabetização (licenciatura de curta duração).

Trata-se do primeiro projeto aprovado pelo Conselho Federal de Educação para ser desenvolvido, simultaneamente, através de metodologia direta e indireta.

A clientela do projeto é constituída de professores portadores de diploma de Curso de Habilitação Específica de 2º grau, para exercício do Magistério em 1º grau, atuando nas escolas rurais e zonas de difícil acesso.

Para inscrever-se é preciso:

- a) ser professor de ensino de 1º e 2º graus classe "A", concursado, da Fundação Educacional do Distrito Federal;
 - b) estar lecionando em Classes de Alfabetização de 1ª e/ou 2ª séries do 1º grau em escolas rurais e áreas de difícil acesso;
 - c) ter pelo menos 02 (dois) anos de efetivo exercício no magistério da rede oficial do Distrito Federal em quaisquer de suas Escolas;
 - d) assumir compromisso de não se inscrever em curso de remoção pelo período correspondente a 02 (dois) anos, após a conclusão do Curso.
- A seleção é feita por vestibular classificatório.

É o seguinte o currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação:

• Sociologia Geral	60 h
• História da Educação	60 h
• Didática I	60 h
• Comunicação e Expressão I	60 h
• Noções de Fonoaudiologia	60 h
• Noções de Fonética	60 h
+ Psicologia Geral	60 h
• Educação Física I	30 h
• Filosofia de Educação	30 h
• Didática II	60 h
• Educação Artística	90 h
• Comunicação e Expressão II	60 h
• Metodologia das Ciências I	60 h
• Estágio Supervisionado I	60 h
• Estudos de Problemas Brasileiros I	30 h
• Sociologia da Educação	30 h
• Psicologia da Educação	60 h
• Filosofia	30 h
• Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	60h
• Metodologia das Ciências II	60 h
• Metodologia de Estudos Sociais	60 h
• Estágio Supervisionado II	60 h
• Estudos de Problemas Brasileiros II	30 h
TOTAL	1.290 h

O curso é executado através de convênio celebrado entre a Secretaria de Educação e Cultura/Fundação Educacional do Distrito Federal e a Faculdade Católica de Ciências Humanas.

As disciplinas são oferecidas de forma direta e indireta. De forma direta, durante o período de férias, sob o regime intensivo de 8 horas/aula diárias, com 40 horas semanais. De forma indireta, durante o período letivo, através de módulos de ensino com seminários quinzenais, aos sábados.

O projeto vem funcionando, com uma entrada anual de 150 alunos, pelo seguinte cronograma:

1ª turma: entrada de 150 alunos em julho de 1980 e término em dezembro de 1981;

2ª turma: entrada de mais 150 alunos em julho de 1981 e término em dezembro de 1982;

3ª turma: entrada de mais 150 alunos em julho de 1982 e término em dezembro de 1983.

Recentemente, atendendo a solicitação da SEC/DF, o Conselho Federal de Educação autorizou a prorrogação do Projeto Progresso, permitindo mais duas entradas, de 150 alunos, cada uma, para julho/83 e julho/84, respectivamente.

O curso oferece as seguintes vantagens:

- execução em regime compatível com as atividades de trabalho do professor
- gratuidade para os cursistas
- avanço na carreira do magistério.

5. Programa Integrado de Saúde Escolar — PISE

A população escolar tem sido um dos grupos mais vulneráveis aos agravos do meio ambiente, em particular os que decorrem de más condições de higiene e nutrição.

Sendo o nível de saúde do educando fator essencial no seu comportamento e rendimento escolar, o sistema de ensino vem executando um programa voltado para a saúde do aluno, com desenvolvimento de ações de caráter educativo, pedagógico e estudos em integração com outras agências de educação e saúde.

Esse programa, denominado Programa Integrado de Saúde Escolar — PISE, executa atividades educativas, junto aos alunos, visando à prevenção de enfermidades bem como à prestação de assistência médico-odontológica.

Dentre essas atividades, destacam-se: exames médico-biométricos; aplicação de testes de acuidade visual e auditiva; exames médico-oftalmológicos; encaminhamento

de alunos, com problemas graves de saúde, à rede de serviços de saúde do Distrito Federal; identificação de alunos com doenças transmissíveis e orientação aos pais sobre o tratamento; tratamento dentário restaurador; aplicação de fluor; assistência odontológica emergencial; recebimento de estagiários e de visitantes procedentes de outras Unidades Federadas e de países estrangeiros e formação de Pelotões de Saúde.

No período de 1980/82, foram realizados 82.525 tratamentos dentários, em dentes permanentes de alunos entre 7 e 12 anos de idade. Foram executados 231.069 exames médicos. Foram aplicados 83.176 testes de acuidade visual, em alunos da 1ª série do 1º grau. Foram realizados 10.593 atendimentos odontológicos de urgência a alunos de 1º grau. Para 1983, está previsto atendimento odontológico a 55.561 alunos, na faixa etária de 7 a 14 anos; atendimento médico a 241.189 alunos do ensino de 1º grau. A prioridade de atendimento vem sendo dada ao aluno de 1º grau. Todavia, o PISE vem atendendo, em regime emergencial, a alunos de outras faixas etárias.

Na área odontológica, o trabalho se desenvolve com metodologia inovadora, baseada na utilização de clínicas móveis, equipamentos simplificados e emprego de profissionais de nível superior somente em funções específicas de maior risco, e em amplo quadro de pessoal auxiliar com funções delegáveis, de menor complexidade, sob constante controle e supervisão dos primeiros. Bons resultados estão expressos em significativa redução dos custos, aumento de produtividade e elevada qualidade.

6. Centro de Bem-Estar do Menor (CEBEM)

Neste projeto, concebido e executado pela Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, através de sua Fundação de Serviços Sociais, e que conta com a cooperação da Secretaria de Educação e Cultura/Fundação Educacional do Distrito Federal, que coloca à disposição do Projeto um pedagogo, são atendidos menores na faixa etária de 7 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, pertencentes a famílias de baixa renda, que dele participam no período de 4 horas, alternando com o período escolar na rede de ensino.

A programação tem 4 núcleos básicos: 1º) complementação alimentar; 2º) complementação escolar extra-classe; 3º) práticas esportivas e recreativas; 4º) práticas ocupacionais.

A complementação alimentar é feita sob a forma de distribuição de merenda, preparada nas unidades CE-

BEM, com cardápios elaborados pela Assessoria de Nutrição da Secretaria de Serviços Sociais.

A complementação escolar extra-classe é obtida através do estímulo à criatividade, ao desenvolvimento do raciocínio e à expressão oral organizada. No planejamento diário é reservado um horário para a realização de tarefas escolares, para as quais será oferecido, além do ambiente físico propício, material didático e bibliográfico para estudo.

As práticas esportivas e recreativas são realizadas através de iniciação ao desporto, jogos de campo e de salão.

As práticas ocupacionais fazem-se pela manutenção do ambiente físico utilizado para atividades, guarda do material, conservação do equipamento, além do desenvolvimento de habilidades manuais.

O processo de inscrição é permanente, isto é, ocorre de fevereiro a dezembro, diariamente, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18 horas.

A triagem da clientela observa os seguintes requisitos:

— Menores de 7 a 12 anos, cujos responsáveis, por motivo de trabalho ou outros, permanecem fora do lar.

— Menores sem escola. Para o menor permanecer no projeto deverá ser matriculado e frequentar aulas.

Menores de famílias com renda **per capita** abaixo ou igual à média, das famílias inscritas no projeto, sem Previdência Social.

— Menores de famílias com renda **per capita** abaixo da média, com Previdência Social.

— Menores de famílias com renda **per capita** igual à média. Critérios alternativos: a) pelo maior número de menores na família; b) pelo menor grau de instrução do responsável masculino; c) pelo menor grau de instrução do responsável feminino; d) a critério de coordenação do CEBEM).

— Menores de família com renda **per capita** acima da média, sem Previdência Social, pela menor renda (caso necessário, utilizar os critérios alternativos do item anterior).

— Pela menor renda per capita (caso necessário, utilizar os critérios alternativos).

Obs: as crianças ou adolescentes atendidos pelo CRT e Juizado de Menores têm prioridade no CEBEM.

7. Projeto Normalista (Revitalização do Ensino Normal)

O Projeto Normalista (Revitalização do Ensino Normal) foi elaborado tendo em vista a constatação de frequente insatisfação quanto ao currículo do Curso de Magistério, tanto por parte dos alunos, como dos professores e das instituições que empregam professores recém-formados.

Buscando soluções para esse problema, o Projeto objetiva revitalizar esse curso, mediante a definição dos padrões desejáveis de desempenho dos alunos e a adequação da proposta curricular a esses mesmos padrões.

Para tanto, já em 1980-82, procedeu-se a:

• revisão da proposta curricular, organizada em componentes obrigatórios e opcionais, que atendam aos interesses e necessidades dos alunos;

• implantação de nova sistemática de estágio supervisionado;

• elaboração de conteúdos programáticos, com a participação dos professores.

Dentre os componentes obrigatórios destaca-se o estágio supervisionado, que consta de atividades curriculares, desenvolvidas ao longo do ano, em contato direto com as escolas de 1º grau, de 1ª à 4ª série, através de experiências de observação, de regência de classe, em situação real de ensino-aprendizagem, dentro do contexto de atuação futura do profissional.

8. Projeto Aceleração da Aprendizagem

Um dos problemas que o sistema de ensino brasileiro apresenta é a defasagem idade — série, por entrada tar-

dia do aluno na escola, ou constantes reprovações na série, ou, ainda, por evasão do aluno já em fase mais adiantada de escolaridade.

No Distrito Federal a situação agrava-se pelo alto índice de movimento migratório de famílias provenientes dos mais diversos pontos das Unidades Federadas.

Uma proposta alternativa para os adolescentes matriculados nas séries finais do 1º grau (5ª à 8ª série), com significativa defasagem de idade — a partir de 15 anos na 5ª série — é o trabalho desenvolvido sob a denominação de Projeto Aceleração da Aprendizagem. Busca-se, através deste Projeto, oferecer atendimento específico àqueles alunos, mediante uma proposta curricular compactada, regime escolar em tempo integral, desenvolvendo-se, em um ano, a programação regular correspondente a dois anos de escolaridade. Os alunos são selecionados entre os aprovados na 4ª série do ensino de 1º grau e os que apresentam uma defasagem idade-série de, no mínimo dois anos. Os professores regentes de 4ª série participam do processo de seleção, identificando aspectos relativos à saúde, frequência, assiduidade, responsabilidade e prontidão para a 5ª série. Esses alunos são submetidos a testes de Comunicação e Expressão e Matemática.

O Projeto inclui o desenvolvimento de conteúdos compactados em duas etapas, correspondentes às 5ª e 6ª séries e 7ª e 8ª séries, respectivamente, à 1ª e 2ª etapas; inclui, também, apoio ao processo de ensino-aprendizagem, através de provimento de livro-texto e materiais básicos indispensáveis ao trabalho escolar, treinamento de professores, através do Projeto Supervisão Escolar, e reforço da alimentação escolar dos alunos.

Atualmente, são atendidas 1.167 alunos, em classes de aceleração, nas seguintes localidades: Núcleo Bandeirante, Guará, Sobradinho, Planaltina, Gama, Ceilândia e Taguatinga.

9. Livro Didático

O livro didático é um indispensável recurso do ensino-aprendizagem. A falta de condições dos alunos oriundos de famílias de baixa renda para adquirir o livro-texto vem constituindo fator de limitação do seu desempenho escolar.

Para prover os alunos da rede oficial do livro didático e tornar mais dinâmico o esquema de colocação do livro na mão desses alunos, principalmente dos menos favorecidos economicamente, a rede oficial de ensino estabeleceu uma sistemática para promover a valorização do livro didático, facilitar o acesso do aluno ao livro, promover a permuta, empréstimo e aquisição de livros aos estudantes de 1º e 2º graus, contribuir com a economia familiar e otimizar o uso do livro.

A proposta alternativa para garantir o acesso ao livro didático a todos os alunos da rede consiste em:

- utilizar os recursos do PLIDEF para os alunos carentes de 1º grau dentro de critérios que privilegiem áreas de maior carência;
- complementar a dotação do PLIDEF com a contrapartida da FEDF, colaboração solidária das APMs, das famílias e da comunidade;
- estabelecer mecanismos de utilização do livro usado, pelo prazo mínimo de 3 anos, para os alunos de 1º e 2º graus;
- redimensionar a organização do Banco do Livro, para o ensino regular e supletivo.

Essas estratégias estão regulamentadas pela Portaria de 7 de fevereiro de 1983-SEC, que estabelece as diretrizes básicas para o processo de seleção, provimento e utilização do livro-texto ou similar na rede oficial de ensino do Distrito Federal.

10. Projeto ABC

Uma alternativa para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, nas séries iniciais do 1º grau, e, consequentemente, para a redução dos índices de reprovação e

evasão, vem sendo experimentada através do Projeto "ABC". Este projeto, iniciado com estudos experimentais, no período de 1978 a 1981, por processo de investigação científica, em escola classe de 1º grau, de zona periférica considerada carente (Escola Classe 01 do Núcleo Bandeirante), buscou identificar aspectos relevantes para o processo de alfabetização de alunos iniciantes, na 1ª série do 1º grau. Entre esses aspectos, destacam-se: características do aluno alfabetizado; perfil de prontidão do aluno para a alfabetização; caracterização do aluno alfabetizando, quanto ao tipo de percepção; importância da estimulação psicomotora no processo ensino-aprendizagem; adequação de metodologias a grupos distintos de alunos; e perfil do alfabetizador.

Os resultados do trabalho, que envolveu também treinamento de professores em serviço, foram analisados ao final de 1981, para possível aplicação em outras escolas da rede oficial.

A sistemática de trabalho envolve estratégias de pesquisa experimental, com grupos de controle, validação de instrumentos, testagem de alunos e treinamento de professores e equipes de direção e supervisão.

Trata-se de um trabalho inicial, mas de significativa importância, pela natureza da abordagem teórico-prática, pelos resultados que poderão situar indicadores de um tratamento psicopedagógico mais adequado para esse tipo de clientela, não apenas minimizando perdas educacionais, do ponto de vista quantitativo e econômico, mas, também, maximizando os ganhos educacionais, do ponto de vista humano e social.

11. Aperfeiçoamento Institucionalizado

O perfil do professor vem se modificando, substancialmente, passando de mero transmissor de conhecimento para o papel de organizador e facilitador da aprendizagem, estreitando-se, dessa forma, o vínculo que deve existir entre ele e o aluno.

Tornar-se imperativa, portanto, para o atingimento dessa mudança, a oferta de condições efetivas para que o professor, assistido no seu desempenho técnico e valorizado profissionalmente, possa assumir esse novo papel, consciente de que a administração do sistema é corresponsável pelo desempenho de seu pessoal docente, ao proporcionar-lhe o aperfeiçoamento e atualização constantes.

O plano de Educação e Cultura do Distrito Federal, para o quadriênio 80-83, estabeleceu a política de recursos humanos centrada na valorização do magistério, proporcionando aos quadros docente, técnico e administrativo oportunidades de elevação do nível profissional. Cumpre-se, dessa forma, o preceito da Lei 5.692/71, segundo o qual os sistemas de ensino estimularão o aperfeiçoamento e atualização constantes dos seus professores e especialistas de Educação.

Assim, o Programa de Recursos Humanos previu o aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico através de, entre outros meios, seminários, conferências e cursos.

Entre estes, os cursos de aperfeiçoamento, com duração de 180 horas, destinam-se, exclusivamente, a professores habilitados para o magistério, podendo abranger tanto a parte de conteúdo quanto a parte de didática, com vistas à obtenção de incentivos funcionais, e caracterizam-se pela aplicação de metodologia semi-direta, em 120 horas-aula, e direta, em 60 horas-aula, desenvolvida aos sábados, através de módulos, durante o período letivo e nos períodos de recessos escolares, respectivamente.

Até o momento, já foram aperfeiçoados todos os professores de classe "A" admitidos até 1977 e todos os professores de classes "B" e "C" admitidos até 1972 que, voluntariamente, inscreveram-se nesse curso.

Em 1983, inscreveram-se nesse curso os professores de classe "A" admitidos em 1978 e os professores de Classes "B" e "C" admitidos nos anos de 1973 e 1974.

12. Projeto Platéia

O Projeto Platéia, instituído em 1980, pela Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, tem, entre outros objetivos, o de desenvolver promoções culturais nas escolas, em suas mais variadas manifestações, com vistas à formação de um público consciente e equilibradamente participante. Seu nome traduz seu objetivo maior: o de formar as futuras platéias.

Através desse Projeto, pretende-se integrar, na escola, as atividades educacionais com as culturais, abrindo-se o caminho para despertar no educando o interesse pela cultura.

A implantação do Projeto Platéia vem sendo feita de forma gradativa, na rede oficial de ensino, começando-se pelas cidades satélites do Gama e Guará. Em 1981, estendeu-se a Planaltina, Sobradinho, Brazlândia e Taguatinga, ampliando-se, em 1982, a Ceilândia. Em sua última fase de implantação atingirá o Núcleo Bandeirante, o Cruzeiro e o Plano Piloto.

O público é formado por estudantes e seus familiares.

O espetáculo é apresentado em dia semanal de trabalho, no horário noturno, sendo apresentado em horário diurno num final de semana, possibilitando, assim, maior assistência e horário opcional. A frequência do aluno é estimulada mas não obrigatória.

Os programas oferecidos incluem música popular e erudita, teatro, dança clássica e moderna, cinema, simpósios literários, apresentações de grupos folclóricos e exposições de artes plásticas.

Com a implantação do Projeto Platéia, tem-se ampliado o mercado de trabalho para os artistas locais.

É difícil falar, a curto prazo, dos resultados do Projeto Platéia. Em números, temos: 41.625 espectadores em 1980; 146.255 em 1981; e, em 1982, participaram do Projeto 440.049 espectadores. Em dois anos e meio de funcionamento, o Projeto já atingiu um público de 627.929 participantes.

O mais importante, porém, é o resultado, que não se pode registrar agora, mas que consiste na razão maior do Projeto: o despertar do público jovem para a cultura, em suas variadas manifestações.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradeço à Professora Eurides Brito sua magistral conferência que será seguida de debates.

Está franqueada a palavra, para quem dela quiser fazer uso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Senador Aderbal Jurema, que foi fulgurante Presidente desta Comissão de Educação e Cultura.

O SR. ADERBAL JUREMA — O nobre Senador João Calmon é conhecido nesta Casa pela generosidade com que trata seus colegas, de maneira que assim recebo o anúncio da minha participação, no comparecimento da minha colega, da Faculdade de Educação da UnB, a Professora Eurides Brito.

Inicialmente, quero congratular-me com o nobre Senador João Calmon e com a Comissão de Educação e Cultura por ter trazido até aqui aquela pessoa que ainda acredita na Educação do Brasil, uma daquelas pessoas que trata o problema educacional não apenas pragmaticamente, mas com idealismo; todos a vimos, durante a sua exposição, metódica, mas com aquele algo de poesia que somente as mulheres, que acreditam na educação, podem trazer para nós, Senadores da República.

A participação do Distrito Federal na educação brasileira, diante da exposição que ouvimos, nos leva, como educador do Bairro da Madalena, no Recife, a dizer que o trabalho da Eurides Brito não é apenas uma contribuição de relevo, mas é uma experiência-piloto. Recebo a sua exposição como se estivesse diante de um laboratório educacional brasileiro. É com misto de alegria e tristeza que ouvi a sua exposição; de alegria quando ela se referiu às verbas, aos percentuais que conseguiu pela sua pertinência, pela sua raça paraense, do Governo Fe-

deral. Vi que, na ocasião, o Presidente, ainda ontem, levou até um choque, ele um dos que mais lutam neste País, para que nós pudéssemos ter maiores percentuais para educação, e até agora tem sido uma luta difícil. No entanto, a Professora Eurides anunciou, se não me falha a memória, 25,3% e dizendo ainda que quando há despesas a mais, conseguem suplementação.

Então, nós estamos diante de um quadro, para sermos sinceros Professora Eurides, como educador há mais de 40 anos, de um quadro atípico na educação brasileira. E esse quadro atípico se transforma num laboratório que se deveria estimular, a começar pelo Ministério da Educação e Cultura, indo até aos Estados mais modestos.

A professora Eurides disse aí um dado, que todos nós do Nordeste, inclusive o nobre Senador pelo Sergipe deve ter ficado envergonhado. É o problema do analfabetismo no Nordeste.

O SR. PASSOS PORTO — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Pois não.

O SR. PASSOS PORTO — Eu não aceito assim, de plano, essa informação, apesar dela ter a chancela do IBGE, porque o meu Estado, por exemplo, há alguns anos atrás, não tinha nenhum analfabeto. Sergipe é um Estado que nunca fez concurso para Professor de ensino porque lá se faz defesa de tese. A escola primária no meu Estado está difundida até nas fazendas. Não é querendo mascarar os índices apresentados pela Prof. Eurides porque não são nem dela, ela é portadora. Mas, o Estado de Jorge Amado, que ela tem razão, porque é um Estado que se dedica à educação, e há, culturalmente, quer dizer o povo está convencido de que só através da educação é possível fazer o desenvolvimento do Estado e sobreviver. Os índices, que dão ao Nordeste, de analfabetismo, como se fosse a metade, isto é, metade dos nordestinos são analfabetos, metade alfabetizados, eu tenho a impressão de que pode ter ocorrido lá, e deve ocorrer o fenômeno da regressão. Quer dizer, o sujeito estuda na escola primária, depois vai se dedicar a uma atividade rural, e a partir daí ele se esquece e volta a ser analfabeto. Mas, pelo menos, no meu Estado, onde eu vivo, eu não aceito esses índices de analfabetismo e essa desgraça educacional que foi ressaltado aqui. Era o aparte que eu queria dar.

O SR. ADERBAL JUREMA — Era um bom aparte, um aparte otimista, mas em verdade eu fui Professor e Secretário de Educação no meu Estado. É o problema educacional do Nordeste, embora continue sendo encarado em termos técnico-pedagógicos, ele tinha que ser tratado em termos sócio-culturais.

O que acontece no Nordeste, pelo menos no meu Estado é que a criança não frequenta a escola, não apenas porque não tem escola. Não ter escola é um dado importantíssimo, mas é porque ela, logo cedo, se dedica a atividades agrícolas ou comerciais da cidade, para ajudar não a sustentar a família, mas o seu próprio sustento. Essa que é a realidade brasileira.

Então, o que está acontecendo no Nordeste é que o Nordeste vem sendo tratado, através da história republicana, como primo pobre, meus Senadores, como primo pobre desta Nação.

O SR. PASSOS PORTO — O Nordeste é muito amplo...

O SR. ADERBAL JUREMA — Estou falando no Nordeste, desde o Estado do Maranhão até a Bahia. É isso que eu considero o Nordeste. Agora, o que acontece, em verdade, e tem razão o Senador Passos Porto, é que Sergipe, no conjunto dos Estados do Nordeste, é um Estado que tem condições melhores de vida. Por exemplo, o índice de desempregados, V. Exª sabe qual é o índice de desempregados do seu Estado?

O SR. PASSOS PORTO — Atualmente está em torno de uns 20 mil desempregados.

O SR. ADERBAL JUREMA — Sabe qual é o índice em Pernambuco? Um milhão de desempregados. Ainda ontem, o Governador de Pernambuco anunciava que esiva chegando a um milhão.

Sergipe é privilegiado. Privilegiado pela cultura de seus homens, e pela situação econômica.

O SR. PASSOS PORTO — Sergipe já pensou até em participar da OPEP...

O SR. ADERBAL JUREMA — No entanto, o meu Estado, que representa um dos Estados líderes do Nordeste, tem essa situação.

De maneira que eu quero agradecer, como velho educador e Senador, a sua participação hoje, porque você, me permita a expressão, trouxe para esta Casa, uma mensagem de otimismo, analisou e enfocou a educação brasileira em termos tais, que com a experiência de Brasília, nós Senadores dos Estados nordestinos temos que procurar imitá-la. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra a Professora Eurides Brito.

A SRª EURIDES BRITO — Em primeiro lugar quero agradecer ao nobre Senador, mas também dizer que na briga do Nordeste, entre Nordeste e taxas de IBGE, eu não entraria. Mas, eu agradeço ao nobre Senador Aderval Jurema, Professor e companheiro de trabalho da Universidade de Brasília, as referências elogiosas; e quero corroborar com algumas das afirmações, até mesmo porque durante 4 anos — a 4ª série ginasial e os 3 anos da antiga escola média, eu fiz no interior de Pernambuco. Então, eu quero corroborar com a sua colocação de que mesmo, às vezes, a escola, estando ali, às redondezas, a criança não frequenta, pelas razões apontadas por S. Exª ou até mesmo porque também, pela ignorância dos pais, o horizonte que eles descortinam está muito próximo. Evidentemente que isso não se constitui a regra, mas realmente é um caso que se atesta e a colocação de V. Exª é bastante pertinente.

Quanto às taxas, eu me eximiria, porque a não adotar uma taxa, eu teria que rejeitar todas as outras estatísticas apresentadas, e a fonte em que me baseio foi exatamente só uma, exatamente para não haver problema de coerência e incoerência de apresentação, que foi exatamente o IBGE.

O SR. PASSOS PORTO — Professora Eurides, nós estamos aqui mais num debate coloquial, e são poucos os Senadores que estão aqui, em plenário, e eu peço desculpas à Srª também porque tem outros compromissos. Mas, o que eu digo é que o Nordeste é uma área secularmente estruturada num processo pedagógico. Quer dizer, foi das primeiras áreas em que se começou cá no Brasil. Eu quando vejo o nosso vizinho e grande Estado de Goiás, com essas distâncias que dificultam à criança o acesso a escola, fico admirado de aí ter um índice melhor de escolaridade do que o Nordeste que é todo ele trabalhado ao longo dos anos.

No ano passado, o meu Estado nomeou 2 mil professores, um estadozinho de 20 mil km quadrados. Eu não tenho índices, mas fico surpreendido dos índices de analfabetismo na região, já que aquele povo, até por destino e por necessidade, é obrigado a se instruir.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra a nobre Senadora Eunice Michilles.

A SRª EUNICE MICHILLES — Professora Eurides, em primeiro lugar quero cumprimentá-la pela brilhante conferência e por dados tão concretos, tão sólidos que nos apresentou. Mas, eu teria 4 perguntas a fazer, e consultaria se gostaria que fizesse, todas de uma só vez, ou fosse de uma a uma?

A SRª EURIDES BRITO — Se V. Exª me permite, eu preferiria cabalmente, eu a responderia depois em conjunto.

A SRª EUNICE MICHILLES — Perfeito. Nós tivemos aqui, na semana passada, um brilhante conferencista, que afirmava que a escola fundamental de 6 anos seria mais indicada para o Brasil, uma vez que esse é o modelo universal. Eu não aprendi bem isso da sua exposição e gostaria que se manifestasse sobre isso. Segundo, gostaria que me falasse também um pouco sobre a crise da escola normal, que foi muito comentada também na conferência passada. Ela é tão grave, e afinal, a reforma de 71 atingiu dessa forma ou não? Gostaria que me esclarecesse, um pouco, a respeito da escola normal.

Agora, mais uma vez se discute que uma das razões da queda da qualidade do ensino foi a adoção, após a reforma universitária, e especialmente da reforma do primeiro e segundo graus, das licenciaturas. V. Exª concorda ou discorda? É esse o seu pensamento?

E mais uma quarta colocação feita também na semana passada, é que a ação das escolas, hoje, seria mais ou menos de triagem, quer dizer, os alunos que vêm da classe média têm condição de continuar o curso e os que vêm da classe sócio-econômica mais baixa não têm, o aluno apenas é triado naquele momento, porque não tem a mínima condição de acompanhar os demais alunos.

V. Exª já tocou mais ou menos que aluno pobre também tem condição, mas eu gostaria que se estendesse um pouquinho mais, porque foi a conotação bastante clara que ficou aqui da vez passada, que o aluno pobre, mal alimentado desde o ventre materno, não tem as mesmas condições, como também não tem a condição de acompanhamento por parte da família depois nos seus deveres, por isso ele apenas é triado. Chegou no primeiro ano, ele não tem condições de acompanhar e, desestimulado, ele sai logo aí e, dessa forma, a escola no Brasil estaria tendo apenas o objetivo de triar o aluno que não deve ser educado.

A SRª EURIDES BRITO — Eu agradeço a V. Exª a oportunidade de retomar alguns assuntos, que poderiam ter sido melhor explicitados durante a palestra, mas que, por omissão da própria redação do texto ou mesmo por falta de tempo, aqui nós não pudemos falar. O problema de uma escola, de número de anos de escola, 6, 5, 4, 8, 9 ou 10, eu me basearia... vamos colocar de uma maneira mais prática, se eu tomasse o relatório da UNESCO, portanto uma instituição mundial, publicado em 1972, sob o título "Aprender a Ser" nós vamos encontrar ali um quadro, exatamente as últimas páginas do relatório mostram o número de anos de escolaridade obrigatória em todos os países do mundo. Já, àquela altura, em 1971, a média mundial era de 8 anos, a média mundial. Então, 6 anos não constituía a média. Havia um grande número de países oferecendo uma escola de 6 anos de duração, mas a média mundial, já em 1971, era de 8 anos, e os países desenvolvidos, eles todos se situam com anos de escolarização obrigatória entre 8 e 12 anos, tanto que até assisti, há alguns anos atrás, num dos Estados americanos, uma discussão muito interessante, que era justamente o inverso do que ocorre no Brasil, os Conselhos ou os Boards of Education das várias regiões daquele Estado discutiam a necessidade de diminuição de 12 para 10, porque achavam que quando ela se tornava obrigatória, apanhando uma faixa etária já de 17, de 18 anos, criava muito problema para a escola, porque, a essa altura, o indivíduo já devia ser livre para saber se ele quer ir para a escola ou não queira ir para a escola; a a compulsoriedade, então, deveria ficar mais ou menos nessa faixa entre 6 e 7 anos, para início, mas nunca ultrapassar os 15 anos.

Então, pegando esse volume da UNESCO, publicado em 1971, o "Aprender a Ser", já ali, há já mais de 10 anos atrás, vamos ver que a tendência mundial era de 8

anos, então não são palavras minhas, isso está lá no relatório da UNESCO.

A década de 70 — então aí vem uma segunda parte para complementar essa primeira pergunta de escola de 6 anos — a década de 70 teve uma característica especial em todo o mundo, que foi a ampliação dos anos de escolaridade em cada país do mundo. Então, eu creio que, se a UNESCO agora fizesse uma atualização do próprio relatório, aquele panorama dos números de anos de escolaridade obrigatória, teria mudado e para melhor, os países de 6 anos para 8 anos, porque isso é um desejo, isso é uma tendência natural, quem está, há vários anos, oferecendo 6 anos de escolaridade básica obrigatória, quer ter como meta um aumento para 8, para 10. O equívoco, talvez, — eu não tenho aqui os dados a que a nobre Senadora se refere — o que existe é que a década de 50, no Brasil, e uma primeira parte da década de 70, o grande educador brasileiro, que é assim o mestre de todos nós, que foi Anísio Teixeira, ele pleiteava em quase todos os seus escritos, ele defendia para o Brasil uma escola de 6 anos, mas por quê? Porque ele estava dizendo aquilo na década de 50, quando a escola brasileira era, na maior parte das unidades federadas, de 4 anos, apenas em poucos Estados ela era oferecida como uma escola de 5 anos.

Então, a postulação dele, àquela época, era extremamente pertinente e, conhecendo Anísio Teixeira como conheci, tive o privilégio de ser aluna dele em um curso de especialização na então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e era um homem que sempre esteve à frente de seu tempo, pelo menos uns 20 anos; se vivo fosse hoje, Anísio Teixeira, tenho certeza, estaria postulando uma escola obrigatória de 10 anos, e não mais de 8 anos, tal era o espírito irrequieto, futurista, olhando sempre para a frente.

Então, nos livros de Anísio Teixeira nós vamos encontrar toda uma defesa de uma escola básica de 6 anos, mas, em contrapartida, é que na maior parte das Unidades federadas era apenas de 4 anos. Eu tenho certeza dessa posição de Anísio.

Agora, quanto à média de escolarização básica obrigatória nos países do mundo, baseio-me nos dados da UNESCO de 1971, que são os últimos que tenho, dando uma visão mundial de todos os países, e ali a média, realmente, é de 8 anos. Seria a primeira parte da pergunta.

Eu quero agradecer por me fazer uma pergunta sobre essa crise da escola normal, porque, relacionada à crise, há o problema da Lei nº 5.692. A crise existe, não há dúvida nenhuma, a crise existe, agora, se nós formos olhar dados brasileiros e olhar o que tem ocorrido nas Unidades da Federação, com os dados que o Ministério dispõe, e mesmo cada um pensando em seu Estado, a crise da escola normal do Brasil ela vem do fim da década de 50, agravou-se na década de 60 e consolidou-se, eu diria assim, na década de 70. E, então, eu atribuo a crise, exatamente, a partir do momento em que começou a haver a desvalorização salarial do professor primário. A partir desse momento, nós vamos olhar que coincide com o fim da década de 50, com uma ampliação na década de 60, com uma consolidação na década de 70. Tanto que a minha inferência é uma inferência, mas não tanto inferência, porque eu tenho manuseado dados, mas eu podia testar, em contrapartida, com dados do Distrito Federal, com o ressurgimento e com a mudança do problema no que tange ao Distrito Federal. Por exemplo, na década de 70, também sobravam vagas no curso normal, nas escolas normais aqui no Distrito Federal. A partir do momento em que se fez a valorização do professor, a começar pela valorização salarial, depois da reformulação curricular, de toda uma tentativa de restauração, de revitalização da escola normal para mostrar outra vez que a figura do professor é importante, hoje, no Distrito Federal, é o curso de 2º grau mais procurado, e é o único, ao lado do nosso Colégio Agrícola, para o qual nós temos que fazer um exame de seleção, porque a demanda é bem

maior do que a oferta, apesar da rede oficial mantê-lo já em 7 escolas.

E, em outro aspecto também que eu poderia mostrar, que nada tem a ver com a Lei de 71, é que, a partir da valorização salarial, o Conselho de Educação do Distrito Federal, a quem compete autorizar o funcionamento de escolas, recebeu da rede privada, que de um modo geral os alunos mais bem aquinhoados sócio e economicamente estão na rede privada, o Conselho de Educação do Distrito Federal recebeu 9 pedidos de estabelecimentos e quase todos localizados no Plano Piloto para, entre seus cursos de 2º grau, abrir também um curso de formação de magistério.

Então, no Distrito Federal, eu noto, a partir de uma política de valorização do magistério, o ressurgimento da Escola Normal. Então, não tem nada a ver com o problema da legislação de 71, isso tem a ver com a queda salarial, principalmente com a queda salarial ligada ao problema do status. Então, a queda do status, uma coisa realmente ligada com a outra, comprovada numa pesquisa que, certamente V. Exª irá receber, uma pesquisa feita pela Universidade Católica de Minas Gerais, cita também uma outra pesquisa feita por uma aluna de mestrado, mas tendo como campo da pesquisa o Estado do Maranhão, mostra que a decadência vem realmente de antes, nada tem a ver com a Lei de 71, até mesmo porque não poderia, seria uma incongruência, já que a Lei de 71, valorizou a profissionalização, então não iria desvalorizar um dos ramos da profissionalização que seria exatamente um dos ramos vitais, porque até outros podem desaparecer periodicamente, mas o ramo de formar professores, realmente, não pode desativar nunca. Então não há nenhuma ligação.

O SR. PASSOS PORTO — A Sra. Permite?

A SRA. EURIDES BRITO — Pois não.

O SR. PASSOS PORTO — A Sra. me permite trazer também aqui eu não sou especialista em educação, mas sou um homem público. No meu Estado, por exemplo, a escola normal, que era a escola mais importante do Estado, escola-padrão, foi o melhor prédio feito talvez em todo o período republicano, a moça ia ser normalista, primeiro porque a mulher não tinha outra atividade, havia um processo repressivo, e a mulher só podia ser, no meu Estado, professora.

Mas a escola começou a entrar em decadência, deixou de se procurar o curso normal, porque foi criada a Universidade. Então, as mulheres começaram a fazer outra ascensão, outra especialização, e realmente o salário diminuiu de uma certa forma, mas mesmo assim o salário não foi fator, porque o salário era baixo antes, e...

A SRA. EURIDES BRITO — Mas aí não se engajavam no mercado de trabalho.

Mas de qualquer forma o aparte de V. Exª me ajuda a responder a questão seguinte da Senadora Eunice Michiles, que está relacionada ao problema das licenciaturas, e já que, na pergunta que ela me fez, ela relaciona com a Lei 5.692, de 71, o aparte me ajudou bastante no sentido de mostrar, que também, neste campo, a Lei de 71 foi extremamente vantajosa, porque foi pela primeira vez que uma lei educacional no País, prevê a formação de professores também para as séries iniciais, em nível superior, e níveis salariais, de acordo com a formação. Então a fuga da normalista, outrora, para outras carreiras, para poder ter uma melhor remuneração, hoje não mais se justifica, se a lei for de fato aplicada nos sistemas de ensino, se os Governos estabelecerem uma política de valorização.

Eu disse uma vez num trabalho, e depois tive o privilégio de ver esta citação, até reproduzida num discurso do Senador Aderbal Jurema, que depois, gentilmente, me enviou a cópia, eu acho que a Lei 5.692, de 71, se alguém

quiser fazer uma análise desapassionada, poderá rotulá-la de "Lei do Professor". Agora, entre o valor proclamado, para usar as expressões de Anísio Teixeira, e o valor real, quer dizer, entre o que se proclama e que o está na lei, e o que se aplica, há uma enorme diferença. Mas aí já fica por conta dos aplicadores, dos que traçam as prioridades, daqueles que executam realmente uma política, mas, numa análise desapaixoada — nada, ela seria de fato, a Lei do Professor", é só compará-la com as legislações educacionais anteriores.

Uma prova disso é que estamos conseguindo reter no Distrito Federal, e já há uma instituição do ensino superior aqui que oferece curso superior de Pedagogia, com habilitação específica, para as séries iniciais, que é a Faculdade Católica. Fizemos um convênio, que é o chamado Projeto Progresso, e estamos preparando, em nível superior, todas as nossas professoras normalistas, que trabalham com as classes de alfabetização. Não há fuga mais de professores alfabetizadores para outras faixas. Então, acho que não há, é uma injustiça, ou então um desconhecimento, melhor diria a expressão, seria um desconhecimento dos dispositivos legais, desses críticos que querem atribuir à lei o desprestígio da Escola Normal, realmente está ligado a outros fatores.

Por fim isto deu toda a oportunidade de responder que a licenciatura, ao invés de ter sido um descalabro, a licenciatura curta, ela é o contrário. Para casos específicos ela é a salvação de reter o professor nas séries iniciais, dando um passo a mais na sua formação. Hoje ela é formada só em escola de segundo grau, escola normal, com este salário, amanhã ela dá um passo a mais, fazendo uma licenciatura curta, aumentando o seu nível salarial depois de amanhã, ela dará outro passo com a licenciatura plena. Então, é não compreender um pouco o objetivo das licenciaturas curtas, no rol das licenciaturas em geral, para pensar que elas causam malefício.

Por outro lado, a nobre Senadora Eunice Michiles, que vem da mesma área minha, já que o bloco nordestino se dispersou, nós formaremos um bloco amazônico, e tão conhecedora da realidade amazônica, como é a Senadora, ela há de concordar comigo, que, em muito municípios de nossa região, por exemplo, o diploma do curso normal significa um doutorado. Então, se para este doutor, que tem apenas o curso normal, nós podemos dar uma licenciatura curta, isso não é realmente uma boa nova, isso não é alvissareiro, dar uma oportunidade de um passo a mais? Aliás, é um trabalho que vem sendo feito, com muita eficiência, através de camping avançado de algumas universidades brasileiras, em conjugação com o projeto RONDON, em vários municípios da região Amazônica.

Quanto ao problema da triagem, por exemplo, eu não creio que tomar a criança para ficar seis, sete ou oito horas na escola seja exatamente a solução para o problema de aprendizagem. É bom, quanto mais tempo nós pudermos ter a criança dentro da escola, com determinadas cautelas porém, por exemplo, alguém diz assim: nos Estados Unidos o menino entra às oito e meia da manhã e sai, às três e meia da tarde, e é uma verdade incontestável. Eu tive a oportunidade de estudar nos Estados Unidos, quando os meus filhos estavam com onze anos e treze anos, então fui mãe de criança em escola americana, durante um ano letivo, e acompanhava todo o programa. Três recreios prolongados durante o período das oito e meia, às três e meia da tarde, quando os meninos retornavam à casa. Evidentemente isto já tomava muito mais tempo do período destinado propriamente à aprendizagem. Então, muitas variáveis realmente interferem mas pode vir a resposta, mas três recreios? Muito bem, mas ele está num abrigo, ele está no convívio com outras crianças, se socializando. É uma resposta incontestável, mas nós achamos que podemos encontrar a alternativa

brasileira, sem ser a imitação de outro modelo e sem o desgaste da criança.

É pena que nós não podemos mostrar exatamente o progresso conjugado, o projeto do DEBEM, da Secretaria de Serviços Sociais, que está implantado nas cidades satélites do Distrito Federal, onde a criança passa a manhã na escola, e à tarde, se matricula no projeto do Serviço Social, que tem também convênio com a Secretaria de Educação, como dissemos, e ela volta já a outro ambiente com mais motivação, porque já não está mais naquele mesmo ambiente, vai para outro com uma motivação diferente para fazer as tarefas, as chamadas tarefas de casa, e participar de outras atividades recreativas e igualmente educativas.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Professora eu aceitaria encantado, um convite seu, para ver de perto esta sua realização.

A SR.^a EURIDES BRITO — Estão todos convidados, é só questão de marcamos a data, que para nós pode ser qualquer dia.

O outro projeto é o da Escola do Parque, já que a Senadora falou na triagem, no problema do pobre e do rico, nós vamos encontrar crianças na Escola do Parque, que está aqui pertinho, Parque Pithon Farias, nos boxes da Feira dos Estados, funcionando das oito da manhã às oito da noite, uma escola aberta com horário flexível. A criança faz o seu horário, e não a escola faz horário para a criança, porque para a criança pobre, que precisa cedo ir para o mercado informal de trabalho, como é que nós vamos poder retê-la na escola por um número maior de horas? Então vamos fazer ao contrário, aumentar a discriminação, beneficiar mais ainda o rico? O disponível, o da classe média, pode ficar mais tempo na escola.

Então quem, quiser saber como que a criança pobre raciocina em termos de tempo, passe sem me avisar, um dia na Escola do Parque, converse com os meninos, para ver como eles raciocinam. Chegando lá se pergunta: Você faz o que? — Eu tomo conta de carro no estacionamento tal.

Quanto você fazia por mês? — Faço tanto. Você veio para cá, por quê? Porque aqui é melhor, aqui está perto do trabalho, e eu posso realmente estudar. Agora, que curso, além da escola não seriada — nós entendemos por objetivo escola não seriada — além disso, o que você está fazendo? Que outro curso faz aqui na escola? Estou fazendo um curso de confeitiro, porque estamos recebendo encomendas. Você está ganhando mais aqui, ou lá fora? Ele diz: se eu conseguir passar tantas horas por dia aqui, a minha equipe é só de tantos meninos, nós já temos não sei quantas encomendas, vende tantas, e ele sabe fazer todos os cálculos.

Menino com nível de escolaridade de segunda série de primeiro grau, menino rico do Plano Piloto, não faria com tanta rapidez. É a necessidade que ensina. Ele faz com rapidez e escolhe até os cursos da área profissionalizante, já sabendo mais do que nós sabemos, eles escolhem aquele que lhe vai dar uma maior renda; e ao lado disso, ele está tendo a oportunidade de seguir e prosseguir na sua escolaridade básica do primeiro grau.

Eu gostaria que as visitas — há um grupo aqui da imprensa — fossem feitas, não encomendadas, não marcadas. A escola funciona todos os dias do ano, de janeiro a dezembro, das oito da manhã às oito da noite. E gostaríamos que não nos avisassem, chegassem lá de surpresa.

Por exemplo, foi formada já, com as crianças, uma orquestra. A orquestra já recebe contrato, as crianças que entraram ali, sem nunca ter visto instrumento musical — e é uma pena que não deu tempo de ver o *tape* — há um depoimento de uma dessas crianças, porque o professor que trabalha com elas é realmente admirável, desenvolveu uma metodologia muito especial, ela não sabia nem

o nome do instrumento, saiu pegando, e acabou gostou de um saxofone, e disse: é com esse que eu vou ficar. Hoje é um apaixonado por saxofone. Quero comunicar também que eles recebem contratos para tocar em festas.

O Projeto Platéia é um projeto cultural de levar culturas às escolas, e nós estamos com as publicações do Platéia e do Pré-Escolar com monitoria, para deixar com os Senadores, deixaremos com os membros da Comissão aqui presente, e deixaremos com o Senador João Calmon, para os demais.

Esses meninos estão ganhando já por tocarem em festas, como dizia, ou em programas do Platéia ou em festas de aniversário. Eu aproveitaria para fazer o meu comercial: quando festejarem o aniversário de seus filhos ou o próprio aniversário, como eu fiz com o da minha mãe, segunda-feira. Por uma falta de tempo, juntei o útil ao agradável, fiz a encomenda dos doces e dos salgadinhos aos meninos e meninas do PROEM, Programa Educativo do Menor, porque lá, sob a forma cooperativa, eles trabalham, têm o capital de giro, depois a renda é dividida entre eles, evidentemente que as encomendas, quando eles têm muitas, eles selecionam aquelas que lhes vão dar maior rendimento. É fácil encontrar a banca deles na Torre de Televisão, no Parque Infantil, durante o dia.

Acho que essas soluções vão reter, de outra forma, o menino na escola, não apenas, aumentar o número de horas. Hoje, no Brasil, se as crianças forem obrigadas a ficar seis horas na escola, se houvesse uma lei nesse sentido, eu não tenho a menor dúvida que seria mais um fator de evasão escolar. Se a evasão escolar, hoje, já se dá, porque o pobre não tem condição de ficar duas horas por dia na escola, então a solução está em encontrar modelos alternativos, em que a criança faz o seu horário e não a escola que faz o horário da criança. É esse modelo que nós estamos desenvolvendo na Escola do Parque, a Escola do PROEM, aberta das 8 da manhã às 8 da noite, onde ele faz o seu contrato de estudo.

O raciocínio é interessantíssimo. Conversando com uma criança, eu disse assim: “você trabalha onde?” Ela respondeu: “sou engraxate do Ministério tal ou no setor comercial”. “Por que você colocou que vai vir aqui às segundas, em tal horário; às terças em tal horário; às quartas, nesse; às quintas, nesse?” Ele respondeu: “é porque os patrões engraxam mais os sapatos...” Eles sabem os dias que os patrões preferem engraxar os sapatos. Eles sabem de coisas que nós não sabemos. Entretanto — a escola não discrimina, porque, por um sistema não seriado — ela começou a funcionar no segundo semestre de 1981, e ano passado em 82 — demos o certificado de conclusão de oitava série às seis primeiras crianças do PROEM. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÔRTO — Sr. Presidente, eu vou ser rápido, a essa altura é pena nós não podermos nos alongar nesse encontro com a grande Secretária de Educação, Professora Eurides Brito. Eu digo sempre que o Senador Jarbas Passarinho, que prestou tanto serviço ao País, prestou mais esse a todos nós, trazendo ao Senado Federal essa figura de educadora, uma mulher que tem prestado relevantes serviços, quando esteve no MEC, com a Operação-Escola e tanta coisa que a Sr.^a fez em benefício da educação brasileira. Em particular, no Distrito Federal, desenvolveu esse programa de educação, que foi planejado desde a inauguração de Brasília; Escola Parque, Escola Classe, uma série de experiências que seriam feitas em Brasília.

Mas, Professora Eurides Brito, o que há é o seguinte: eu tenho a impressão de que o Brasil precisa parar para reexaminar toda a sua crise em todos os setores da atividade, inclusive o da educação.

O Professor Darcy Ribeiro esteve aqui, e eu creio que ele veio menos como educador e mais como um agitador cultural, um animador da discussão de tese a respeito da educação no Brasil, e lançou aqui teses interessantes, outras tantas, sobretudo na forma de aplicação lá, no Estado do Rio de Janeiro, que eu não acredito que tenha existido. Mas, de uma certa forma, ele debateu, examinou e analisou, a crise da educação brasileira, que eu creio, é grave, e realmente nós todos temos que repensar.

O Brasil tem feito, ao longo desses anos, uma discussão sobre a educação da mais ampla possível. Quero dizer à Senhora que, certa feita, alguns anos atrás, eu participei de um Congresso Parlamentar no Chile e ouvi representantes do Ministério da Educação de vários países, sobretudo da América Latina, citarem o Brasil, os autores brasileiros em educação como exemplo a seguir. Então, isso me deixou uma indagação que ainda continua, o discurso teórico e a prática educacional.

Lembro-me bem, na Câmara, o Deputado Carlos Lacerda lutou durante anos para tirar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Foi um trabalho penoso, porque ele reclamava que faltava um instrumento legal. Eu nem sei se depende o Brasil de uma lei, eu tenho a impressão que nós estamos condicionados a um processo cultural, a um processo sócio-econômico, a uma série de fatores que inibem o desenvolvimento da educação no Brasil. Eu gostei, por exemplo, de duas coisas aqui do Professor Darcy Ribeiro, primeiro quando ele disse que é preciso que se volte a pensar que a escola primária é para ensinar o sujeito a ler, escrever e contar. Creio que esse seja o processo para o que deve voltar o pensamento do magistério, o homem precisa aprender essa coisa básica para ele iniciar todo esse processo de conhecimento e de atividade.

Outra coisa que eu penso também é que a educação, no Brasil, deve ser descentralizada, no sentido de: para cada região, um tipo social, ou adaptar-se à realidade daquela região.

Eu fiz um ginásio de cinco anos, e fiz um primário muito bom, porque, naquela época, era básico. E a minha geração, a geração que está aí, a chamada elite dirigente do País, foi feita dentro desse modelo. E me lembro bem que o ginásio tinha muita coisa que eu estudei e memorizei e não teve, até hoje, nenhuma aplicação, porque era um curso de modelos importados, ou padrão Sul do País, que não se adaptava a minha região, por exemplo. O que eu notava era o seguinte: o meu Estado formava grandes bacharéis, grandes professores, grandes engenheiros, grandes profissionais, homens de Estado, mas muita pouca gente conhecia o Estado, os problemas locais, a ecologia sergipana, os seus recursos naturais, o seu desenvolvimento local. Não crescia, porque nós vivíamos de uma cultura importada, vivíamos de conhecimentos genéricos, sem justamente ferir aqueles interesses locais, que são fatores do nosso desenvolvimento.

Hoje, no setor de educação o Brasil explodiu, criando problemas graves, porque criaram universidades por todos os lados. Hoje, não sei se isso é correto, mas parece-me que mais da metade dos recursos do MEC estão hoje dirigidos às Universidades do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Setenta por cento.

O SR. PASSOS PÔRTO — Então, ficam 30% dos recursos do órgão da Educação e Cultura do País, para se fazer cultura, fazer pesquisas, que se faz muito pouco, e se fazer outros cursos de 1º e 2º graus, que são fundamentais ao desenvolvimento do País.

Mas me lembro bem de que com o Professor Darcy, até mesmo saudosista, reclamava que a escola é a cara do País. E em todos os lugares, tinha uma boa escola, era um bom prédio, que era símbolo do desenvolvimento regional. E hoje nem isso. Acho até que ele não tem razão

nisso: com a padronização da escola, sobretudo no Distrito Federal, que a Sr^a, nesta altura já observou, nós hoje temos a escola na Ceilândia igual a do Plano Piloto, o que deu, mais ou menos, um tipo de padrão de arquitetura de escola para todos nós.

Sobre a escola pública e escola privada, a velha discussão. O que a Sr^a acha da escola pública e a escola privada? Outra coisa que eu anotei aqui, foi justamente sobre educação profissional, que a Sr^a disse que foi expungida da legislação, e houve esse debate e ninguém quer mais discutir. Porque eu, hoje, sou a favor, ao nível do segundo grau, se pensar em profissionalização. Acho que o Brasil está entre dois pólos: entre o analfabeto e o homem de curso superior. O do curso superior, deformado, porque eu acho que nós somos o único País do mundo que dá essa percentagem tão alta de nível universitário no serviço público. Então, todo mundo faz um curso propedêutico. Eu quero sair do curso primário e quero passar para o segundo; depois eu faço o vestibular, porque, se eu me formar já vou ter um emprego disso ou daquilo, com 20% de nível universitário, e, no fim, ninguém acaba apreendendo. Sobre tudo na minha profissão, eu sou engenheiro agrônomo, e tenho o curso superior, mas conheço muito de agronomia, pois fui exercer a atividade política, mas noto que, no Brasil, os meus colegas exigem muita coisa para o exercício da profissão. Elementos com cursos médios, técnicos agrícolas, etc., etc., dariam a solução para diversas atividades no Brasil. Eu acho também que está faltando, e é um problema do Governo, de que a educação não deve ser só uma responsabilidade do Estado, também deve ser uma responsabilidade da família, a família exerce um papel preponderante na educação. Todo esse trabalho que a Sr^a está fazendo, essas alternativas magníficas, queremos conhecê-las, porque são pioneiras no Brasil e têm que se transmitir aos diversos Estados, mas acho que teríamos que fazer um trabalho, aliás, as associações de pais e mestres já começam algum esboço nesse sentido, mas é fundamental que o lar faça o início da educação do brasileiro.

Era mais ou menos, assim em tese e rapidamente, o que gostaria de dizer, nesta tarde, à Sr^a, sobretudo pelo encantamento que me deu e a tranquilidade que nós, homens públicos, temos, porque, primeiro, estamos vendo que, no Distrito Federal, está se realizando o que o próprio Anísio Teixeira desejou para a educação e não conseguiu, porque o acompanhei na Secretaria de Educação da Bahia, ele era Secretário e eu trabalhava com Nestor Duarte, como seu chefe de gabinete, na Secretaria de Cultura, na Bahia. Então, pude também sentir a diferença entre o sonhador, entre o teórico, entre o homem de idéias, que foi Anísio Teixeira e o seu exercício na Secretaria da Educação, na Bahia, com os problemas que continuaram sempre. Influências políticas, partidárias, destinação pequenas de recursos públicos, os problemas da própria cultura baiana, as dificuldades de fazer com que o baiano quisesse estudar, porque o baiano começa a brincar, e digo todo dia ao Professor Carlos Matias, desde a Festa de Conceição da Praia, dia 8 de dezembro, e só termina no ciclo de São João, quando já estamos próximos do novo dezembro.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — A propósito, Sr. Senador, foi enfatizado aqui que o Brasil é um país recordista em reduzido número de dias em que há aulas.

O SR. PASSOS PÓRTO — É. E o Professor Darcy chegou a falar sobre...

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Recordista mundial.

O SR. PASSOS PÓRTO — De modo que quero congratular-me com a Sr^a e dizer-lhe que saio daqui satisfeito com o Sr. Senador Jarbas Passarinho, que trouxe

a Sr^a, e com o seu exercício pleno de uma administração que é modelar para o nosso País.

Muito obrigado.

A SR^a EURIDES BRITO — Agradeço as palavras muito bondosas e carinhosas do ilustre Senador Passos Pórtio.

Mas, não gostaria de deixar de dar uma palavrinha sobre o problema, seria uma omissão se não o fizesse, da escola pública e escola privada. Acho que toda ação educativa é pública, ela é delegada, o Poder Público delega à iniciativa privada a ação, mas, em si, a educação é uma ação pública, é do Poder Público. Então, aqui no Distrito Federal, e já que vim também para ressaltar as experiências, procuramos, e é o que propugnamos para o Brasil todo, que a família, a sociedade democrática em si, deve existir essa coexistência pacífica entre a iniciativa particular e a iniciativa oficial.

O SR. PASSOS PÓRTO — Mas veja a Sr^a uma coisa que ia dizer aqui, e lembrei-me agora: O Dr. Darcy Ribeiro disse que 70% do salário-educação, no Brasil, distribuído pelo MEC, está sendo destinado à escola privada, no Brasil. Tenho a impressão de que o Presidente haveria de confirmar...

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Devo lembrar que o Professor Darcy Ribeiro fez essa revelação estupefaciente. Acontece, entretanto, que esta distorção ocorre no Estado do Rio, não se trata de média nacional. Posso declarar isso com certeza, porque tive um encontro com a Ministra da Educação, a Professora Esther de Figueiredo Ferraz, e S. Ex^a apurou isso, que realmente houve uma série de irregularidades no Estado do Rio. Felizmente para nós, não se repete o mesmo caso nas demais Unidades da Federação.

A SRA. EURIDES BRITO — No Distrito Federal, muito pelo contrário, nós queremos a continuidade da escola privada, não por falta de vagas na escola pública, mas para assegurar à família o direito de escolher o tipo de educação que ela queira: se esta ou aquela escola, porque acho que esse é um princípio que está assegurado na própria Constituição. Aqui, no Distrito Federal, nós nem usamos recursos do salário-educação para bolsas na rede privada, já que a rede pública possui vagas para todos. E também não creio que nem em Estado mais pobres, daí por que não entraria nessa linha de discussão, porque não tenho os informes, que o Sr. Senador João Calmon tem. Mas, no meu Estado do Pará, onde também tenho conhecimento do problema, lá nem chega o salário-educação para se aplicar um centavo sequer na iniciativa privada, é todo usado... nem no seu Estado também, Sr. Senador Passos Pórtio, já que administrei o Departamento de Ensino Fundamental, ele é praticamente usado... Aliás, o salário-educação, esta grande contribuição criada pelo Presidente Castello Branco, para servir de recurso complementar na busca da obrigatoriedade escolar, se o Presidente Castello Branco estivesse vivo, o criador do salário-educação, ele ficaria triste de ver que aquilo que ele criou para ser um auxílio, ser complementar aos orçamentos estaduais na educação, para poder atingir mais rapidamente a universalização do ensino primário, se transformou, em algumas unidades da Federação, praticamente no único recurso disponível, no principal. Esta é a distorção: se transformou no principal e não na fonte suplementar. Isso entristeceria muito, sem dúvida, o criador da Lei do Salário-Educação, que foi o Presidente Castello Branco.

Agora, a escola, também posso assegurar a V. Ex^a, hoje continua ensinando a ler, escrever e a contar, agora, graças a Deus, ela está indo além, não está apenas se restringindo a ensinar a ler, escrever e contar, porque um homem, um adolescente, uma criança, nos dias presen-

tes, que saiba só ler, escrever e contar não está pronta para responder às diferentes exigências da sociedade de hoje. Agora, posso dizer que ele continua aprendendo, pelo menos aqui, a ler, a escrever e a contar.

O SR. PASSOS PÓRTO — Nunca mais vi uma tabuada.

A SR^a EURIDES BRITO — E nunca mais vi uma tabuada, graças a Deus, porque a pedagogia descobriu fórmulas mais eficazes, de ensinar através de outros métodos para a criança saber sem aquela cantoria pela qual V. Ex^a passou, que havia até uma musiquinha.

O SR. PASSOS PÓRTO — Hoje existem umas maquininhas...

A SR^a EURIDES BRITO — É, mas as crianças de nossas escolas, pelo menos aqui, não têm poder aquisitivo para isso, então estão aprendendo a tabuada, posso tranquilizar a V. Ex^a, sem maquininha.

Então, para ver que há mais uma vantagem nesse aspecto, para esse tipo de criança que a família não pode comprar a maquininha, porque ela continua a aprender a tabuada, para resolver os seus próprios problemas aritméticos. Se a pobre perambula pela rua por horas, a rica fica, desde o retorno da escola, na televisão, sem também se dedicar a nada do processo educativo nem de suas tarefas escolares. Então, a solução, a meu ver, está em envolver em outros projetos a criança carente e, no caso das crianças não carentes as mães deixarem de participar um pouco de chás e de jogos de biribis e outras coisas dessa natureza, para dar mais atenção à educação de seus filhos porque, por mais excelente que seja o sistema educacional, que seja a instituição-escola, jamais ela substituirá a função que é reservada ao lar, não há instituição alguma que possa substituir essa função reservada ao lar.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Professora Eurides Brito, faltam 5 minutos para 1 hora...

O SR. APOLINÁRIO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra a Professor Apolinário.

O SR. APOLINÁRIO — (Fora do microfone) — Sr. Presidente, sou novo no Senado e fui citado pela Professora Eurides...

A SR^a EURIDES BRITO — Acho que não o via há uns 20 anos. Já é paulista. Mas o reconheci. Não mudou, não o vejo há uns 25 anos.

O SR. APOLINÁRIO — Sr. Presidente, em verdade, tenho uma admiração especial por V. Ex^a, pelo muito que o Sr. tem feito pela educação neste País, a luta dos 12%, dos 15%, dos 20%, dos 8%, V. Ex^a tem sido incansável. Muito obrigado a este mestre de 40 anos de magistério. E hoje fico satisfeito, fico alegre. Lá está, a ex-aluna. Quando eu dizia para ela e para os outros: — Olha, amanhã ou depois vocês vão comandar este País. E eles diziam: — Que nada, ele diz isso para a gente se estimular.

A SR^a EURIDES BRITO — E era escola pública.

O SR. APOLINÁRIO — Então, hoje estou vendo...

O SR. PASSOS PÓRTO — Quarenta anos e mais uns 20 são 60 e parece é meu filho, tenho 58.

O SR. APOLINÁRIO — E posso dizer a V. Ex^a que, quando me perguntam quantos anos tenho, eu digo que tenho 200, de vivência de uma série de coisa.

Mas, o meu objetivo maior aqui é dizer para a Professora Eurides, muito obrigado. Muito obrigado por tudo que você faz pela educação neste País. Muito obrigado pela Escola-Classe lá da 111, que é dirigida também pela Professora Eurides, porque ela é Secretária de Educação, onde eu tenho uma filhinha, onde ela muito tem aprendido. É até alguma coisa igual ao nosso ensino lá do Pará, igual. Hoje, eu tenho alunos aqui parlamentares, deputados; no atual Governo do Pará, eu tenho 5 ex-alunos, secretários do governo, quer dizer, o tipo do governo que eu posso puxar a orelha. (Risos.) Posso puxar a orelha dos alunos quando eles errarem, eles sabem que eu puxo a orelha. É porque agora que estou chegando aqui, mas, de vez em quando, a Profª Eurides vai chegar lá para reclamar alguma coisa.

Mas, Professora Eurides, muito obrigado, muito obrigado por tudo que você tem feito para a educação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas. Palmas.).

O SR. PASSOS PÔRTO — Beleza! É isso que a Nação também pede: que ainda volte também aquela mentalidade do sacerdócio do professor, o professor é também isto.

A SRª EURIDES BRITO — Principalmente isto.

O SR. PASSOS PÔRTO — Exato. Então esse sacerdócio, que está desaparecendo, até talvez pela própria luta do professor...

O professor Darcy Ribeiro nos passou aqui um quinau, como se chamava antigamente, eu presidia uma sessão no Congresso Nacional que aposentava os professores aos 25 anos, facultativamente, e ele foi contra, ele disse que o político brasileiro estava reprimindo a educação da juventude.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Chamou de "aposentadoria precoce".

O SR. PASSOS PÔRTO — Isto. Então eu senti nele até aquele saudosismo. Isso que agora eu vi. Vê-se que é um professor que tem muito entusiasmo. É isso que nós queremos: que a Senhora continue imprimindo à educação no Distrito Federal esse sacerdócio.

A SRª EURIDES BRITO — Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Professora Eurides, são 13 horas e já violei o Regimento da Casa várias vezes. Em primeiro lugar, prosseguindo esta reunião com a presença de apenas um Senador no plenário; depois violei orgulhosamente o Regimento da Casa dando a palavra ao professor Apolinário porque esta é uma Casa do povo, de maneira que a voz do povo se faz ouvir aqui, mesmo que o cidadão não esteja de posse de um mandato parlamentar. Mas eu violo o Regimento com o coração em festa e por amor à educação nós não deveremos hesitar diante de nenhum obstáculo.

Esta Comissão, em meu nome e em nome do eminente Senador Passos Pôrto, manifesta-lhe a sua profunda gratidão pela magistral lição que acaba de nos proporcionar. E devo dizer, Professora Eurides Brito, depois de ouvir várias conferências suas, em numerosas oportunidades, que valeria a pena nós todos incluirmos nos nossos pronunciamentos um detalhe. Nós falamos muito apenas no que determina a Constituição da República Federativa do Brasil: "Ensino obrigatório e gratuito na área do 1º grau à criança de sete a 14 anos". De um modo geral é omitido um outro detalhe que eu sempre destaco. É que o Brasil é signatário da Carta Universal dos Direitos do Homem. Nós assumimos o solene compromisso de garantirmos a 100% das nossas crianças em flor, entre os 7 e 14 anos, um curso fundamental completo. De acordo com algumas estatísticas, apenas 13% das crianças brasileiras terminam a 8ª série. A eminentíssima professora Eurides Brito citou um dado um pouco menos sombrio 18%, mas outros dados do IBGE, de 1980, se referem a em 13%.

87% das crianças brasileiras não terminam a escola fundamental, comprovando que o Brasil é um signatário relapso da Carta Universal dos Direitos do Homem. Nós fomos apontados como violadores de direitos humanos num certo período conturbado da história brasileira, na área política, em termos de repressão. Creio que mais nefanda do que essa violação dos direitos humanos é a continuada persistência no crime de admitir que a quase totalidade de nossas crianças não termine a escola fundamental.

Eu não encerraria esta reunião, Professora Eurides Brito, sem lhe fazer uma confissão: tenho muitos motivos para me orgulhar da minha condição de Senador, mas um dos motivos principais é ser colega do Senador Passos Pôrto. Ele é uma figura admirável de representa-

te do povo nesta Casa, não apenas no plenário, mas como Presidente do Senado, Presidente do Congresso Nacional, em sessões tumultuadas, em sessões que ele demonstrou, mais de uma vez, que é um líder excepcional. A maior homenagem que eu poderia prestar ao Senador Passos Pôrto, neste momento, é agradecer a ele, comovido, a sua presença nesta reunião, porque senão eu teria de violar mais uma vez o Regimento Interno do Senado, prosseguindo os nossos trabalhos apenas com a minha presença, a presença do Presidente.

Professora Eurides, a lição que V. Exª nos deu é realmente inesquecível. Eu tenho a impressão, e com essas palavras encerro a reunião, que V. Exª apresentou, nos quadros da sua exposição, uma antevisão do Brasil do futuro. Nós sonhamos que o Brasil, um dia, possa, quem sabe até o ano 2.000, apresentar, em termos nacionais, o quadro empolgante que V. Exª apresentou em relação ao Distrito Federal.

Muito obrigado e que Deus a abençoe. (Palmas.) Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas minutos.)

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 13, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.074, de 20 de dezembro de 1983, que "altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências".

RETIFICAÇÃO

Na publicação da Ata da 2ª Reunião, feita no DCN — Seção II — de 31-5-84, à página 1.628, 2ª coluna, no seu cabeçalho,

Onde se lê:

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1983

Leia-se:

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1984.